

**O CONHECIMENTO E O RECONHECIMENTO DAS
FAVELAS CARIOCAS ATRAVÉS DO DESENHO**

NÚBIA FRANÇA DE OLIVEIRA NEMEZIO
ORIENTADOR: PROF. DR. NAYLOR BARBOSA VILAS BOAS

Rio de Janeiro, 2016

NÚBIA FRANÇA DE OLIVEIRA NEMEZIO

**O CONHECIMENTO E O RECONHECIMENTO DAS
FAVELAS CARIOCAS ATRAVÉS DO DESENHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial da obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Naylor Barbosa Vilas Boas

Rio de Janeiro 2016

NÚBIA FRANÇA DE OLIVEIRA NEMEZIO

**O CONHECIMENTO E O RECONHECIMENTO DAS
FAVELAS CARIOCAS ATRAVÉS DO DESENHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Urbanismo, para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Rio de Janeiro, 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Naylor Barbosa Vilas Boas (Orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rodrigo Cury Paraizo (Examinador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Gustavo Rocha Peixoto (Examinador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: nubia@arqmedes.com.br

CIP - Catalogação na Publicação

F433c França de Oliveira Nemezio, Núbia
O conhecimento e o reconhecimento das favelas
cariocas através do desenho / Núbia França de
Oliveira Nemezio. -- Rio de Janeiro, 2016.
174 f.

Orientador: Naylor Barbosa Vilas Boas .
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo,
2016.

1. Favela. 2. Urbanismo. 3. Representação
Gráfica. 4. Desenho . I. Barbosa Vilas Boas ,
Naylor, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DEDICATÓRIA

À Auta França de Oliveira Nemezio, em forte lembrança.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Naylor Barbosa Vilas Boas pelo apoio e orientação durante o processo.

Aos amigos de perto e de longe, pela força e inspiração.

Ao CNPQ e à FAPERJ pela concessão de bolsa de mestrado.

À equipe do Laboratório de Análise Urbana e Representação Digital (LAURD).

Aos professores da UFRJ e do PROURB pela inspiração durante as aulas e principalmente pelo interesse em contribuir e ouvir sobre a pesquisa. Em especial Andrea de Lacerda Pessôa Borde, Claudio Rezende Ribeiro, Maria Cristina Nascentes Cabral, Margareth da Silva Pereira, Luciana da Silva Andrade, Rodrigo Paraízo Cury, Maria Julieta Nunes de Souza, José Barki, Eliane da Silva Bessa e Diego Aníbal Portas.

À querida turma do mestrado PROURB de 2014 pelas contribuições, aprendizado e amizade. Em especial Fernanda Gomes de Oliveira, Giovanna Freire, Lara Palma Elsing, Luciana Amorim e Rodrigo Bertamé.

A toda a equipe do Núcleo de Assessoria Planejamento e Pesquisa (NAPP) pelo suporte e amizade, pelos anos de trabalho e amadurecimento pessoal e profissional.

Ào Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

Aos profissionais que contribuíram com seus relatos e experiências profissionais: Humberto Kzure Cerqueira, Antônio Augusto Veríssimo e Paulo José Ribeiro Magalhães.

Às minhas queridas famílias.

À Bruno Caio de Oliveira, por me conhecer profundamente e acreditar em mim.

RESUMO

NEMEZIO, Núbia França De Oliveira. **O conhecimento e o reconhecimento das favelas cariocas através do desenho.** Rio de Janeiro, 2016. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta dissertação discute as representações gráficas das favelas do Rio de Janeiro como elementos significantes para o processo de reconhecimento desses espaços na cidade. Mapeando discursos e práticas e considerando os diferentes contextos que fazem desses espaços campo de atuação do urbanismo, a investigação busca extrair das representações seus significados sociais e de pensamento urbanístico segundo três aspectos principais: como forma de reconhecer e analisar o mundo visível, estabelecendo uma conexão entre o objeto analisado e o pensamento técnico de cada momento histórico; como potência de expressão do pensamento coletivo e individual e finalmente, como produto direto das características de produção do espaço. De objeto distante a objeto interpretado, as condições dos desenhos são analisadas numa perspectiva histórica: do reconhecimento das favelas como um problema urbano no final do século XIX ao fortalecimento das políticas de urbanização seu desenho ganha contornos de legalidade e emponderamento social sem, no entanto, representar significativamente o acesso de seus moradores aos serviços e direitos urbanos.

Palavras-chave: representação gráfica, favela, urbanismo.

ABSTRACT

NEMEZIO, Núbia França De Oliveira. **Desenho e interpretação: os projetos urbanos e as favelas do Rio De Janeiro**. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

This research discusses the graphic presentation of Rio de Janeiro's slums as a significant element for the process of acknowledgment of these places in the city. Through the analysis of different assumption and practices and considering different backgrounds that make the slums an urban topic, the research aims to extract from these maps the social meanings and also urbanistic conception behind them according to three main aspects: as a way of recognizing and analyzing the visible world, establishing a connection between the object analyzed and the technical thought of each historical period; as an expression of collective and individual thought and, finally, as a direct result from our space production process. From a distant subject to an interpreted object, the illustrations are analyzed on a historicalperspective: preamble with the recognition of the slums "favelas" as an urban issue in the late nineteenth century and then, with the strengthening of urbanization policies therefore its representation begins to earn legal status and social empowerment without, however, guarantee the ample access to urban services and rights.

Key words: graphic presentation, favela, urbanism.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
INTRODUÇÃO	14
1. O DISCURSO PELO DESENHO	22
1.1. O desenho como forma de conhecimento	22
1.2. Novas dimensões a partir do uso da tecnologia na representação de nossas cidades	28
2. DESENHO E RECONHECIMENTO	38
2.1. A construção da favela como objeto de estudo urbano e seus primeiros mapeamentos.....	38
2.2. Desenho como instrumento de Legalidade	54
3. DESENHO E INFORMAÇÃO. O mapeamento digital das favelas do Rio de Janeiro	66
3.1. A cultura da informação no auxílio às políticas públicas em assentamentos informais	67
3.2. Mapas participativos nas favelas do Rio de Janeiro	69
3.2.1. As iniciativas da municipalidade	69
4. O DESENHO E MEDIAÇÃO	91
Brás de Pina	96
Favela-Bairro	102
Morar Carioca.....	119
5. CONSIDERAÇÕES	132
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137
7. ANEXO I	142
8. ANEXO II	156
9. ANEXO III.....	170

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A cidade de Florença (BRAUN, HOGENBERG, 2010:110-111).	31
Figura 2: : Estudos de tipologia do final do século XVII para as cidades inglesas – o crescente, o circus e o Square. (LAMAS: 2007:199).	32
Figura 3: Imagen da exposição Livin City (Archigram. 1973, p. 24.)	35
Figura 4: Desenhos de Le Corbusier sobre as favelas do Rio de janeiro (PHAIDON, 2014:258)	43
Figura 5: Desenhos de Le Corbusier sobre as favelas do Rio de janeiro (PHAIDON, 2014:258)	44
Figura 6: Desenhos de Le Corbusier sobre as favelas do Rio de janeiro (PHAIDON, 2014:258)	44
Figura 7: Plano de Le Corbusier para o Rio, Conferências de 1929 (SANTOS et al., 19:94)	45
Figura 8: Mapas das favelas do Cantagalo (Censo de 1950)	50
Figura 9: Mapas do Morro de São Carlos. (Censo de 1950).....	51
Figura 10: Capa do estudo Aspectos Humanos das favelas cariocas (O Estado de São Paulo, 1960)	53
Figura 11: De cima para baixa, da esquerda para direita: Plantas das favelas Ladeira dos Funcionários, Parque São Sebastião e Vila Clemente Ferreira para a definição de Normas de uso e ocupação do solo (Decretos Municipais, 1997-200)	58
Figura 12: Imagens extraídas do Guia de Ruas Maré 2014.....	63
Figura 13: Imagens do Mapa Digital CADLOG (Cadastro de logradouros, 2015).....	71
Figura 14: Imagem do Mapa Digital do Rio de Janeiro. Favela Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, 2015	72
Figura 15: Mapa participativo da Cidade do Rio de Janeiro. Em destaque as favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira, zona sul do Rio de Janeiro, 2016.....	73

Figura 16: Trabalho de campo para o mapeamento dos logradouros (SAMPAIO, 2015).....	75
Figura 17: Mapeamento dos logradouros da Favela Dona Marta pelo IPP (SOUZA, 2012).....	76
Figura 18: Imagem completa da Câmera número sete. (Aplicativo de visualização do Borel em 3D, 2016).....	78
Figura 19: Camada de edificações, Favela do Borel. (Aplicativo de visualização do Borel em 3D, 2016).....	79
Figura 20: Pesquisa por bares e restaurantes. (Aplicativo de visualização do Borel em 3D, 2016).....	79
Figura 21: O mapa em versão cartográfica e a direita, os dados atualizados diariamente (Matias Maxx, 2014)	81
Figura 22: : Interior da favela Parada de Lucas, zona norte do Rio de Janeiro (Plataforma Tá no Mapa, 2016).....	83
Figura 23: Mapa Turístico da cidade do Rio de Janeiro (http://mapasblog.blogspot.com.br , 2015).....	86
Figura 24: Mapa da Região do Rio Comprido em 2011 e 2013, já sem a denominação das favelas da área (O Estadão, 2013)	87
Figura 25: Grupos nas redes sociais: Favela não se cala, Favela Orgânica e Estudos das Favelas Cariocas e Favela em Foco. (Facebook, 2016)..	89
Figura 26: Mapeamento coletivo dos indicadores de saúde em Mukuru, Quênia. (MBATHI, 2013:107).....	94
Figura 27: Diagnóstico de Brás de Pina (SANTOS, 1986:39).....	98
Figura 28: Plano de urbanização de Brás de Pina. (Santos, 1981, p. 62)	100
Figura 29: Plantas para projeto habitacional em Brás de Pina. A esquerda, planta do morador e a direita, planta da equipe técnica. (SANTOS, 1986:68-69)	101
Figura 30: Mapa de pontos notáveis nas comunidades do Terreirão e Vila Amizade. (Fonte: Cadernos do Favela-Bairro, 2005)	107
Figura 31: Mapa de indenticidades locais nas comunidades do Terreirão e Vila Amizade. (Cadernos do Favela-Bairro).....	108

Figura 32: Mapa do Cadastro do Iplanrio das favelas do Terreirão e Vila Amizade (Cadernos favela-Bairro, 1997).	110
Figura 33: Mapa de padrões construtivos do Terreirão e Vila Amizade. (Cadernos favela-Bairro, 1997).	111
Figura 34: Projeto de habitação e áreas livres - Plano de intervenção das Favelas do Terreirão e Vila Amizade (Cadernos favela-Bairro, 1997)..	112
Figura 35: Desenhos dos moradores e desenho síntese da Favela Vila Cândido (Cadernos favela-Bairro, 1997).	115
Figura 36: Desenhos dos moradores e desenho síntese da Favela Guararapes(Cadernos favela-Bairro, 1997)..	116
Figura 37: Desenhos dos moradores e desenho síntese da Favela Guararapes(Cadernos favela-Bairro, 1997)..	117
Figura 38: A esquerda, a primeira reunião de apresentação do programa Morar Carioca, em 2012; na imagem da esquerda, a equipe do NAPP trabalha no escritório local dentro da comunidade. (Arquivo NAPP)	120
Figura 39: Mapa de diagnóstico de Meio ambiente e Legislação urbanística. (Arquivo NAPP)	124
Figura 40: Mapa de diagnóstico de áreas de risco. (Arquivo NAPP)	124
Figura 41: Diagnóstico das áreas de convívio nas comunidades. (Arquivo NAPP)	125
Figura 42: Estudo dos pontos críticos a serem abordados na proposição nos temas: acessibilidade, meio ambiente, infraestrutura e áreas de risco. (Arquivo NAPP)	125
Figura 43: Projeto de Alinhamento (em laranja) previsto para a estrada Comandante Luis Souto. (Arquivo NAPP)	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CEDESP	Centro de Documentação e Estudos da Cidade de São Paulo
CTO	<i>Centro de Teatro do Oprimido</i>
DIC	Diretoria de Informações da Cidade
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FCP	Fundação da Casa Popular
IAB-RJ	Instituto de Arquitetos do Brasil
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IPP	Instituto Pereira Passos
LAURD	Laboratório de Análise Urbana e Representação Digital
NAPP	Núcleo de Assessoria Planejamento e Pesquisa
PAL	Projeto de Alinhamento
SABREN	Sistema de Assentamentos de Baixa Renda
SAGMACS	Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SIURB	Sistema de Informações Urbanas
SMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata dos diferentes discursos que interpretam as favelas através da análise dos registros gráficos desenvolvidos para os estudos urbanos no Rio de Janeiro. O desenho pode ser o próprio registro dos conflitos de interesse e da estigmatização desses espaços, mas também pode ser instrumento de luta política e do reconhecimento de seus direitos urbanos. O Trabalho parte do pressuposto de que o ato do desenho seja a partir de mapeamentos, fotografias ou outros modos de representação da favela podem ser ferramentas de investigação, transformação e numa análise final, um instrumento de reconhecimento de direitos urbanísticos desses espaços.

Através dos registros dos espaços circulares dos panoramas urbanos das principais capitais do século XIX, Margareth da Silva Pereira (2010) analisa as motivações políticas e sociais por trás da exposição dessas vistas urbanas. Panorama, segundo a autora, é um neologismo criado por Robert Barker entre 1788 e 1892 para designar a forma de representação pictórica de cenas em 360° exibidas em edifícios também circulares que tinham como objetivo envolver o observador numa experiência imersiva “rompendo com a tradição meramente contemplativa de exibição planar de vistas” (PEREIRA, 2010:160). Paris, Londres, Edimburgo, Roma, México, Lima, Nova York, Amsterdã. Dentre muitas outras, o Rio de Janeiro fez parte do que ela denominou *cultura panorâmica*. A partir do reconhecimento dos modos de vida, dos monumentos, formas arquitetônicas e da situação política, as cidades puderam conhecer, criticar e comparar outros e novos cenários urbanos.

Nos panoramas do Rio de Janeiro, o retrato jornalístico de Félix-Émile Taunay e F.G. Rommy mostravam além de suas belezas naturais, os rumos do cenário político da cidade no momento de sua independência; no panorama apresentado em Londres, a abertura dos portos brasileiros ao livre comércio com outras nações (PEREIRA, 2010:129). Pereira (2010) analisa as lentes pelas quais a cidade do Rio fora interpretada naquelas imagens, sob o julgamento de como

“deveria ser” nova capital em termos de forma construída como pelas práticas culturais e políticas, mas sobretudo questiona o motivo daquela cidade, dentre tantas outras, ser tema das exposições panorâmicas, sugerindo como principal motivação assinalar ao mundo que estávamos abertos ao intercâmbio econômico e ao “novo industrialismo liberal”, mas também como um novo cenário para “utopias” de uma humanidade que buscava reformas sociais e jurídicas. Para PEREIRA (2010), o fato de o Brasil ser objeto de representação significou a celebração de seu novo estatuto político recém-independente.

Para além dos métodos e técnicas que tornaram possível àquelas paisagens fabricadas em telas gigantescas circularem o mundo, a autora extraiu os significados do exercício visual comparativo entre as capitais que se fez possível a partir desses registros. O olhar crítico sobre as representações presentes nos panoramas trouxe à tona os interesses e as intenções para a nova capital do Império, desvendando através daquelas técnicas de representação suas ideologias e reflexões. O exercício do olhar de Pereira (2010) ilustra como as representações daquela vida urbana são reflexos dos momentos políticos, econômicos e sociais de uma determinada época. Ao analisar os panoramas, folhetos e outros registros gráficos, caminha entre as técnicas, a arte e as questões políticas que dão significado àqueles desenhos. O presente trabalho toma este exemplo como incentivo teórico e metodológico para tratar das representações gráficas dirigidas aos espaços das favelas na cidade do Rio de Janeiro.

As favelas nem sempre foram objeto de estudos urbanos. No Rio de Janeiro, nas décadas de 20 e 30, são elaborados planos para a extensão e embelezamento da cidade através da liderança intelectual de médicos, engenheiros e políticos interessados em transformá-la numa metrópole moderna, nesse contexto, as favelas foram objeto de representação e reflexão de Le Corbusier, que valoriza sua relação com a paisagem e a discute de maneira “fenomenológica, um fato poético” (PEREIRA, 1996). Passam depois a ser encaradas como um problema urbano, foco de doenças e pobreza (VALLADARES, 2005) e apesar das tentativas de remoções vão ganhando espaço permanente nas cidades brasileiras.

Diante desse crescimento, as favelas passam a ser objeto de desenho por parte dos organismos oficiais. De uma perspectiva local, a realidade de sua configuração aparentemente desordenada passa a ser enfrentada nos desenhos dos técnicos dos pesquisadores. Eram os primeiros passos para que a realidade das favelas ganhasse contornos sociais: a origem de seus moradores, suas relações de trabalho na cidade e suas necessidades.

Numa perspectiva histórica, o trabalho acompanha os primeiros censos e representações anteriores às políticas de projetos urbanos em favelas discutindo suas técnicas e significados até o reconhecimento gradual das favelas pela legislação urbanística, processo em evolução constante. Apresenta posteriormente os modos de representação na atualidade através da produção de mapas digitais que permitiram levar o desenho para fora do âmbito técnico, sendo o morador da cidade que a interpreta e compõe através das novas tecnologias disponíveis. Finalmente, o desenho é analisado dentro das políticas públicas de urbanização de favelas para compreender suas modificações de sentido daquelas anteriores aos períodos de intervenção.

A relação com o tema é fruto da experiência profissional com o projeto de um complexo de favelas na cidade do Rio de Janeiro junto à equipe do Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa- NAPP no âmbito do Programa de urbanização de favelas Morar Carioca. Durante o período do projeto iniciado em 2012 e em vias de conclusão, surgiram diversas reflexões acerca das intenções e interferências da prefeitura através da Secretaria de Habitação- SMH/RJ, o modo como se dava a participação dos moradores e sobre as dificuldades no projeto desses espaços. Aos poucos, os desenhos produzidos pela equipe buscavam articular não somente as intenções e decisões internas da equipe de urbanismo, mas aquelas reflexões vindas das outras disciplinas, nos mais diversos temas e abordagens. Mais que isso, os desenhos eram registros da articulação dos interesses da população e do poder público, representado pela Secretaria de Habitação – SMH e demonstravam seu conteúdo rico em discursos.

Esta experiência trabalho ocorreu no âmbito do Programa de Urbanização de Favelas da Prefeitura do Rio de Janeiro – Morar Carioca, apresentado com o objetivo de “promover integração urbana e social de todas as favelas da cidade”. O projeto seguiu o escopo e tempos propostos em contrato junto à prefeitura, que incluiu em sequencia as etapas de diagnóstico, plano de intervenção e projetos básicos nos diversos temas: infraestrutura (acessibilidade, iluminação pública, abastecimento de água, manejo de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, drenagem pluvial) transporte, contenção de encostas, equipamentos sociais e serviços, meio ambiente, paisagismo, situação fundiária.

As obras de urbanização do Morar Carioca são executadas de acordo com o porte e a condição de cada comunidade. Nas enquadradas como urbanizáveis e Áreas de Especial Interesse Social, estão previstas implantação de redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, iluminação pública e pavimentação, criação de áreas de lazer e paisagismo; as áreas de risco serão eliminadas e haverá regularização urbanística e fundiária. Nas comunidades acima de 500 domicílios que já foram parcialmente urbanizadas, estão previstos equipamentos públicos, ampliação da acessibilidade e a regularização urbanística. (SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SMH-RJ, 2014).

Os materiais produzidos neste contexto de projeto (mapas, desenhos, croquis e relatórios) buscam ora interpretar e compreender aquele determinado contexto urbano, ora promover a alteração de seu tecido com finalidades diversas que vão desde a melhoria de acessibilidade até para promoção de novos espaços públicos, moradia e infraestrutura. Como o próprio escopo antecipava, tinha ainda a intenção explícita de promover a legalização daquele espaço. Apareciam ali na prática profissional uma relação direta entre a ideologia e a técnica que tornavam cada desenho ou representação necessários para defender visões, propostas e projetos e por fim, regularizar legalmente um território.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo introduz o debate teórico sobre o qual se fundamentam os três capítulos seguintes. Com certa autonomia entre si, estes apresentam aspectos diferentes do desenho das favelas, como se explica a seguir:

No primeiro capítulo “O Discurso pelo Desenho”, o desenho é assumido como método de análise (ARTIGAS, 1986). Nesse estudo, busca-se

compreender os conteúdos dos meios de representação do espaço urbano através do entendimento de seu valor prático: para a obtenção da materialização construída na arquitetura e urbanismo; de seu valor enquanto produção artística e ainda como reflexo do pensamento técnico (ARTIGAS, 1986).

Como forma de assimilar os contextos políticos e econômicos em que são produzidos, é preciso demonstrar que além de ser expressão de um discurso técnico, estão em constante diálogo e muitas vezes em plena submissão aos meios em que o fazem existir (FERRO, 2006): dentro das políticas públicas a que respondem; de um contexto político mais ou menos comprometido com as causas sociais; com um orçamento a cumprir; com mais ou menos abertura para a participação popular.

A tese de Sérgio Ferro (2006) sobre o desenho e o canteiro retoma as produções arquitetônicas na Idade Média e relaciona o conteúdo de seus desenhos, mais abertos à interpretação e menos precisos e detalhados à democratização dos processos de produção da arquitetura. Nesse contexto, o desenho é discutido como uma linguagem democrática e um meio de reflexão.

Num segundo momento, apresenta-se a base teórica pela qual se analisará o enfoque da tecnologia e do emprego do computador no desenho urbano em favelas. Discutem-se as questões das técnicas e das possibilidades que se colocam com o emprego das ferramentas computacionais. Os mapas da cidade aparecem como interpretação de uma realidade, e a questão da informação é tema central (SANTOS, 2013). Conclui-se esse segundo estudo com as reflexões de Antoine Picon (2010) acerca dos temas da interatividade e informação nos mapas digitais sob dois pontos de vista principais: o individual e o coletivo. As cidades passam a ser representadas não mais pelas suas formas geométricas e arquitetura, mas pela representação de eventos no espaço construído.

Foi possível com este estudo desenvolver o conteúdo metodológico para analisar o desenho das favelas, sobre três aspectos principais que se desenvolveram nos capítulos posteriores:

- a) O desenho como forma de reconhecer e analisar o mundo visível, estabelecendo uma conexão entre o objeto analisado e o pensamento técnico de cada momento histórico.
- b) O desenho como potência de expressão do pensamento coletivo e individual.
- c) O desenho como produto direto das características de produção do espaço

O segundo capítulo “Desenho e Reconhecimento” apresenta a construção do campo de reconhecimento dos espaços das favelas como objeto de trabalho do urbanismo no Rio de Janeiro. Apresentam-se as condições que fizeram das favelas um “problema urbano”, demonstrando as primeiras reflexões sobre o desenho e a interpretação desses espaços no Rio de Janeiro no contexto político que defendia a erradicação de favelas. O segundo estudo aborda os caminhos para o reconhecimento das favelas em seu sentido social e jurídico. Revelando as contradições desse contexto, o desenho das favelas aparece tanto como símbolo do reconhecimento como da legalização desses espaços.

No terceiro capítulo “Desenho e Informação” são exploradas as possibilidades atuais de pesquisa e representação para a melhoria das cidades a partir de novos instrumentos: os mapeamentos digitais colaborativos. O desenho digital se apresenta como uma base de atualizações sobre os diversos *eventos* (PICÓN, 2010) da cidade, selecionados e dispostos nos mapas a partir de seus moradores. Discute-se, nesse contexto, a importância da *cultura da informação* (SOUZA, 2000) com uma característica fundamental na sociedade que deve saber produzir, criticar e solicitar informação na realidade em que se insere.

O desenho dos assentamentos informais associado às ferramentas de georreferenciamento tem sido usado em diversas partes do mundo, inclusive no Rio de Janeiro, como forma de permitir a colaboração popular na construção de informação sobre o espaço, mas também como meio de planejamento dos espaços urbanos. Em alguns exemplos apresentados, os mapeamentos são produzidos no contexto de políticas públicas, em outros, surgem por incentivo e construção

coletiva dos próprios moradores das favelas como forma de empoderamento social e para promover a interpretação de sua realidade segundo seu pensamento.

As tecnologias revelam por um lado, seu caráter facilitador na criação de bases digitais de informação, pela agilidade de se obter informação de diversos atores sociais ao mesmo tempo e de possibilitar que esses aspectos sejam gerenciados de forma visual. Por outro lado, se apresentam como um instrumento de afastamento ou de exclusão da participação de determinados setores da população que muitas vezes não tem acesso às ferramentas ou conhecimento técnico necessário para fazê-lo. Este estudo permitiu ainda questionar a relação entre esses instrumentos de informação e as políticas de projeto urbano discutidas no capítulo IV.

No quarto e último capítulo “Desenho e mediação”, as representações já aparecem como forma de ler e intervir no tecido urbano das favelas. O que se pretende investigar neste estudo é o desenho como mediação entre o pensamento técnico e a práticas de produção do espaço; como através dos meios de representação os profissionais interpretam o território e como produzem os ensaios de sua transformação junto à população.

O que se buscou não foi recontar a história das políticas públicas nessas áreas, vastamente discutidas em outros trabalhos. Através dos desenhos e de seus discursos, pretende-se demonstrar comparativamente como os condicionantes políticos, o discurso da técnica e a relação entre os diversos atores sociais envolvidos nesses projetos interferem no planejamento desses espaços.

Os capítulos anteriores mostraram alguns dos caminhos percorridos no Rio de Janeiro para o reconhecimento das favelas como espaço da cidade e parte dessas iniciativas passam pela necessidade de que produza informação sobre elas. Na fase de um projeto urbano, este assunto torna-se também primordial, sendo os diagnósticos das áreas de trabalho um dos primeiros enfrentamentos de uma equipe, o projeto é visto também, portanto, como um momento importante para gerar

informação confiável em parceria com a comunidade sobre as condições de vida e realidade de nossas cidades.

Algumas narrativas e contribuições de profissionais experientes no assunto aparecerão retratadas durante esse trabalho, as narrativas serão explanadas no contexto político em que se insere demonstrando os exercícios de reconhecimento do espaço e ainda as experiências recentes amplamente divulgadas sobre como novos modelos de desenho utilizando sistemas de georreferenciamento estão usando as tecnologias digitais para ampliar a participação popular e a representatividade dos moradores durante e depois dos processos de projeto, colocando nos meios de representação e de comunicação a missão de fazer com que perdurem os dados, os eventos urbanos e as comunicações entre os assentamentos e o poder público.

O trabalho desenvolve-se a partir da crença que este rico objeto de trabalho (o projeto urbano em favelas) tem muito a contribuir para as discussões da disciplina, não somente do ponto de vista do reconhecimento dos modos de produção de nossas cidades através da economia de mercado, ou sobre os riscos de enaltecer a pobreza exótica como adverte Valladares (2005), mas também sobre os significados das práticas urbanas em cada contexto político.

1. O DISCURSO PELO DESENHO

“Mapas geralmente são percebidos pela maioria, pelo leigo, como sendo dotados de uma objetividade ao nível máximo. O mapa tem uma subjetividade que é intrínseca e que não pode ser ignorada”. Vitorio Benedetti. Todo Mapa tem um Discurso, 2014.

As representações gráficas utilizadas na prática da arquitetura e urbanismo tem possibilitado valiosas contribuições para o entendimento de seus pensamentos teóricos e técnicos. Além de possibilitar a documentação e a réplica de ideias (HOUSER, 1980:435), permite construções de novas lógicas de ver o mundo conforme o uso de diferentes ferramentas técnicas.

Sendo acima de tudo uma interpretação (PICON, 2010), o gesto do desenho pode evidenciar determinados fatos como também ocultar informações sobre a nossa realidade, como no caso dos mapas urbanos. Diferente de uma obra concreta, o desenho revela elementos subjetivos da produção do pensamento (HOUSER, 1980:435), que podem se alterar ou não se concretizar plenamente quando postos em prática, permitindo ao esboço liberdade e exercícios diversos sobre uma ideia.

Abordou-se neste capítulo a questão da inclusão do uso do computador e das novas tecnologias devido a possibilidade de permitir uma visão sistêmica do espaço e as consequências deste fato para as novas leituras urbanas, como a representação dos *eventos* (PICON, 2010) da cidade. Uma segunda abordagem trata do emprego dessas novas ferramentas como impulso para tornar o desenho um instrumento de pensamento democrático do espaço urbano.

1.1. O desenho como forma de conhecimento

O desenho pode ser explorado como forma de conhecimento (ARTIGAS, 1986). Em aula inaugural pronunciada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) em março de 1967, Vilanova Artigas escolhe, ou o faz pelas circunstâncias políticas, o tema do desenho para discutir o campo de atuação do arquiteto urbanista. Ao trazer o ponto de vista da estética,

assume o campo de ação ampliado da arquitetura através do uso de novos instrumentos e da exploração artística, e discute o sentido de sua “utilidade” nas soluções de nosso mundo físico e social, eliminando a tensão entre a necessidade e a invenção; entre a construção e a decoração. O desenho aparece como símbolo do fim dessa tensão, um instrumento de linguagem capaz de unificar técnica e arte, servindo a ambos. É ao mesmo tempo *desígnio* e *mediação*, isto é, intenção, planos, projeto humano e é também meio para constituição de ideias: “Um espírito que cria objetos novos e os introduz na vida real” (ARTIGAS, 1986:45). No século XVII, no dicionário português e latino do padre Bluteau, é descrita com o sentido de “formar uma ideia, idear” como também pelo significado técnico: “desenhar no papel” (1986:45-46).

O “desenho” – como palavra (...) traz consigo um conteúdo semântico extraordinário. Este conteúdo equipara-se a um espelho, donde se reflete todo o lidar com a arte e a técnica no correr da história. É o método da linguística; do “neo-humanismo filológico e plástico, que simplesmente se inicia, mas que pode vir a ser uma das formas novas de reflexão moderna sobre as atividades superiores da sociedade”. O conteúdo semântico da palavra desenho desvenda o que ela contém de trabalho humano acrisolado durante o nosso longo fazer histórico (ARTIGAS, 1986:42).

A origem do desenho, segundo Artigas, está no grafismo paleolítico, que nasceu antes da linguagem oral: uma técnica humilde, sendo linguagem dos primeiros planos da natureza humana rudimentar (1986:43). Na defesa do arquiteto, o *disegno* assume a posição de técnica e arte simultaneamente a partir do Renascimento (1986:45), momento em que se impõe para além das tarefas mecânicas, a exemplo do trabalho de Leonardo da Vinci que ao mesmo tempo em que interpretava a natureza superando a insuficiência das ferramentas disponíveis através do desenho, trabalhava cuidadosamente suas composições, elevando o grau do desenho e da pintura.

[...] é provável que o próprio Leonardo não alimentasse a ambição de ser considerado um cientista. A exploração da natureza era para ele, em primeiro lugar e acima de tudo, um meio de adquirir conhecimentos sobre o mundo visível – conhecimentos de que necessita para a sua arte. Pensava que, ao colocá-la numa base científica, poderia transformar a sua amada arte da pintura de um ofício humilde numa atividade nobre e prestigiosa (GOMBRICH, 1999:294).

Como explica Hauser, é na Renascença que o desenho e o esboço se tornam importantes para além das formas artísticas, sendo também uma forma de

documentação e registro dos processos de criação “especial de expressão característica, distinta da obra acabada” (1980:435). Essa distinção entre o desenho e a obra acabada destaca-se por permitir que se compreenda o processo de invenção artística, revelando ainda componentes subjetivos de seu autor.

É sabido que entre o final da Renascença e o fim do século XIX a arte liberta-se dos dogmas da Igreja e passa a se relacionar com a filosofia científica, através da matemática, da geometria, da mecânica, da ótica, da teoria da luz e da cor, entre outros, trazendo racionalidade à representação da natureza como no emprego rigoroso da perspectiva central usada na reprodução do espaço (HAUSER, 1980:441).

As diversas linguagens gráficas como define Artigas, são formas de comunicação ligadas estreitamente ao que exprimem. “Como se viu, ninguém desenha pelo desenho” (1986:52). Como linguagem, deve ser acessível a todos independente de imaginação, talento ou vocação (ARTIGAS, 1986:42) não sendo possível interpretá-la a partir de uma leitura partida entre seu lado sensível e seu lado racional.

Esta visão “partida”, da qual alertava Artigas, torna-se mais acentuada com a Revolução Industrial em meados do século XIX e o surgimento posterior do desenho industrial. Os conflitos decorrentes da distinção entre a arte e a técnica ou entre o romantismo e a máquina se intensificam no campo da linguagem e das técnicas, como também ao campo das artes, influenciando o pensamento teórico da arquitetura (ARTIGAS, 1986:46).

O ideário *romântico* influenciou a arquitetura até a metade do século XX chegando a influenciar por mais tempo ainda sob certos aspectos (ARTIGAS, 1986:46). As construções teóricas de Siegfried Gideon e Lewis Mumford colocaram as máquinas numa posição exterior ao homem, de poder destacado e que o submete às suas leis, detendo o poder de decisão sobre as coisas, cabendo ao homem apenas dobrar-se às suas intenções (ARTIGAS, 1986:46). Esses pensadores iriam influenciar o pensamento e a produção de diversos arquitetos como Frank

Lloyd Wright, Gropius e Le Corbusier, que herdaram este conflito creditado ao surgimento da máquina.

Em alguns casos (como para Wright), isso resultou na busca pela volta à natureza, à vida “orgânica”. Para outros arquitetos, como Le Corbusier, se expressou em conflito: de um lado, pela defesa de um urbanismo mecanicista onde as técnicas resolveriam sozinhas todas as questões, sendo a grande cidade o próprio símbolo da máquina; por outro, um arquiteto que se dedicou profundamente aos símbolos humanistas usados pela arquitetura (ARTIGAS, 1986:51).

Artigas (1952, republicado em 1986) demonstrou como a produção arquitetônica dos dois profissionais a Wright e Le Corbusier expressa as premissas de cada escola e de cada tendência em que se inseriam os arquitetos, não sendo produto apenas de sua “fantasia” pessoal ou produto do acaso (1986:63).

Os materiais que Le Corbusier aconselha e emprega para a arquitetura, por exemplo, foram essencialmente uma expressão da indústria moderna. Para o arquiteto naturalizado francês, o homem deveria gozar de uma natureza com a qual o edifício se relaciona à distância, de forma controlada; propôs uma ordem realizada com o instrumento da técnica (ARTIGAS, 1986:64):

Para ele [Le Corbusier] a técnica é a nova ferramenta capaz de resolver todos os problemas do mundo moderno, desde os problemas mais mirabolantes da arquitetura, como plantar jardins no topo de edifícios ou construir autoestradas em viaduto atravessando cidades inteiras, até os problemas sociais (ARTIGAS, 1986:64).

Artigas (1986) explica a obra dos arquitetos como o produto direto do pensamento de uma classe dominante: a burguesia, fazendo duras críticas à Arquitetura Moderna que refletia a partir de seu pensamento “funcional” uma arma de opressão sobre o proletariado, convencendo-o da necessidade de planos e diagnósticos da cidade com o objetivo da instauração da “lei e da ordem”. A visão dominante da cidade expressa na crítica à desordem no transporte coletivo, no caos urbano dos cortiços das cidades ou ainda na má localização das fábricas em relação às moradias, tem como objetivo convencer o público da “inocência da burguesia” e

da necessidade de “sanear cidades” (ARTIGAS, 1986:70), é nesse contexto que Artigas (1986:71) vê o nascimento do próprio urbanismo.

Que o proletariado se convença que o cortiço, a ignorância, a fome, a “reduzida e mesquinha forma de vida que é obrigado a levar”, têm a sua origem, não na exploração do homem pelo homem, na essência do regime capitalista, mas no “estado atual de nossas cidades”, no caos urbano! (ARTIGAS, 1986:69).

Num outro exemplo de análise sobre o desenho, Sérgio Ferro apresenta em seu livro “Arquitetura e trabalho livre” (FERRO, 2006) um olhar da arquitetura para além do arquétipo, considerando as características de sua produção, fazendo uma análise fora do âmbito da estética e de sua produção artística. Uma vez que a produção do objeto arquitetônico está submetida aos meios de produção capitalista, Ferro (2006) admite a tese de que acima do próprio exercício da técnica, a produção arquitetônica responde aos processos de valorização do capital, mais do que aos desígnios do próprio pensamento arquitetônico: “(...) a elaboração material do espaço é mais função do processo de valorização do capital que de alguma coerência interna da técnica” (FERRO, 2006:107). A arquitetura é compreendida, desta forma, como mercadoria, tendo como motivação principal a geração do lucro.

Nesse contexto, o desenho é “mediação insubstituível para a totalização da produção sob o capital” (FERRO, 2006:107), ele se torna símbolo das condições que transformam a arquitetura em mercadoria a partir de pressupostos como a definição do programa, preço limite, a escolha da técnica e finalmente para a divisão dos processos de trabalho. Através do exemplo das construções na Idade Média, onde os construtores eram reconhecidos como artistas, com pouca ou quase nenhuma hierarquia de trabalho, Ferro (2006) explica que apesar dos indivíduos no canteiro terem indicação para uma ou outra tarefa específica, não havia divisão técnica do trabalho ou divisão social do trabalho. As decisões eram tomadas em tempo real, o que indicava envolvimento e conhecimento do todo, por todos. Aos poucos o desenho passa a ser ele próprio o instrumento das decisões, ganhando distância dos processos anteriores, passando a ter valor jurídico, prático.

Enquanto na Idade Média os desenhos continham poucas informações precisas, deixando em aberto para reflexão certos temas que seriam enfrentados pelo artesão, a partir do século XVII, com a revolução industrial, eles passam a ser

cada vez mais precisos e com intenção de serem reproduzidos, já que serviam a fabricações cada vez mais repetitivas. “Um desenho torna-se uma ordem”. (DEFORGE, 1970:108-111, apud FERRO, 2006:152-153).

Pondo de parte o fato de o artista medieval, certamente, não atribuir às suas ideias de momento a mesma importância que lhe atribuíam os artistas posteriores, e o de, provavelmente não considerar que merecesse a pena registrar inspirações momentâneas, o motivo de serem raros os desenhos medievais que chegam até nós, pode filiar-se no fato de os desenhos só terem difundido, quando se tornaram disponíveis e a preço razoáveis grandes quantidades de papel [...] é certo que então se ligava menos importância à sua conservação do que mais tarde, e toda a diferença entre a filosofia artística da Idade Média, com as suas maneiras de pensar realmente objetivas, e o subjetivismo da Renascença se lhe atribuía também valor pessoal. O desenho tornou-se a fórmula direta da criação artística, porque constituía a expressão mais flagrante do fragmentário, do incompleto e do não completável; que em última análise, é peculiar a todas as obras de arte (HAUSER, 1980:436).

Segundo Ferro (2006) o desenho passa a ser o próprio instrumento de mais-valia do trabalho do arquiteto a partir do Renascimento. Ao olhar pela lente da produção no canteiro de obras, Ferro explica como ocorre o parcelamento do trabalho, a exploração do trabalhador, bem como seu consequente afastamento intencional dos processos construtivos. Ele credita ao desenho a maneira pela qual um determinado pensamento se torna produto, a partir de sua reprodução “o desenho pronto de fora”, do isolamento das etapas de construção e pelo emprego da técnica como forma de acentuar a alienação dos processos.

Sobre a questão do domínio do pensamento técnico, Sérgio Ferro (2006:130) explica que os chamados “desenhos técnicos”: detalhados até o limite numa concepção minuciosa garantem, por um lado, a reprodução de uma ideia, por outro, são verdadeiros códigos que reduzem o espaço a planos de leitura confusa e tem a função de segregar: arquitetos e engenheiros tornam-se detentores de um modo de comunicação que, pelas suas características, exclui, cria uma hierarquia. Ao tratar do tema da produção do espaço no sistema de produção capitalista, o arquiteto demonstra como o rompimento entre a construção (o canteiro) e o desenho, coloca este último, numa posição superior capaz de alienar os processos decorrentes do produto do arquiteto (FERRO, 2006:110).

O que Ferro sugere, dentro do contexto que analisa, é a defesa do que ele denominou “contra-desenho”, ou o “desenho pronto a se retirar”: aberto a

interpretações, mais livre e menos ordenador, “com menos prescrições desnecessárias e mais aberturas: um tema para debates” (2006:429).

O processo de projeto urbano ou arquitetônico configura um produto, desenho, em que constam instruções para que se façam as obras. Como alertava o mestre Artigas (1996), Ferro (2006) desenvolve a teoria crítica sobre o emprego do concreto na arquitetura moderna brasileira e deflagra a situação de distanciamento entre a decisão do uso deste material e a prática dos trabalhadores brasileiros, que por desconhecer a técnica, se distanciam de sua própria função.

Entende-se o desenho, portanto, como um dado rico em conteúdo de análise dos processos de produção do espaço construído. Registro do pensamento crítico e artístico de seus autores, é fruto também dos métodos, do pensamento da disciplina. O desenho pode revelar ainda as condições políticas que o produziu. As questões relativas à técnica utilizada também surgem de um contexto ampliado, que muitas vezes extrapola a equipe de trabalho, revelando sistemas superiores para cumprir finalidades específicas. Por outro lado, atenta-se para o desenho como meio de reflexão, de transformação de ideias através da cooperação de um coletivo (FERRO, 2006:428): um desenho que é mais “geral” que se transforma numa nova realidade a partir da elaboração coletiva: “O desenho só conta quando se perde na matéria e volta outro, transformado pelo trabalho que o redescobre transubstanciado” (FERRO, 2006:429).

1.2. Novas dimensões a partir do uso da tecnologia na representação de nossas cidades

Diversos autores discutiram o chamado “impacto da tecnologia” com o advento das novas possibilidades de representação do espaço por computador. As técnicas são produzidas segundo interesses e sentidos diversos sendo também apropriadas pela sociedade de maneiras divergentes. Entretanto, elas possuem grande capacidade de condicionar uma sociedade (LÉVY, 1999:26). Ao distinguir *condicionar* de *determinar*, Lévy (1999) explica que uma tecnologia pode conceber possibilidades, mas sem força para determinar ações.

Uma técnica não é boa, nem má (isto depende dos contextos, dos usos e dos pontos de vista), tampouco neutra (já que é condicionante ou restritiva), já que de um lado abre e de outro fecha o espectro de possibilidades (LÉVY, 1999:26).

A tecnologia pode, por exemplo, influenciar na eficiência de conceitos existentes, como no caso de termos hoje incorporados ao universo da internet e ao uso dos computadores. É o caso dos *hiperdocumentos*, termo que segundo Lévy (1999:57-60) significa uma “pesquisa de informação” apresentada de maneira livre, sem um caminho específico a seguir, deixando que cada usuário persiga o assunto de seu interesse específico na ordem que ele mesmo definir. O mesmo conceito de pesquisa está presente numa enciclopédia, numa biblioteca ou numa pesquisa feita pela internet. O que muda nesta última é, entre outros fatores, a velocidade, a maior capacidade de atualização e volume de informação pesquisado ou ainda, a possibilidade de receber a informação a partir de diferentes mídias¹ ao mesmo tempo (LÉVY, 1999:64).

Entretanto, alguns autores estabelecem novas percepções e até novas dimensões a partir do uso da tecnologia na representação de nossas cidades. As dinâmicas da sociedade e do território no atual período denominado técnico-científico mostram a interdependência entre a ciência e a técnica em todos os aspectos do nível social. O período está marcado pela “grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática” (SANTOS, 2013:117). Isto traz a possibilidade de perceber os fenômenos de uma nova maneira, relacionando diferentes eventos independentes ocorridos em diferentes lugares, o que Milton Santos denominou “fenômeno da simultaneidade” (2013:117).

O advento da fotografia de satélite, por exemplo, permitiu a experiência empírica da visualização da totalidade dos objetos na Terra. A sucessão e atualização constante das imagens permite ainda o acompanhamento da evolução dos processos de ocupação da Terra.

¹ Suporte ou veículo da mensagem (LÉVY, 1999:64).

Hoje, cada momento compreende, em todos os lugares, eventos que são independentes incluídos em um mesmo sistema de relações (...). A simultaneidade retratada é fato verdadeiramente novo e revolucionário para o conhecimento do real e o correspondente enfoque das ciências do homem, alterando-lhes, assim, os paradigmas (SANTOS, 2013:117).

As fotografias de satélite de que fala Milton Santos (2013) são representações do espaço que permitem a possibilidade de que delas se extraiam informações sobre um determinado lugar num tempo isolado ou, por comparação, de suas transformações ao longo do tempo. Independente da técnica utilizada (fotografia ou num desenho a mão) o que se observa em primeiro lugar é que a representação do espaço contém informação sobre ele; em segundo, que esta informação está passível de interpretação por um determinado observador. A representação de um espaço implica, portanto, em informação e em interpretação de dados.

Para Milton Santos (2013:116) o espaço tem um papel privilegiado no processo de conhecimento científico no mundo globalizado, pois é capaz de “cristalizar os momentos do passado”, sendo ainda o lugar do encontro entre passado e futuro. Graças à transformação da sociedade industrial em sociedade informacional, pode-se perceber o presente de maneira dinâmica (a depender do modelo adotado), uma “realidade em movimento” que pode ser reconhecida pelo comportamento sistemático das ocorrências, dando uma nova significação à totalidade de um determinado fenômeno (SANTOS, 2013:116).

Para Antoine Picon mapear uma cidade vai além de fazer uma representação da mesma, é dar-lhe sentido (2010:191). O mapa de uma cidade não é uma representação do que ela é, mas, de maneira implícita ou não, é a representação do que é importante para quem a produz, do que deve ser mantido, do que deve ser transformado na cidade e ainda, de que maneira esta transformação deve ocorrer (PICON, 2010:191).

Picon (2010:191) explica que os mapas urbanos sempre estiveram ligados aos diagnósticos e aos projetos urbanos: no período renascentista estes eram usados principalmente para retratar elementos importantes da arquitetura: os pórticos de entrada ou os principais monumentos das cidades. Como observa

Koolhaas na introdução do “Atlas das cidades do mundo entre 1572 e 1616” (Braun, Hogenberg: 210), três cores dominam os mapas daquele período: o verde da terra, o vermelho da cidade e o azul das águas.

É possível observar na gravura da cidade de Florença a seguir, que as edificações da cidade bem como seus muros são representados em vermelho na sua maioria, de onde se destacam o rio Arno em azul; em verde, as colinas que circundam toda a cidade. Aparecem destacados em azul também entre o mar de pequenas casinhas, os telhados dos monumentos principais da cidade como a catedral de Santa Maria del Fiore (de Filippo Brunelleschi), a torre do sino (Giotto), o Batistério, o Palazzo de la Signoria (conhecido atualmente como Palazzo Vecchio).

Já nos séculos XVII e XVIII, os mapas urbanos representam a geometria do tecido urbano com o objetivo de torna-lo mais racional através das técnicas de composição (Picon, 2010:191). Como explica Lamas (2007:172-198) o quarteirão, o traçado das ruas, o posicionamento das praças, o edifício, os espaços verdes tornam-se elementos de composição da cidade, num sistema que analisa a relação edifício/fachada/espço urbano.

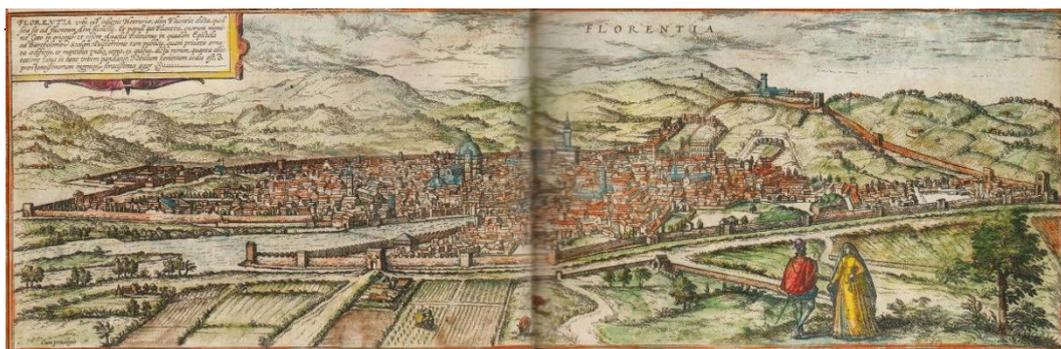


Figura 1: A cidade de Florença (BRAUN, HOGENBERG, 2010:110-111).

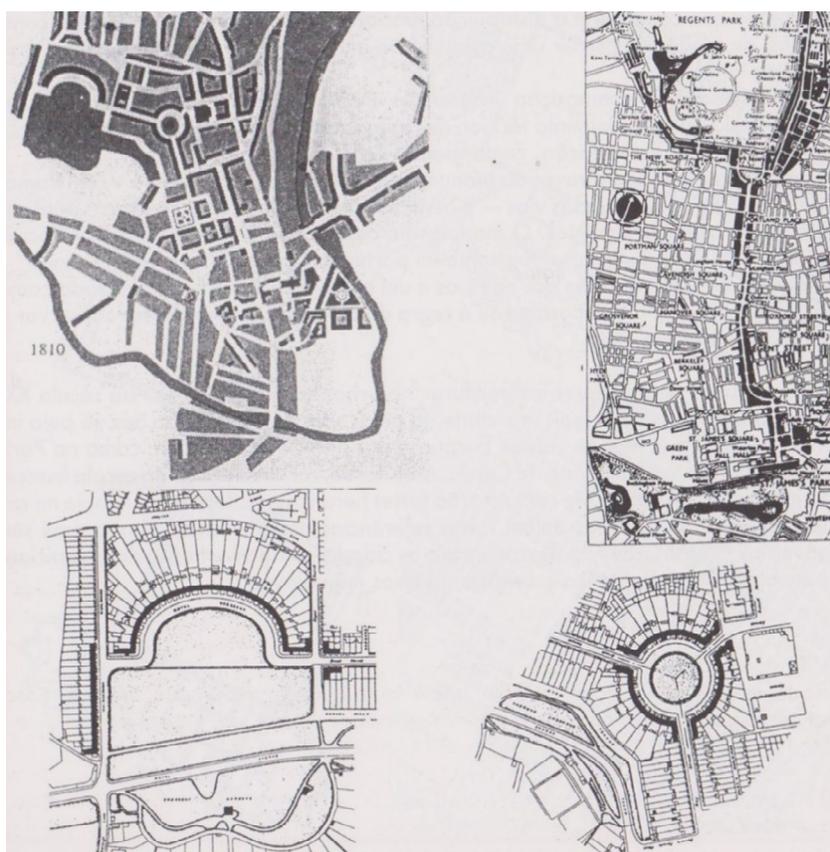


Figura 2 : Estudos de tipologia do final do século XVII para as cidades inglesas – o crescente, o circus e o Square. (LAMAS: 2007:199).

No século XIX os mapas urbanos passam a trazer as novas dimensões tecnológicas da cidade representando, por exemplo, redes territoriais (PICON, 2010:191). Para Picon, as ferramentas da cartografia tradicional já não dão conta das muitas entidades complexas sem limites definidos que compõem nossas cidades (2010:191).

Devido a essas novas características da cidade contemporânea, o autor questiona que tipos de mapas fazem sentido para as cidades de hoje e define dois em potencial: àqueles relacionados aos fenômenos globais e os que representam experiências individuais, sendo ambos de produção e manejo digital.

Os *mapas globais* são aqueles que mostram a cidade desde uma perspectiva de “sala-de-controle”, como os mapeamentos de tráfego que centralizam e atualizam informações de grandes áreas, como faz o Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro. São mapas que podem ser avaliados em

versão parcial (o tráfego num determinado horário num determinado bairro) ou comparativamente (os horários de maior engarrafamento durante um dia em toda a cidade). Apesar de assumir o termo “global”, Picon assinala que estas como quaisquer outras representações da cidade, mostram apenas uma perspectiva seletiva de seus aspectos. “Esta característica seletiva sempre foi a verdade dos mapas” (PICON, 2010:192).

Os *mapas locais* ou de experiência individual representam a cidade da maneira pela qual a experimentamos, do ponto de vista do pedestre (PICON, 2010:192). Para Antoine Picon, os mais emblemáticos nesta escala são aqueles mapas que podem ser acessados por ferramentas pessoais conectados a um sistema de informação digital, como por celulares com acesso à internet. Os dados são posicionados geograficamente e podem ser acessados pelos usuários à medida que passeiam pela cidade (2010:192). Uma vez que são virtuais, ambos os tipos de mapeamento, globais e locais, são de representação dinâmica, podendo o usuário filtrar as informações que precisa e atualizá-las todo o tempo.

Ao caracterizar o conceito de virtual, Pierre Lévy (1999) apresenta as tecnologias do universo digital como maneiras de não somente tornar mais eficientes determinadas ações e saberes, mas de torna-las possíveis. O autor se apoia na oposição entre o conceito corrente e filosófico do que é virtual para explicar seu conceito. No sentido corrente, virtual se aproximaria do que não é sensível, do que não existe, uma visão que potencialmente nega uma realidade. Já no sentido filosófico, o virtual é uma potencialidade de uma situação atual, portanto se refere a uma realidade que ainda não se concretizou, mas é parte importante de uma dimensão ainda não materializada ou alcançada (1999:49).

A digitalização, método pelo qual tornamos uma ideia virtual visível através da interpretação de dados pelo computador é para Lévy (1999:48) uma questão paradigmática que se aproxima da visão filosófica do virtual e, portanto, tem conexão direta com a realidade que representa, sem necessariamente ter o poder de alterá-la.

Ao tratar das representações digitalizadas, como no caso dos mapas de experiências pessoais definidos por Picon (2010), Pierre Lévy sugere igualmente um caráter de autoria por parte do usuário da ferramenta: através da seleção dos dados e da ordem em que eles aparecem “o texto é reescrito por cada leitor” (1999:58-60). Nestes casos, o computador aparece numa posição superior a outras ferramentas, sendo não só um meio mais eficaz de realizar a representação, mas de torna-la possível através da digitalização da informação, o que ocorre de maneira mutável e dinâmica: “o virtual é uma fonte indefinida de atualizações” (LÉVY, 1999:50).

O desafio atual dos mapeamentos urbanos é desenvolver maneiras de integrar níveis globais e locais de mapeamento, de maneira que ao lidar com as diferentes escalas possa representar mais do que objetos arquitetônicos e posições estáticas, mas também situações, eventos e ocorrências (PICON, 2010:193). O que se vê nos mapas atuais está intimamente ligado ao que somos, ao que estamos fazendo e ao que pretendemos fazer; possibilitando análises de cenários presentes e simulações futuras da realidade no espaço construído, como previu Milton Santos (1999), numa interdependência entre os eventos locais e “globais” que se passam no território.

A importância dada aos eventos não é resultado do uso do computador, seu emprego nas representações da cidade, expressou uma forma de interpretação anterior a esta ferramenta. Os movimentos de vanguarda de arquitetura e urbanismo dos anos 50 e 60 passaram a representar e apreender as cidades a partir de um sistema de eventos (PICON, 2010:194). Em oposição à representação “estéril” da cidade concebida pelo movimento moderno o grupo Archigram² numa exposição em 1963 enfatizou a vitalidade da cidade como uma estrutura, um ambiente global que produzia eventos, ocorrências e cenários diversos (PICON, 2010:194).

2 O Archigram, formado na década de 60, era composto principalmente pelos arquitetos londrinos Warren Chalk, Peter Cook, Dennis Crompton, David Greene, Ron Herron e Mike Weeb. De estética não funcionalista e através da exploração inventiva das tecnologias, o grupo publicou uma revista que levava o nome do grupo com trabalhos instigantes de arquitetura que questionaram até mesmo a necessidade das cidades. Entre alguns de seus trabalhos destacam-se “Walking City” (1964), “Plug-in City” (1962-1964) e the “Living Pod” (1966).

A exposição “Living City” ocorreu no Instituto de Arte Contemporânea, em Londres, e envolveu pela primeira vez todos os integrantes do grupo Archigram num só projeto. A exposição tinha o interesse de expor a vitalidade presente na cidade ao invés de sugerir planos para uma nova cidade. Por isso, as representações expostas davam maior importância ao ambiente urbano que para sua arquitetura, com o objetivo de discutir os efeitos do contexto urbano na condição humana, a resposta que ele gera no indivíduo; capturar e representar sua vitalidade. “Nós temos que perpetuar a ideia de que a vitalidade da cidade vai morrer nas mãos de duros planejadores e arquitetos-estetas”³ (ARCHIGRAM, 1973:20).

A recriação de ambientes urbanos é comumente um processo enfadonho, que tem a ver apenas com densidades, alocações de espaço, cumprimento dos regulamentos, e o espírito da cidade é perdido no processo. O alerta veio de H. Whyte em Exploding Metropolis e Jane Jacobs em Morte e Vida de grandes cidades. O problema encarado por nossas cidades não são a regeneração, mas seu direito de existir. (ARCHIGRAM, 1973:20, tradução nossa)⁴.



Figura 3: Imagen da exposição Livin City (Archigram. 1973, p. 24.)

³ “We must perpetuate this vitality of the city will die at the hands of the hard planners and architect-aesthetes”.

⁴ “The re-creation of environment is too often a jaded process, having to do only with densities, allocations of space, fulfilment of regulations; the spirit of cities lost in the process. The warming has to come from H. Whyte in The Exploding Metropolis and Jane Jacobs in The Death and Life of Great American Cities. The Problem facing our cities is not just that of their regeneration, but of their right to an existence”

Essa vitalidade para o grupo Archigram se dava tanto pelos eventos mais triviais como pelos mais impressionantes, sendo todos de importância como a mobilidade de milhões de pessoas e veículos num dia. “Quando chove em Oxford, a arquitetura não é mais importante que a chuva”. Para o grupo, a cidade é o ambiente com maior qualidade de experiências que já foi dividido entre tantas mentes e interesses (1973:20). Antoine Picon explica que a valorização da cidade a partir de seus eventos decorre do pensamento crítico do urbanismo expressa nas colagens e ricos trabalhos gráficos do grupo Archigram, ou ainda, sob outras abordagens, nas ilustrações de Guy Debord e Asger Jorn⁵ (1958) baseados nos conceitos de deriva e “psicogeografia” como no tema da exposição e livro do filósofo Paul Virilio⁶ “O que acontece” em 2002 (2010:194).

Baseados nos eventos, os atuais mapeamentos urbanos consideram tanto os acontecimentos de grande impacto como aqueles ocorridos de minuto a minuto, como o trânsito ou o clima, fazendo deles marcos que definem a cidade contemporânea tanto quanto seus monumentos (PICON, 2010:196). A análise da cidade na era digital levanta a questão dos efeitos da experimentação dos espaços urbanos frente aos novos meios de comunicação das redes sociais e pelo uso da internet. Para Picon, a experimentação na cidade sob o ponto de vista dos eventos pode ser uma forma mais produtiva de análise da cidade na era digital/informacional do que àquelas dedicadas ao argumento da individualização ou da dispersão das cidades⁷. O autor conclui que algumas das teorias dispostas sobre o tema das cidades digitais já não se fizeram verdade, como o apontamento de que a circulação

5 A ilustração de Guy Debord e Asger Jorn intitulada “The naked City: Illustration de l’Hypothèse des Plaques Tournantes em Psychogéographique” apresenta a cidade como uma matriz de possibilidades de eventos e cenários.

6 Paul Virilio, *Ce qui arrive*.

7 Devido à permissão do encontro de pessoas espacialmente distantes, a sociedade passou a temer a diminuição da sociabilidade. Picon (2010:172-176) cita estudos de sociologia que apontam o contrário. Em artigo sobre o “não lugar urbano” intitulado “The Urban Place and the Nonplace Urban Realm”, o sociólogo Melvin Weber (1964:79-153) explica que a vida urbana e a chamada experiência urbana sempre foram sinônimas, com uma dissociação parcial das limitações de localidade; por sua vez o britânico sociólogo de ciência e tecnologia Steve Woolgar (2002:17-19), explica que os ambientes virtuais de interação tornam-se mais intensos quando baseados em elementos da realidade, por exemplo, quando os grupos virtuais são feitos por pessoas que já se conhecem pessoalmente ou são de um mesmo grupo social.

física iria ser substituída pelas comunicações eletrônicas (MITCHELL, 1995 apud PICON, 2010:172).

Os eventos podem ser analisados nos níveis individual e coletivo, no primeiro, evocando sensações pessoais, percepções subjetivas; por outro podem ser elementos chave para o que Picon (2010) definiu como a construção consciente da identidade e da vida de um lugar. Para o autor, um dos novos desafios da cidade contemporânea está justamente na conciliação de espaços que ao mesmo tempo em que intensifiquem a experiência individual, possam representar uma narrativa coletiva de cenários, para dar sentido à vida em sociedade (PICON, 2010: 200-201).

2. DESENHO E RECONHECIMENTO

Sendo o desenho uma expressão de um pensamento teórico, foi necessário fazer um breve histórico das práticas e premissas do urbanismo no Rio de Janeiro para reconhecer os contextos em que são elaborados os primeiros registros das favelas no contexto da disciplina. A apresentação destes aparecem de maneira cronológica a partir de marcos para a conquista do reconhecimento desses espaços tais como o primeiro Censo de 1950 e o estudo sobre favelas no Rio de Janeiro coordenada pelo sociólogo José Arthur Rios dez anos depois.

Num segundo momento, destacam-se a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) durante a administração de Israel Klabin (1979-1980) e o texto da Constituição Federal de 1988, que amplia o debate sobre o direito à cidade. Sendo estes eventos importantes para a diminuição das políticas de remoção dando novo sentido às representações das favelas.

Este ensaio reconhece as iniciativas que ampliaram o interesse da pesquisa urbana sobre o espaço das favelas, o seu mapeamento passa a ser produzido oficialmente no município do Rio de Janeiro, como forma de integrar seus logradouros ao município. Ao mesmo tempo em que se observa um movimento a favor de sua permanência, por outro lado este ensaio atenta para as poucas conquistas no que se refere a obtenção da plena cidadania e direitos desses moradores. Discute-se nesse contexto a importância de ser mapeado.

2.1. A construção da favela como objeto de estudo urbano e seus primeiros mapeamentos

Em “Notas sobre o urbanismo no Brasil: construções e crises de um campo disciplinar” Pereira (2003) explica os percursos da formação do urbanismo, cujo nascimento é sincrônico ao de outras disciplinas ao longo do século XIX, tendo se aproximado ora daquelas mais técnicas e artísticas como a engenharia e a arquitetura; como também daquelas reguladoras e normativas, como o direito e a economia. A autora explica que apesar de ter participado dos processos de fragmentação dos campos do conhecimento no século XVIII, o urbanismo se

caracterizou pela defesa de uma visão “global” e “sintética” contrariando os movimentos de especialização de saberes sobre a cidade:

A “natureza múltipla” do Urbanismo não o torna apenas um campo disciplinar particularmente complexo. Ela demarca as próprias regras ambíguas do jogo em que ele se exercita. Em outras palavras, ela baliza a ambição e os limites de um campo de análise e intervenção diante de um objeto plural e de apreensão instável – a cidade- compósito e formado por temporalidades diversas e que, mesmo em relance, não esconde sua aparência fugidia. (PEREIRA, 2003: 69).

Entre o urbanismo “prático” (intervencionista, funcional) e os estudos sobre a vida em cidade, Pereira aponta que essas ambiguidades permeiam a constituição do campo disciplinar que ao longo da história foi transformando suas prioridades em torno dos conceitos de “circulação, higiene e embelezamento” para assumir lutas políticas por inclusão e justiça social. Processos ora coletivos, ora individuais de uma prática ainda indefinida entre a ciência e a arte, a política e a técnica.

A obra *A Cidade, Povo e nação. Gênese do urbanismo moderno* (RIBEIRO; PECHMAN, 1996) apresenta a contribuição de diversos autores acerca do início da formação do profissional urbanista no Brasil e em diversos países da América Latina no período entre 1900 e 1940. O estudo reforça a relação íntima entre a cultura política e técnica aplicadas nestes países e o “modelo francês” na formação dos saberes e ações para os problemas urbanos. Os temas da formação da “imagem”, da “identidade” e do “embelezamento urbano” estiveram em pauta nos debates e ações iniciais que deram orientação à construção e às transformações de nossas cidades, influenciando diretamente no tratamento da questão das favelas.

O entendimento das favelas como uma questão urbanística está diretamente ligado à construção do imaginário desses espaços como um problema a ser solucionado. Antes que fosse objeto de pesquisa e trabalho de arquitetos e urbanistas no Rio de Janeiro, as favelas foram estudadas e analisadas fora desse campo (VALADARES, 2005).

A *descoberta* da favela como um problema social e urbanístico esteve relacionada às questões da pobreza e ócio numa conjuntura social que remete

principalmente à preocupação com o futuro da jovem república, sua imagem, como disse Pereira (2003). Então capital do país, o Rio de Janeiro do final do século XIX e primeira metade do século XX enxergou seus cortiços com a mesmo olhar que as cidades industriais europeias diagnosticaram as *slums* das cidades inglesas: um diagnóstico de pobreza, crime, doenças e ociosidade. Depois das campanhas sanitaristas e de erradicação dos cortiços, os debates sobre a extinção daquelas moradias se estenderam às favelas, como explica Valladares:

No Rio de Janeiro, foram promulgadas leis para impedir a construção de novos cortiços, começando por posturas municipais. No final do XIX, uma verdadeira “guerra” foi desencadeada, levando à destruição do mais importante deles, o Cabeça de Porco. Mais tarde, Pereira Passos, prefeito do Rio entre 1902 e 1906, e conhecido como o “Hausman tropical”, foi o principal autor de uma grande reforma urbana, com o objetivo, entre outros, de sanear e civilizar a cidade erradicando um sem-número de habitações populares (2005:24, grifo do autor).

Na década de 20 surge uma militância intelectual de engenheiros com o objetivo de divulgar a nova ciência e a sua importância para os destinos do país, e a exemplo da França, são realizados projetos de reforma social e das cidades como o *Centro Carioca*, grupo formado por médicos engenheiros, advogados e literatos para discutir os problemas da cidade do Rio de Janeiro (RIBEIRO; PECHMAN, 1996).

O contexto político da capital favoreceu a influência da visão e gestão da cidade por estes profissionais que se empenharam em dar conta da questão da pobreza e salubridade do ponto de vista da racionalidade e limpeza urbana, as moradias insalubres das favelas tomam o espaço da discussão sobre os cortiços, concentradas na análise do Morro da Favella, ainda que outras favelas já estivessem estabelecidas anteriormente como o Morro da Providência, o Morro de Santo Antônio, A Quinta do Caju e a Mangueira (VALLADARES, 2005:26 apud ABREU, 1994:35). Os profissionais da imprensa, literatura, engenharia, medicina, direito e filantropia foram os primeiros a denunciar essas condições e a construir o imaginário coletivo sobre as favelas a partir de fotografias, relatos publicados nos jornais e artigos sobre o tema com objetivo de conhecer, propor soluções, administrar e gerir a pobreza e seus personagens; “a ciência se pôs a serviço da

racionalidade, da ordem urbana e da saúde da população de suas cidades” (VALADARES, 2005:24).

Segundo Pereira (1996:363), esses movimentos que buscavam discutir o Rio procuraram interpretar a cidade como uma metrópole moderna e acabaram por institucionalizar um novo perfil para os profissionais que passaram a intervir na estruturação e planejamento das cidades brasileiras. Uma figura central nesse contexto é o médico Mattos Pimenta, especialista em questões sanitárias, era também jornalista e engenheiro. Ele publicou diversos estudos sobre as favelas do Distrito Federal empreendendo as primeiras campanhas a favor da remoção das favelas da cidade e foi o responsável por introduzir o tema da estética à questão: a preocupação com a beleza da cidade (VALLADARES, 2005:41). Mattos Pimenta, segundo Valladares (2005) acompanhou de perto o desenvolvimento das cidades europeias, particularmente Paris, aonde a concepção sistêmica da cidade ia ultrapassara o olhar higienista e embelezador. Ainda segundo a autora, Pimenta tinha uma forte relação com o capital imobiliário e por isso valorizou a mobilização entorno da construção de novos bairros modernos.

Neste período, surgem vários projetos e planos urbanos para as cidades da América Latina, no Rio de Janeiro é elaborado o Plano de Extensão, remodelação e Embelezamento por A. D. Agache. Para Valladares (2005) as ideias de Mattos Pimenta influenciaram atores como Agache, além de instituições de financiamento como o Banco Nacional de Habitação (BNH).

O plano de Agache, segundo Pereira (1996), interpretou a cidade como um laboratório e instituiu uma abordagem metodológica que incluíam estudos científicos que partem da cidade existente, de suas características funcionais, demográficas e econômicas:

Agache, convidado pelo prefeito Antônio Prado Junior para fixar um programa de “remodelação” da cidade, elabora um dos mais precisos e minuciosos estudos sobre o Rio de Janeiro já realizados, servindo, até hoje, de referência para seus planejadores. Seu plano de intervenção, criticável em muitos dos seus aspectos pelo seu esquematismo, pela rigidez que introduz no zoneamento, pela segregação dos grupos sociais que assume e fomenta, não deixa de ser um “modelo metodológico” (PEREIRA, 1996).

No texto de apresentação do Plano do Rio, Agache fala sobre as favelas, especialmente sobre o Morro de Santo Antônio, discorrendo sobre os problemas desses assentamentos em geral. Ele chegou a visitar o Morro da Providência e, sendo também sociólogo por formação, preocupou-se em compreender as causas dos fenômenos das favelas apontando, por exemplo, as dificuldades de acesso à moradia (VALLADARES, 2205:47).

Suas soluções urbanísticas seguiram as orientações dos reformadores sociais europeus, defendendo a construção de moradias populares acompanhada da destruição das habitações precárias (VALLADARES, 2205:47). Para Valladares (2005), não seria possível naquele momento conceber o desenho das favelas, que se opunham àquela racionalidade técnica europeia, sendo “natural” sua remoção. As técnicas aparecem como solução aos problemas modernos (ARTIGAS, 1996:64), neste momento o desenho das soluções urbanas se afasta do território das favelas, defendendo outras formas de habitação.

A passagem de Le Corbusier pelo Brasil ocorre justamente neste período, que coincide com o aumento do processo de favelização na cidade, mas seu olhar teve pouca representatividade para a questão (VALLADARES, 2005). Segundo Pereira (1996) a relação de Le Corbusier com o Rio foi completamente oposta à de Agache, ainda que perceba nas duas concepções as mesmas orientações herdadas de Haussman e atualizadas por Eugene Hénard presentes nos grandes eixos de circulação, e na “visão de um espaço urbano regulado pelos ritmos da circulação mecanizada” (expressa nas ferrovias por Agache e pelo automóvel nos planos de Le Corbusier) (1996:371).

Le Corbusier faz sua primeira viagem ao Rio em 1929, quando realizou conferências sobre a arquitetura e o urbanismo (proferidas anteriormente na cidade de São Paulo). Sua visita, que teve o apoio da família do escritor Paulo Prado, ocorre no mesmo período em que se encontra na cidade Donald Alfred Agache. O próprio prefeito Antônio Prado Júnior ainda que comprometido com Agache, promove um passeio de avião com o arquiteto, que se encanta com a paisagem e com os aspectos

da vida cotidiana no Brasil, tema representado em suas pinturas (SANTOS et al., 1987).

Sendo descritas pelo arquiteto com certo “otimismo ingênuo” (SANTOS et al., 1987), as favelas aparecem nos temas de seus *Carnets* de viagem como a representação da essência do morar, não sendo descritas exatamente como um problema urbano. Chama atenção o fato de ele ressaltar a questão da ocupação dos morros e sua relação com a paisagem, tão defendida pelo arquiteto, principalmente no que diz respeito às suas diretrizes urbanísticas para o Rio de Janeiro:

[...] tudo é muito inclinado – mas veredas que são ao mesmo tempo enxurrada e esgoto; desenvolvem-se ali cenas de vida popular animadas por uma tão magistral dignidade que uma escola de grande pintura de gênero encontraria no Rio um grande futuro; o negro faz sua casa quase sempre a pique empoleirada sobre pilotis na parte da frente, a porta do lado de trás, do lado da colina, do sítio das “favelas” vê-se sempre o mar, a baía, os portos, as ilhas, o oceano, as montanhas, os estuários o negro vê tudo isso; o vento reina útil sob os trópicos; há uma altivez no olho do negro que vê tudo isso; o olho do homem que vê vastos horizontes é mais ativo, os vastos horizontes conferem dignidade; esta é uma reflexão de urbanista [...] (LE CORBUSIER cf. *Corolário Brasileiro e Prólogo Americano*, 1929 apud SANTOS [et al.], p. 88, 1987).

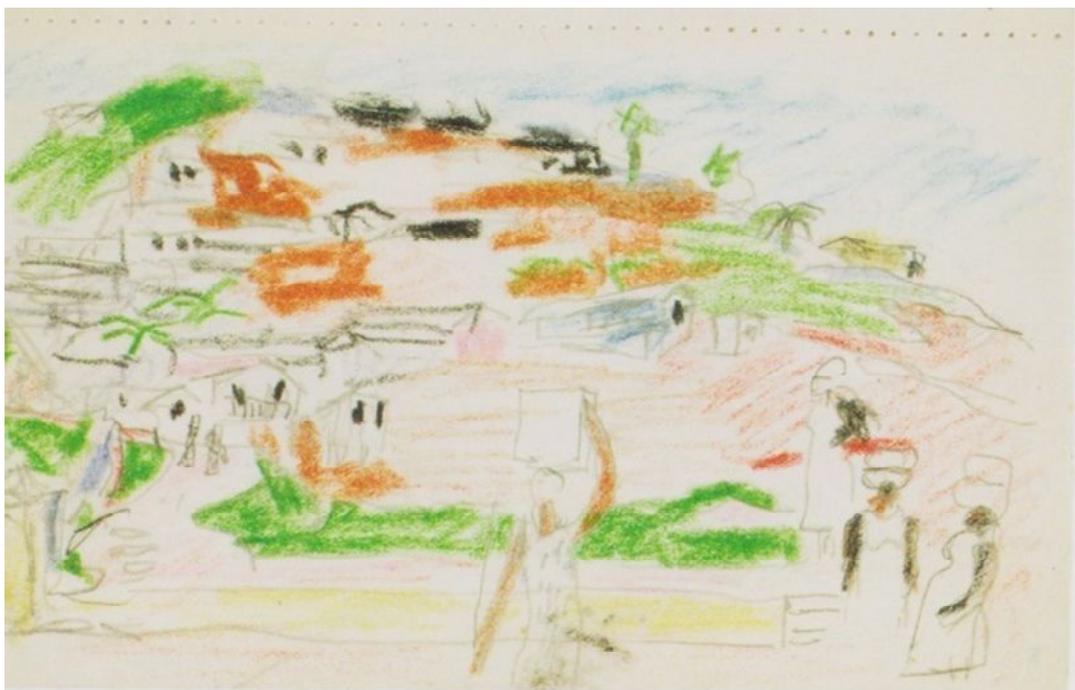


Figura 4: Desenhos de Le Corbusier sobre as favelas do Rio de Janeiro (PHAIDON, 2014:258)

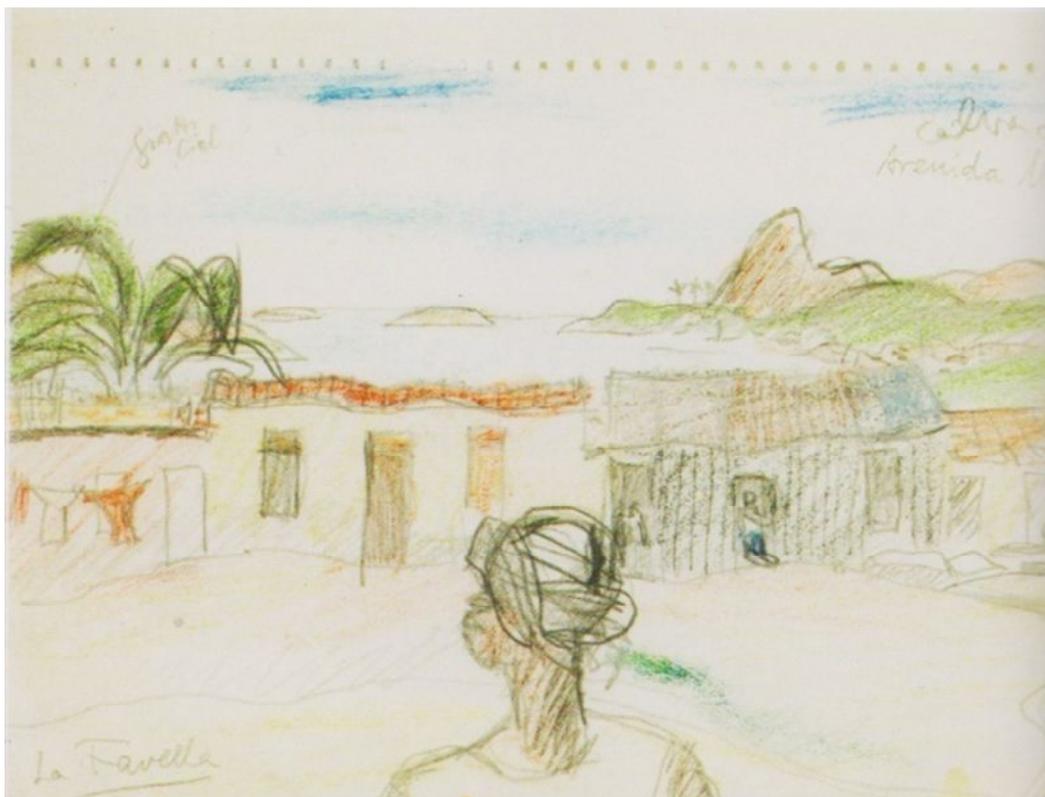


Figura 5: Desenhos de Le Corbusier sobre as favelas do Rio de Janeiro (PHAIDON, 2014:258)



Figura 6: Desenhos de Le Corbusier sobre as favelas do Rio de Janeiro (PHAIDON, 2014:258)

Em suas reflexões sobre o Rio de Janeiro, o arquiteto reflete a questão da crescente demanda habitacional sem, no entanto, vincular suas soluções às ocupações dos morros. Pelo contrário, naquele momento o urbanismo trouxe soluções habitacionais que se afastavam da espacialidade criada pelas favelas. Ainda que Le Corbusier tenha ressaltado a questão da paisagem como um fator positivo daquele tipo de ocupação, suas propostas de crescimento e modernidade traziam soluções que tratavam os morros como uma paisagem a ser vista, não habitada. Corbusier concebeu estruturas gigantescas de prédios que reuniriam habitação, comércio e lazer, incluindo pistas de automóveis em suas coberturas que concentravam as áreas ocupadas da cidade liberando as áreas verdes (CAVALCANTI, 2009). Na interpretação de Pereira (1996), Le Corbusier tinha uma visão fenomenológica da cidade, lida, sobretudo, como um “fato poético”, interpretada pela forma como se relaciona com o seu sítio.

No caso do Rio de Janeiro, essas estruturas serpentes estariam implantadas junto às encostas com o objetivo de eliminar, no resto da cidade, as grandes concentrações, ganhando espaço para áreas verdes e esparsas construções de pequena altura (CAVALCANTI, 2009).

O sítio é um espaço que se dá a ver, mas, também, um exuberante parque que estrutura e rege, com a arquitetura, a totalidade do sistema urbano (PEREIRA, 1996).



Figura 7: Plano de Le Corbusier para o Rio, Conferências de 1929 (SANTOS et al., 19:94)

A promoção habitacional, no final do século XIX, torna-se, portanto, tema central para o tema das cidades como solução para o problema das favelas, habitações precárias, cortiços, e loteamentos periféricos. Esses modos de habitação informal haviam se tornado alternativa histórica para os trabalhadores mais pobres que não se incluíam ao mercado imobiliário formal. Os custos da habitação não haviam sido absorvidos pelo Estado ou contabilizados nos salários pagos (DENALDI, 2003:9). A partir de 1850, quando a Lei de Terras é promulgada valorizando a propriedade imobiliária, tornou-se proibido o acesso a terra por meio de ocupação. Essa nova realidade associada à expulsão da população moradora dos cortiços, o crescimento demográfico, o início da industrialização, a libertação dos escravos e ainda o incremento da migração fizeram crescer a ocupação dos morros, várzeas e cortiços das cidades brasileiras juntamente com a expansão dos centros urbanos (DENALDI, 2003:9).

Nesse contexto, a intervenção do Estado começa a ganhar força na promoção de alternativas habitacionais. Denaldi (2003) explica que em 1937 (Estado Novo), são criados os “Parques Proletários Provisórios” para abrigar a população removida das favelas, “uma mistura de populismo e autoritarismo, e não passaram de amontoados de barracos e currais eleitorais, pois só ia para lá quem tivesse cartão político” (DENALDI, apud SILVA, 1989:38). Os Parques Proletários acabaram sendo uma “solução definitiva” para àquela população. É neste período que surgem as primeiras análises e levantamentos técnicos sobre as favelas.

O primeiro reconhecimento pelos órgãos oficiais da existência das favelas ocorre no Código de Obras de 1937, e teve como objetivo proibir sua formação, impedir seu crescimento e determinar ações para que as mesmas fossem demolidas e substituídas pelos “núcleos de habitação de tipo mínimo” ou “núcleos de habitações baratas”. Esse contexto excluía a necessidade de que as favelas fossem mapeadas ou representadas de forma cartográfica. Atenta-se, portanto, para a ausência do desenho. Das favelas, pois não havia interesse pelo reconhecimento de suas dimensões sociais ou físicas. Naquele momento as políticas urbanas

estavam dispostas a promover àqueles moradores novos contextos urbanos, desconsiderando as relações de vizinhança ou a reflexão sobre as relações de trabalho que os fixavam naqueles locais, conceitos das ciências sociais que só apareceriam mais tarde. No texto do código, as favelas aparecem descritas como “conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados ou em desacordo com as disposições desse Decreto [...]” (Código de Obras do Distrito Federal, 1937:47).

O Código de 1937 estipulou ainda as diretrizes para as construções desses novos núcleos habitacionais, (estes projetados longe da participação e do acompanhamento de seus futuros moradores) aproveitando os terrenos de propriedade privada ou de posse da União onde as favelas já estavam instaladas: são descritas, por exemplo, as dimensões mínimas do terreno e das unidades habitacionais por cômodo. O texto dispõe ainda das questões de posse dos futuros imóveis que só poderiam ser vendidos a pessoas comprovadamente *pobres* mediante o pagamento de prestações mensais, as unidades só poderiam ser restituídas à própria prefeitura. O parágrafo 11 do Art. 347º do Código discorre sobre a especificidade dos núcleos deste tipo: “As disposições do item VI do § 5.º são exclusivamente aplicáveis às casas dos núcleos de habitação de tipo mínimo, não podendo ser tornadas extensivas, qualquer que seja o pretexto, a outro gênero de habitação”. (1937:46)

Além dos Parques Proletários, outras medidas de promoção habitacional foram adotadas em âmbito nacional, como o estímulo aos setores privados à construção das Vilas Operárias no início do século XX, o controle dos valores de locação (Lei do inquilinato, 1942) e por meio das carteiras prediais dos institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Aplicava-se uma parcela de seus recursos na construção de moradias para seus associados, o que restringiu esta política à população ligada à indústria (DENALDI, 2003).

Ainda segundo Denaldi (2003:14) em 1946, terminado o Estado Novo, foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP), o primeiro órgão federal a tratar exclusivamente da provisão habitacional, que não teve bons resultados devido à

oposição forte da construção civil, dos incorporadores imobiliários, dos membros dos IAPs e diversos setores da esquerda.

No caso específico do Rio de Janeiro, apesar da crescente remoção de algumas favelas, outras receberam melhorias urbanas a partir de estruturas ligadas à igreja católica com o apoio de instituições como a Fundação Leão XIII.

Segundo Valladares (2005:63), somente na década de 40 é que surge um novo tipo de reconhecimento sobre as favelas pelos organismos oficiais, principalmente no que diz respeito aos seus dados sociais: trabalho, origem geográfica, características demográficas, entre outros. Em 1941, o 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo solicitou um estudo completo das favelas, outro passo importante foi o recenseamento em 1948, que se referiu apenas às favelas do então Distrito Federal. Já o censo de 1950, publicado pelo IBGE em 1953 na revista Brasileira de Estatística apresentava o primeiro censo que não só analisou as favelas de maneira geral como o fez segundo os mesmos critérios de análise das áreas não consideradas como favela (VALLADARES, 2005:66).

O censo de 1950 contou com a contribuição direta do olhar de Alberto Passos Guimarães então diretor da divisão técnica do Serviço Nacional de recenseamento do IBGE. O alagoano dedicou-se a desfazer alguns consensos sobre a definição e interpretação desses espaços desassociando as favelas de sua posição geográfica nos morros e incluindo novas características à sua definição no que diz respeito ao número mínimo de edificações; a características das habitações; a condição jurídica da ocupação; a ausência de infraestruturas e a falta de urbanização (arruamentos, numeração e emplacamento) como aponta Valladares:

A primeira característica notável e inovadora da apresentação de 1950 por Alberto Passos Guimarães é a importância da discussão metodológica da própria categoria favela [...], a definição de favela tem como ponto de partida os aglomerados que o consenso público classifica como tal, estejam situados nos morros ou em qualquer outra parte (2005:68).

O trabalho denunciou a presença de favelas em todos os bairros da cidade, não “apenas onde sua presença era mais visível, ou mais criticada”, (VALLADARES, 2005:69) e diferente do censo de 1948, perde o forte conteúdo racista e discriminatório relacionado a seus moradores e seu modo de vida. O

relatório publicado pelo IBGE revela o esforço não somente de questionar a definição das favelas, como dito anteriormente, mas também de encontrar maneiras de delimitar esses espaços, isto é, de dar-lhe um contorno físico.

É nesse contexto que aparecem os primeiros mapeamentos das favelas da cidade. A metodologia utilizada no mapeamento dos agrupamentos urbanos e inclusive as dificuldades técnicas decorrentes da configuração das casas no terreno aparecem descritas no relatório. Cada setor censitário era desenhado pelos técnicos do IBGE, esses croquis serviam de orientação para os funcionários produzirem as informações do local, com base nas numerações das casas. Informações aleatórias que confrontadas com censos anteriores do próprio IBGE ou por outros órgãos, muitas vezes geravam informações contraditórias:

Nas favelas, o levantamento predial-domiciliário processou-se em geral do mesmo modo que nas demais áreas, mas encontrou tarefas de natureza diferente e que demandaram maiores esforços para sua execução. O terreno a percorrer nem sempre permitia fácil acesso, exigindo, ao contrário, trabalho árduo por parte do locador para o completo reconhecimento. [...] Fez-se, em cada favela um levantamento topográfico completo, à base dos croquis desenhados em cada setor percorrido pelos locadores. Só na Praia do Pinto esse trabalho se tornou impraticável, tal a desordem e a dispersão com que foram erguidas as casas, sem qualquer espécie de arruamento. Neste caso apenas uma solução foi possível, para que não ficasse sem controle a coleta censitária na Praia do Pinto: a utilização de fotografias aéreas, meio pelo qual a turma especial de recenseadores orientou ali o trabalho. (Revista Brasileira de Estatística, v. 14, n55, 1953, p. 259).

O relatório do censo de 1950 apresenta dois mapas de favelas (a seguir), a do Morro do Cantagalo e a do Morro de São Carlos, confeccionados para uso dos recenseadores durante as pesquisas de campo. Ambos possuem informações sobre as ruas de acesso e apresentam uma linha de delimitação da favela mapeada. Seu interior contém a indicação de vias de acesso às casas, sem nomeação, as construções são identificadas por pontos numerados entre essas vias de acesso, para facilitar o trabalho em loco.

COPACABANA

19.º CIRCUNSCRIÇÃO

5.º DISTRITO

Acesso: Pela Rua Saint-Roman n.º 204.

"Morro do Cantagalo"

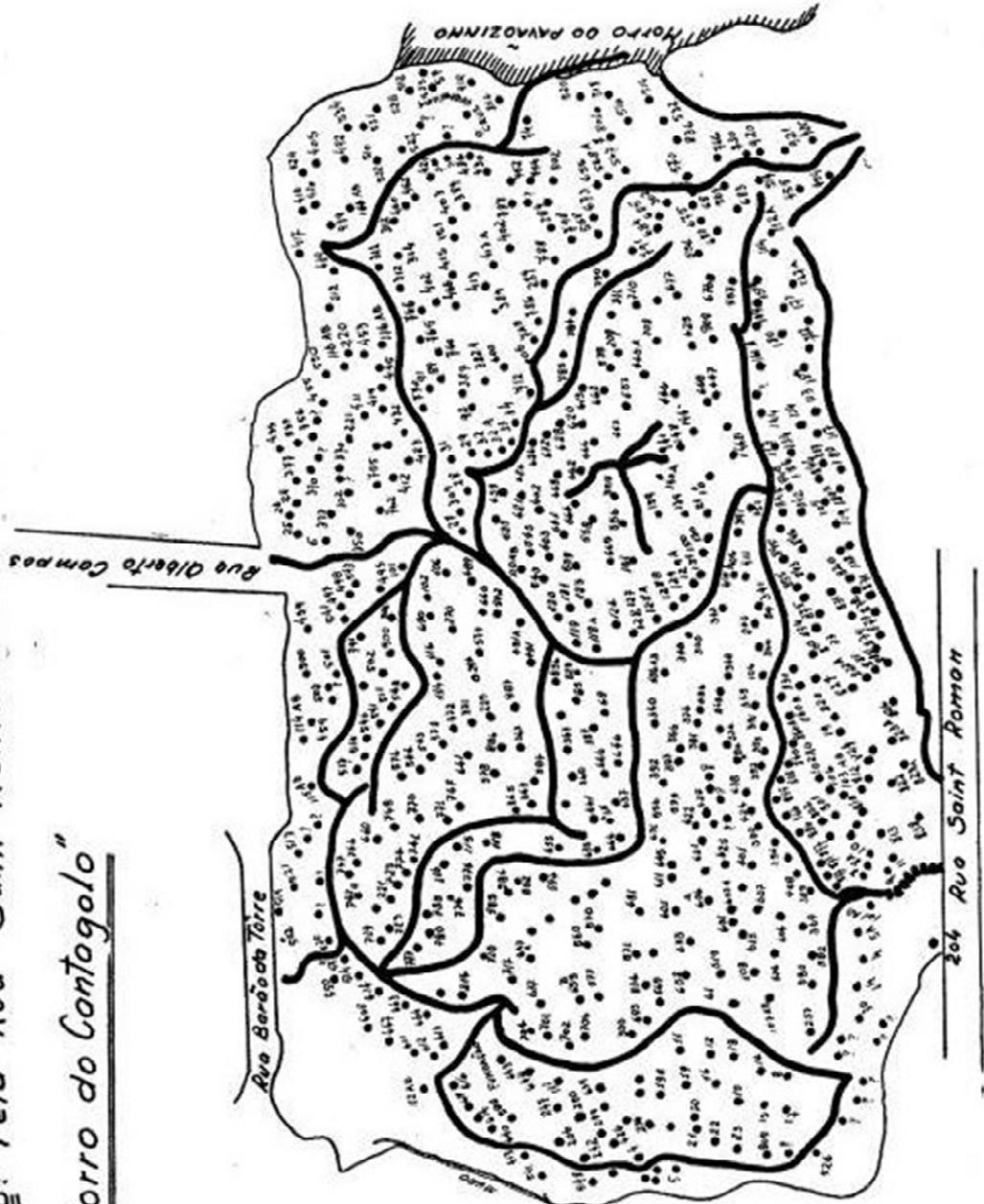


Figura 8: Mapas das favelas do Cantagalo (Censo de 1950)

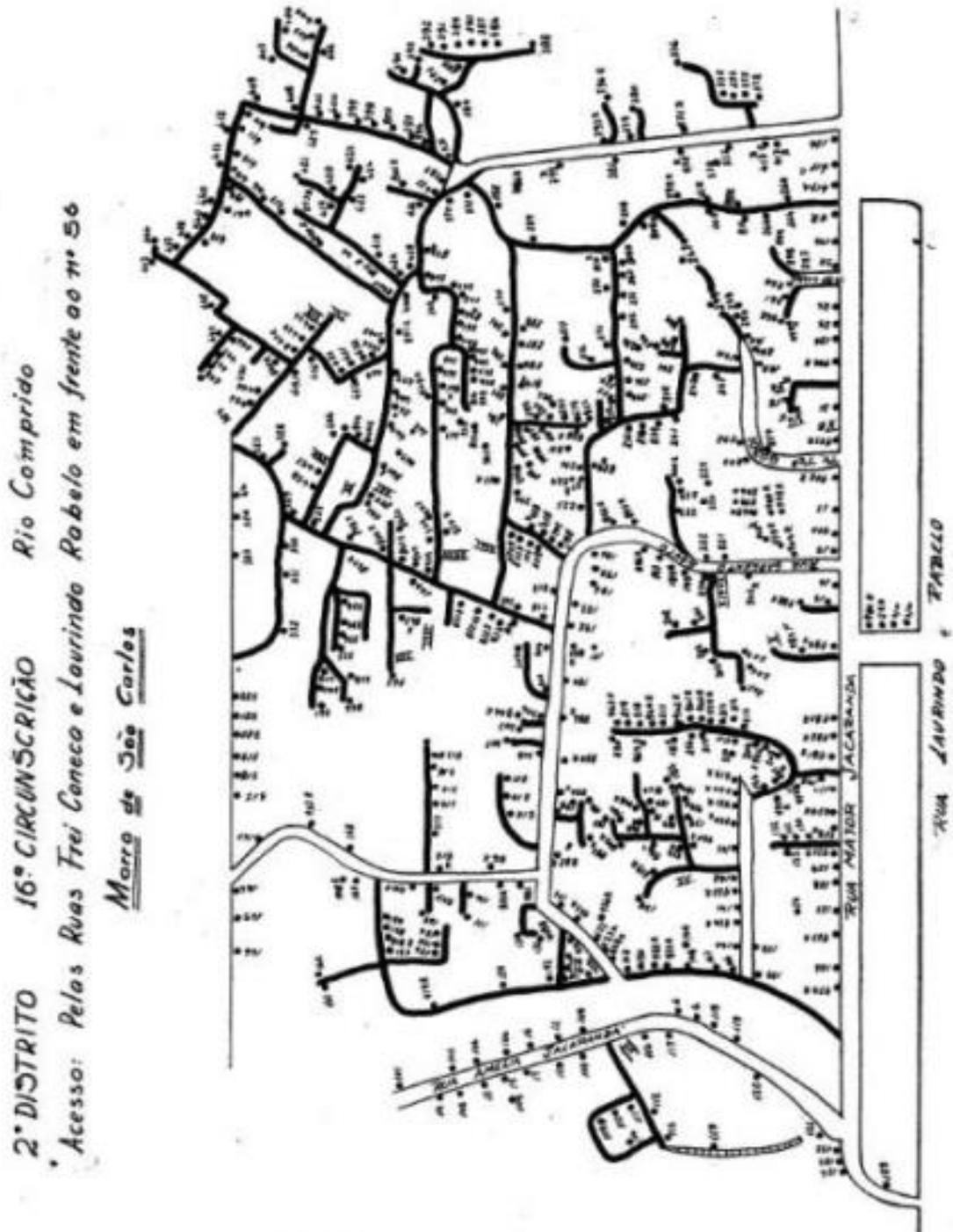


Figura 9: Mapas do Morro de São Carlos. (Censo de 1950)

O censo de 1950 avança ainda na reflexão acerca do destino das favelas sendo um grande passo no processo de reconhecimento de sua realidade social e do questionamento sobre a política de remoções:

As favelas devem ser urbanizadas ou simplesmente extintas? [...] urbanizar os morros e favelas em geral não seria, possivelmente, empreendimento menos custoso, embora parecesse mais de acordo com o sentido social e humano da questão. Quem asseguraria, porém, que depois de urbanizados as favelas e os morros neles permanecessem seus atuais moradores? (GUIMARÃES, 1953:55-256 apud VALLADARES, 2005:72).

A exemplo do que ocorreu na Europa, as ciências sociais se mobilizam num momento posterior às denúncias de cunho médico e jornalístico para questão da pobreza urbana; segundo Valladares os traços característicos do incremento das ciências sociais são: a valorização da favela enquanto comunidade e a inauguração dos métodos de pesquisa de campo (2005:85). Deve-se a elas um novo passo nas pesquisas e reconhecimento da realidade social e urbana das favelas do Rio de Janeiro.

Em 1960 a Sociedade de Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) publicou uma pesquisa sobre favelas no Rio de Janeiro coordenada pelo sociólogo José Arthur Rios⁸ sob a orientação do Padre Lebet. Sua pesquisa foi considerada pioneira no campo da sociologia neste tema, devido à metodologia de pesquisa. A partir de entrevistas, mostrou a visão do morador e o que ele tinha a dizer sobre suas necessidades dentro dos processos de urbanização. Sobre sua trajetória, Arthur Rios conta do privilégio de ter sido aluno do sociólogo francês Jacques Lambert, cuja formação na Universidade de Chicago trouxe grande contribuição aos métodos de pesquisa que empregaria mais tarde (FREIRE E OLIVEIRA, 2002).

⁸Mais tarde Arthur Rios atuou na coordenação de Serviço Social do Governo Carlos Lacerda, sendo sucedido posteriormente pela deputada Sandra Cavalcanti.



Figura 10: Capa do estudo Aspectos Humanos das favelas cariocas (O Estado de São Paulo, 1960)

Este trabalho, no entanto, só foi possível devido aos interesses políticos do grupo que a encomendou, desejoso de mostrar através das favelas os problemas do Rio de Janeiro. O trabalho foi publicado pelo jornal Estado de São Paulo, encomendada pelo próprio veículo, que fazia oposição ao governo de Juscelino Kubitschek e queria mostrar o abandono da antiga capital em comparação com Brasília através da exposição da realidade das favelas cariocas. Na declaração, Arthur nega qualquer influência desse fato nos resultados da pesquisa, que levou dois anos para ser concluída.

Foi traçado um perfil geral de doze das maiores favelas da cidade, mostrando vários aspectos da vida da comunidade. Na segunda fase da pesquisa, foram estudadas mais a fundo as favelas Barreira do Vasco e Parque Proletário da Gávea. Os estudos apresentaram temas como comportamento eleitoral, família, e “delinquência”, além de abordar os processos de urbanização de favelas. (FREIRE, OLIVEIRA, 2002:67).

Para Valladares (2005:102), o relatório inovou por demonstrar a heterogeneidade das favelas e uma “população igualmente heterogênea”, demonstrando as diferentes origens de cada favela, suas diferenças sociais e espaciais. Ponderando sobre as consequências políticas desse relatório, Valladares afirma que “indicou a emergência de uma nova representação das favelas” (2005:103) dando força para a sua urbanização.

2.2. Desenho como instrumento de Legalidade

“Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias”. (MARICATO, 2013:122)

Gonçalves (2013:261-264) explica as condições que favoreceram a diminuição das políticas de remoção e consequente afirmação das políticas favoráveis à regularização das favelas no Rio de Janeiro. A partir da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, imposta pela ditadura em 1975, houve uma ausência de orientação jurídica clara para a questão das favelas. Os distanciamentos entre a nova constituição do Estado e a legislação da cidade do Rio de Janeiro acabaram gerando certa tolerância para a permanência dos imóveis nas favelas. Ainda que em 1977 tenha ocorrido a famosa tentativa de remoção da favela do Vidigal, cujas alegações por parte da prefeitura de que haveria risco para a permanência da população, acabou sendo desacreditada pelo próprio Poder Judiciário, que entendeu que havia um favorecimento por parte da prefeitura aos interesses do setor imobiliário (GONÇALVES, 2013:264). Gradualmente, os grandes financiadores internacionais e o próprio governo federal mudaram a orientação política em relação às favelas, seja para obter apoio popular ou simplesmente para fazer parte desse novo mercado.

Historicamente, as políticas de remoção começam a declinar com o avanço dos programas do Banco Nacional da Habitação (BNH), que passaram a partir de 1977 a promover mais do que unidades habitacionais (GONÇALVES, 2013:265) a partir dos programas de Financiamento de Construção, Conclusão, Ampliação ou melhoria de Habitação de Interesse Popular-Ficam; o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados-Profilurb e o Programa de Erradicação da Sub-Habitação-Promorar. Este último ficou conhecido como Projeto Rio e promoveu melhorias urbanas em seis comunidades da então favela da Maré (Timbau, Baixa do Sapateiro, Maré, Nova Holanda, Major Rubens Vaz e Parque União).

Segundo Gonçalves, o projeto visava reconquistar a simpatia das camadas populares ao regime militar, ainda que o processo não tenha tido qualquer abertura para a participação popular na tomada de decisões (2013:266). Aparecem desde

essa fase os problemas relativos à regularização fundiária desses espaços, a Maré foi decretada Zona de Especial Interesse Social (Zeis) em 1981, nesse contexto. A delimitação de Zeis tornou-se um instrumento indispensável para os processos de regularização de favelas (GONÇALVES, 2013:266), uma vez que permitia a flexibilização dos parâmetros urbanísticos, teve como base o conceito de “urbanização específica” da lei sobre os loteamentos urbanos (Lei nº 6.766, 1979).

Na instância municipal, o engajamento às políticas de urbanização ocorreu a partir da administração de Israel Klabin (1979-1980). Foi nessa administração que a Secretaria de Turismo foi transformada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). Neste período foi criado o *Fundo-Rio* para captar recursos para o desenvolvimento da cidade e junto com a nova secretaria, enfrentar a questão das favelas (GONÇALVES, 2013:269). Apesar das dissonâncias entre município e estado sobre a política de urbanização de favelas, a SMDS consolidou o projeto Mutirão em 1982, que previa a urbanização executada com a mão de obra fornecida pelos próprios moradores, como explica Gonçalves (2013:270). Para o jurista, a criação desta Secretaria permitiu o amadurecimento das questões da informalidade por parte da municipalidade, que seriam importantes para as futuras políticas públicas de urbanização de favelas:

O projeto atingiu um conjunto importante das favelas da cidade (26% do total de favelas), melhorando as condições de vida (instalação de esgotos e água encanada, melhoria nos acessos, obras de contenção de encostas) e instalando equipamentos coletivos, como creches, quadras poliesportivas e postos de saúde. (...) A experiência do projeto Mutirão permitiu a aquisição de considerável know-how técnico, que seria depois amplamente utilizado quando da implementação do célebre projeto municipal Favela-Bairro na década de 1990 (GONÇALVES, 2013:270).

Em entrevista realizada pela autora com o arquiteto e funcionário público da prefeitura do Rio Antônio Augusto Veríssimo, que fez parte do Projeto Mutirão pela SMDS, ele falou da importância dessa experiência para a preparação de estruturas municipais que dessem resposta para as demandas da população carente, sendo uma verdadeira escola para a formação de técnicos e profissionais das diversas áreas do urbanismo. Quando perguntado sobre a criação de estruturas e políticas públicas específicas para as favelas, Veríssimo explica as dificuldades da gestão municipal para o tratamento da questão:

A nossa realidade é que o poder público geralmente não reconhece essas áreas como áreas integrantes da cidade, o que faz com que a Secretaria de Obras do município, por exemplo, não entre numa favela pra fazer obra, que a CEDAE tenha dificuldade de entrar, que a maioria dos órgãos públicos tenha dificuldade de entrar. Então a criação de estruturas específicas, como no caso da Secretaria de Habitação, ou setores dentro da uma Secretaria de Desenvolvimento Social são uma saída; não é a ideal pra solução dessas questões, então o ideal é que a cidade inteira fosse cuidada pelos órgãos: pela Secretaria de Urbanismo, pela secretaria de obras.

Mas não é isso que acontece, então a maioria das cidades se viu é, para atender as demandas que vem dessa população apresentou como solução a criação de estruturas específicas seja na Secretaria de Desenvolvimento Social, que foi o caso do Rio, quer dizer, a urbanização de favelas e de loteamentos como um projeto na Secretaria de Desenvolvimento Social lá em 1983/84 que é o Projeto Mutirão. Só dez anos depois com a criação da Secretaria de Habitação é que você passa a ter um órgão tecnicamente melhor equipado e com um corpo técnico preparado pra lidar com esse tema da informalidade.

Então a secretaria de habitação é um mal necessário num quadro em que os órgãos da prefeitura formal não reconhecem ou tem dificuldade de reconhecer uma parte da cidade como integrante da cidade então eu acho que as Secretarias de Habitação e os projetos de urbanização de favelas com todas as críticas que são feitas a eles, é um mal necessário porque não ter isso, é simplesmente deixar essas áreas completamente abandonadas como ficaram durante anos, sem nenhuma atenção (Antônio Augusto Veríssimo, informação verbal).

Gradualmente as tentativas de tornar legais as favelas da cidade, foram se tornando parte da política pública, através da delimitação de Zeis, dos Projetos de Alinhamento (PALs) e pela instituição de normas de uso e ocupação do solo nesses espaços. A partir do governo de Leonel Brizola (1983 a 1987) eleito por uma campanha de oposição ao regime militar e de defesa aos mais necessitados, houve uma inclinação favorável a permanência das favelas por parte do Governo do Estado. Durante este período, na gestão do prefeito Roberto Saturnino Braga, entre 1986 e 1988, foi aprovado por decreto o projeto de alinhamento e de urbanização de áreas ocupadas por seis favelas do Rio de Janeiro através do programa “cada família, um lote”. São elas: Vila das Cangas, Falange, Parque Aroeiras, CHP Cordovil, a Favela Associação dos Servidores Municipais e ainda Rio das Pedras (Decretos municipais de nº 6104, 6187, 6241, 6242, 6260 e 5787 respectivamente).

Os projetos de alinhamento consideravam “a necessidade de regularizar a titularização das terras ocupadas pelas populações carentes” e o defendia como forma de “melhorar as condições de vida da população que habitam

áreas não urbanizadas e de difícil acesso”. No entanto o governo não considerava ainda como obrigação do Estado a promoção de serviços básicos como luz e esgoto. Nesse contexto as empresas públicas desses serviços, tem uma influência importante para a permanência e crescimento desses e outros tipos de assentamentos informais, que chegam a prestar serviços de luz de forma independente, sem projetos de urbanização.

A promulgação da Constituição Federal em 1988 foi considerada um marco positivo aos aspectos jurídicos de regularização das favelas, ampliando o debate sobre o direito à cidade. Tendo tido ampla participação dos movimentos sociais, que se organizaram em torno do Fórum Nacional de Reforma Urbana, a Constituição valorizou a função social da propriedade, que apesar se ser um conceito subjetivo e de difícil aplicabilidade, segundo Golçalves (2013) ele o cumpre quando responde às diretrizes do Plano Diretor, que passa a ser uma peça fundamental na aplicação desse conceito. O Plano Diretor, segundo a Constituição de 1988 torna-se uma política municipal de desenvolvimento urbano que deve ser elaborado de forma participativa.

A legalização e a urbanização das favelas exigem o debate sobre as questões fundiárias de seus terrenos. Até a década de 70, dependiam do emprego do usucapião ou da desapropriação dos terrenos. Com a promulgação da nova constituição, foi prevista a desapropriação de imóveis urbanos sub-utilizados, não utilizados ou não edificados; e ainda a desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida pública. Entre os anos 1997 e 2000, na gestão municipal de Luiz Paulo Conde, os decretos municipais que tratam do tema das favelas aprovam Normas de Uso e Ocupação do Solo para pelo menos quatro delas: Fernão Cardim, Ladeira dos Funcionários, Comunidade Três Pontes e Parque Royal. Os decretos acompanham quatro plantas técnicas do espaço urbano: uma planta de delimitação da Área de Especial Interesse Social; uma planta de localização e número das edificações existentes; uma planta de delimitação das áreas públicas e privadas e uma última que apresenta o número máximo de pavimentos.

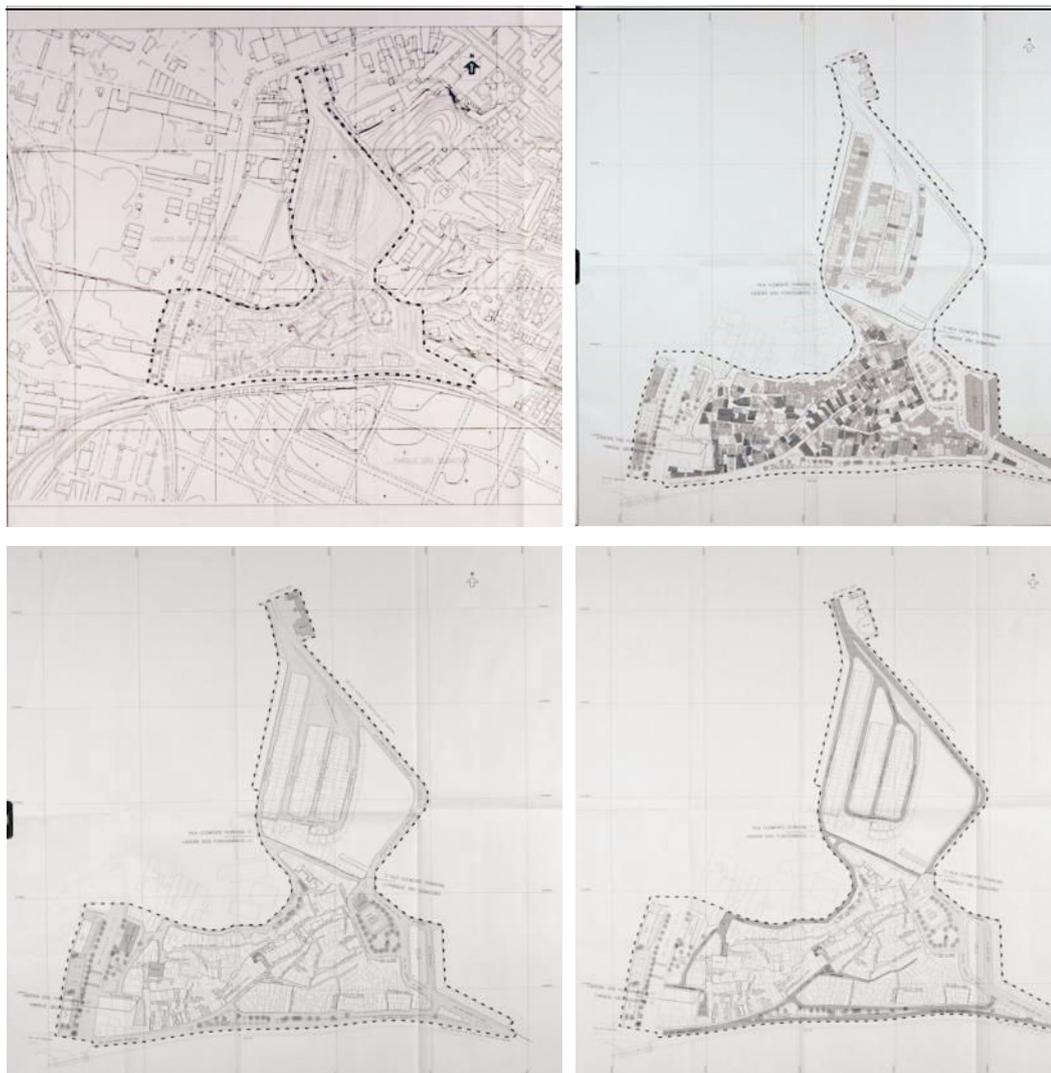


Figura 11: De cima para baixa, da esquerda para direita: Plantas das favelas Ladeira dos Funcionários, Parque São Sebastião e Vila Clemente Ferreira para a definição de Normas de uso e ocupação do solo (Decretos Municipais, 1997-200)

São desenhos que exemplificam ao mesmo tempo a legalização jurídica além de delimitar uma situação especial de legislação para aqueles espaços urbanos. Através dos decretos que estabelecem as leis de ocupação do solo e as favelas passam a ser desenhadas oficialmente dentro da sua configuração real apresentada. O que se verá a seguir é que estes passos de oficialização de alguns desses espaços são insuficientes para lidar com uma série de demandas e necessidades da população.

Somente a partir do fortalecimento das políticas de urbanização, o município passa a entender que é de sua responsabilidade a prestação de serviços como abastecimento de água e luz. Por exemplo, durante o período da primeira gestão de César Maia (1993-1995), a comunidade Quinta do Caju, cujo projeto de alinhamento foi aprovado em 1998, é reconhecida como parte integrante do bairro do Caju “para todos os efeitos administrativos e operacionais” (Decreto 20423, agosto de 2001). O decreto considera a necessidade de regularizar a situação fundiária dos logradouros, reconhecidos em 1999, e determina que haja a manutenção e operação e conservação das obras, serviços e equipamentos realizados na comunidade pelo programa de urbanização Favela-Bairro. Estabelece a manutenção desses serviços tanto pelos órgãos municipais (Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Companhia Municipal de Energia E Iluminação – RIOLUZ e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Fundação Parques e Jardins) como pelas concessionárias dos serviços públicos de energia elétrica, água, esgoto, telecomunicação, transporte e distribuição de gás canalizado. Prevê ainda a elaboração de cadastro imobiliário municipal para que seja feita a cobrança de tributos pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Sobre reconhecimento das favelas no do tecido urbano, determina a: “introdução da área da comunidade em todos os sistemas de informação geocartográficos e cadastros correlatos existentes em meios digitais ou convencionais, de forma a evidenciar a malha viária regularizada e outros pontos de referência” a encargo do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP. O documento prevê ainda a necessidade de que sejam adotados se necessários “procedimentos e tecnologia apropriados à tipicidade urbanística local”.

Durante a segunda gestão do prefeito César Maia, seis comunidades são citadas nos decretos municipais para implementação de normas para uso e ocupação do solo: Benjamin Constant, Comunidade do Sossego, Comunidade Mata Machado, Serrinha, Comunidade da Grota e Morro da Fé em Vila da Penha. Em 1999, sob os mesmos parâmetros, a comunidade Fernão Cardim, também urbanizada pelo programa Favela-Bairro, foi decretada parte integrante do bairro de Engenho de Dentro.

Ser objeto de representação, de mapeamento dentro do contexto urbano inclui também um caráter jurídico, de efetivação legal, sendo mediação para que o espaço construído torne-se parte do mercado imobiliário (FERRO, 2006:107). A questão da regularização fundiária aparece como um tema conflituoso, pois se por um lado permite o reconhecimento desses espaços afastando o risco das remoções, por outro, pode significar muito pouco para a conquista real dos direitos daquela população. O jurista e historiador Rafael Soares Gonçalves avalia que existe um verdadeiro “fosso” entre as políticas de urbanização e as tentativas de regularização fundiária. Se o fim das políticas de remoções permitiu a volta de um discurso reivindicatório no seio das favelas, este se alinhou inicialmente com a possibilidade de acesso à terra privada (GONÇALVES, 2013:267).

Como exemplo, Gonçalves (2013:350-357) analisa o processo de regularização fundiária da favela da Rocinha, que havia se transformado na 27ª Região administrativa da cidade em 1986 e foi decretada bairro em 1993. O processo foi empreendido pelo ministro da justiça Márcio Thomas Bastos, que defendeu um amplo projeto de transferência de título de propriedade às favelas, deixando ao encargo das associações de moradores a tarefa de certificar a posse dos imóveis. O projeto não previa a urbanização das favelas e dava poder ainda maior às associações de moradores (já acusadas de relação com o tráfico de drogas) ficando elas responsáveis pela titulação dos moradores, além disso, o projeto criou conflitos institucionais entre o Ministério da Justiça e o Ministério das Cidades, criado em 2003 durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva. Por fim, o Ministério das cidades ficou encarregado dos processos de regularização e instituiu em 2003 o projeto Papel Passado, que teve como um dos primeiros editais a regularização do Bairro Barcelos, sub-bairro da favela da Rocinha.

O processo de regularização foi gerido localmente pela Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião denominado *Rocinha Mais Legal*. O processo se iniciou pelo reconhecimento do espaço físico a partir de estudos topográficos para a identificação dos lotes, a mobilização dos moradores que iriam participar do processo e o estabelecimento dos contatos políticos entre os poderes

públicos e as organizações locais (GONÇALVES, 2013:353). O processo incluiu a elaboração do PAL e a promulgação da legislação dispendo sobre os parâmetros urbanísticos específicos da favela.

Segundo Gonçalves, a maioria das ações de usucapião e adjudicação compulsória tiveram sentenças desfavoráveis revelando o “desconhecimento de parte do Poder Judiciário dos instrumentos jurídicos instaurados pelo Estatuto da Cidade” apresentando conteúdo jurídico baseado em legislação desatualizada (Lei de Loteamentos de 1979), apresentou representações negativas e preconceituosas sobre as favelas e fez uso equivocado da função social da propriedade (2013:354).

Dentre as principais dificuldades descritas por Gonçalves (2013), está a rigidez do programa de regularização, que impôs prazos curtos e dificultou a participação popular durante os processos, outro problema descrito foi absorver a complexidade da realidade imobiliária e fundiária da favela: como lidar com a situação dos inquilinos já que era grande o número de moradias alugadas e a insatisfação da associação de moradores que lucrava com o registro dos imóveis da comunidade. Gonçalves explica que a legislação favorece o morador ocupante do próprio imóvel, mas além de ter que lidar com o mercado imobiliário interno a própria situação física das lajes que multiplicam as moradias num mesmo terreno exige “uma política social ampla, de natureza distributiva, visando integrar plenamente as favelas à cidade” (GONÇALVES, 2013:357).

No caso da favela da Maré apesar de ter sido reconhecida como bairro em 1999 ainda sofre com os vários aspectos de ilegalidade. O complexo da Maré consta como assentamento urbanizado no decreto de nº 36388 de 29 de outubro de 2012 que instituiu o programa de urbanização de favelas Morar Carioca. Segundo o geógrafo Dálcio Marinho, do Observatório de Favelas, o bairro da Maré ainda é associado ou confundido com o Bairro de Bonsucesso, por exemplo, o que acarretam problemas de ordem prática, como o recebimento de correspondências e de ordem social, já que o próprio morador tem dificuldade de reconhecer o bairro onde mora:

No imaginário da cidade, no imaginário do carioca, Bonsucesso é um bairro importante, é um bairro dinâmico, com uma economia de comércio denso, mas hoje a Maré é um bairro adjacente de Bonsucesso, sem dúvida, e até hoje empresas, por exemplo, como a light ainda trás na conta de luz Nova Holanda/Maré/Bonsucesso. Se bota Maré/Bonsucesso é a mesma coisa de estar falando Glória/Flamengo, por exemplo. Abre o site da secretaria municipal de educação e faça o filtro por bairro e veja quantas escolas a Maré tem no filtro por bairro: três. Porque as outras treze escolas que tem aqui dentro e mais as creches estão como se fossem Bonsucesso, Ramos, Manguinhos e não Maré. Isso acaba fazendo diferença, o próprio morador também não reconhece a existência desse bairro. Então ele já sofre o preconceito quando ele diz onde ele mora, ele não quer dizer. E se não há nenhum estímulo pra que ele diga, aí mesmo que ele não vai dizer, às vezes até por falta de conhecimento (...) é importante afirmar: a Maré é um bairro. No planejamento orçamentário da cidade, na distribuição de recursos não é a mesma coisa destinar “x” pra grande Bonsucesso e pensar que a Maré tá envolvida, tá contemplada com isso (Dálcio Marinho, informação verbal, documentário Todo Mapa tem um discurso, 2014).

Em busca de seu reconhecimento foi realizado o primeiro Censo Maré em 2014. Por iniciativa da instituição Redes da Maré e do Observatório de Favelas com o apoio das associações de moradores do bairro e algumas organizações (Fundação Ford, Instituto Pereira Passos e Action Aid). O censo teve como objetivo fazer um diagnóstico da realidade social, econômica e cultural do bairro, entendendo a origem geográfica dos moradores, a composição familiar, formação étnica, condições de habitação, saúde, identificar práticas religiosas, situações de violência, organização social do território, entre outros dados.

Segundo publicação no site da instituição de sociedade civil Redes da Maré, vinte e cinco entrevistadores reuniram dados sobre 92,8% dos empreendimentos entre pontos de comércio, serviços e indústrias locais. Foi realizado um levantamento de todas as ruas do bairro com nome e localização, uma atualização da base cartográfica do bairro feita por um profissional de cartografia, com o objetivo de oficializar todas as ruas da Maré, a sistematização dos dados foi entregue ao IPP para que fosse incluído na cartografia oficial da cidade. Este trabalho originou o Guia de Ruas Maré 2014. O Guia apresenta as 17 comunidades pertencentes ao bairro e em cada uma delas estão listados os nomes dos logradouros e seu Código de Endereçamento Postal, além de informar o quadrante a que pertence aquela comunidade para localização nos mapas. São quadras becos, vias ruas, avenidas, lotes, ladeiras, largos, praças, vilas e travessas divididas por quadrantes. A cada comunidade apresentada, o guia conta um pouco de sua história de formação e consolidação no bairro e da origem de seus moradores.

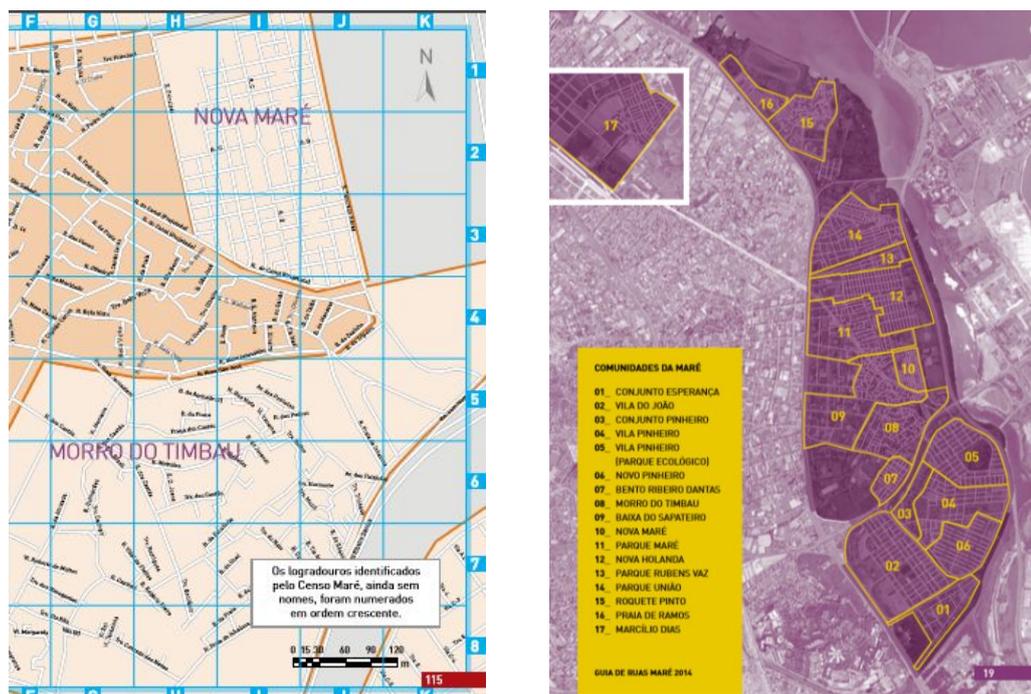


Figura 12: Imagens extraídas do Guia de Ruas Maré 2014

Os autores do projeto acreditam que este instrumento facilitará a reivindicação junto à prefeitura da formalização das ruas que ainda não possuem endereçamento postal e de maneira geral, fortalecer os processos de reconhecimento do território, sua cultura, suas demandas e pluralidades junto à cidade em que se insere. Do ponto de vista do reconhecimento oficial da Maré, pouco mudou com seu reconhecimento como bairro, em 1994, a partir do rearranjo dos limites dos bairros de Olaria, Bonsucesso, Ramos e Manguinhos:

A Maré foi reconhecida oficialmente como bairro desde aquela década. O fato não significou grande coisa, pois os moradores locais e do conjunto da cidade continuaram a perceber o território como favela. De qualquer forma, foi inegável o investimento seletivo feito pelo poder estatal na região, expresso na construção de equipamentos educacionais, de saúde e esportivos. O mesmo, infelizmente, não pode ser dito na área de segurança pública, pois os moradores ainda não são reconhecidos como sujeito de direitos nesse campo. Do mesmo modo, o mesmo não pode ser dito sobre a qualidade desses serviços, marcados pela precariedade dos materiais e de sua manutenção (Guia de Ruas Maré 2014, 2014, p.10).

O Guia apresenta uma importante reflexão sobre o significado social de “estar no mapa”, e corrobora com a reflexão de Valladares (2005) sobre a existência

de um “perverso senso comum que reduz as favelas à condição de territórios precários, ilegais, inacabados, desordenados e inseguros: o avesso da cidade.” Os autores do guia interpretam que, não fazendo parte da cartografia da cidade, ficam ignoradas as desigualdades sociais da “cidade maravilhosa”, dificultando o reconhecimento de seus direitos, levando ao desconhecimento e sobre seus modos de vida.

Aparecer no mapa é significar a existência de um lugar habitado por pessoas e suas vidas. É grafar (marcar) o solo em que vivemos. É, portanto, ver onde estamos e onde estão outras pessoas, ruas, praças, rodovias, hospitais, fábricas, portos, rios, montanhas [...] e mais tanta coisa do mundo que se faz aparecer nas artes de cartografar: de fazer presente o que é próximo e o que está distante. Portanto, o cartografado é o escrito, ou melhor, é o tornado visível. O ofício do cartógrafo é fazer uma escrita do espaço habitado e, com sua arte de figuração, fazer o desconhecido ser conhecido e, sobretudo, reconhecido com integrante do mundo da vida (Guia de Ruas Maré 2014, 2014, p.13).

Dálcio Marinho, geógrafo do Observatório de Favelas revela a situação de moradores que ainda não recebem correspondência em casa no bairro da Maré como em diversas favelas e tem que recorrer a associação dos moradores para recebê-las. As pessoas que residem em logradouros sem nome, mesmo em áreas reconhecidas juridicamente pela municipalidade não tem sequer endereço e por isso tem dificuldades de obter acesso aos serviços públicos e de manutenção dos mesmos.

O geógrafo cita o exemplo da Maré, que como já citado, tornou-se bairro em 1993, e que ainda hoje sofre com a falta de informação sobre sua condição mesmo da parte das concessionárias de serviço público, sendo ainda associada a seus bairros adjacentes, como Bonsucesso:

No imaginário da cidade, no imaginário do carioca, Bonsucesso é um bairro importante, é um bairro dinâmico, com uma economia de comércio denso, mas hoje a Maré é um bairro adjacente de Bonsucesso, sem dúvida, e até hoje empresas, por exemplo, como a light ainda trás na conta de luz Nova Holanda/Maré/Bonsucesso. Se bota Maré/Bonsucesso é a mesma coisa de estar falando Glória/Flamengo, por exemplo. Abre o site da secretaria municipal de educação e faça o filtro por bairro e veja quantas escolas a Maré tem no filtro por bairro: três. Porque as outras treze escolas que tem aqui dentro e mais as creches estão como se fossem Bonsucesso, Ramos, Manguinhos e não Maré. Isso acaba fazendo diferença, o próprio morador também não reconhece a existência desse bairro. Então ele já sofre o preconceito quando ele diz onde ele mora, ele não quer dizer. E se não há nenhum estímulo pra que ele diga, aí mesmo que ele não vai dizer, às vezes até por falta de conhecimento (...) é importante afirmar: a Maré é um bairro. No planejamento orçamentário da cidade, na distribuição de recursos não é a mesma coisa destinar “x” pra grande Bonsucesso e pensar que

a Maré tá envolvida, tá contemplada com isso (Dálcio Marinho, informação verbal. Dcumentário Todo Mapa tem um discurso, 2014).

O que se percebe é que os esforços para perceber as favelas como parte integrante da cidade, como afirma Maricato (2013:152), ainda são de maneira geral ignorados pelo urbanismo oficial e pela sociedade brasileira. A ausência da gigantesca ocupação ilegal do solo urbano ignorada na representação da cidade oficial representa o comprometimento do urbanismo brasileiro com uma ordem que diz respeito a apenas uma parte da cidade, reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Na visão da autora, para a cidade ilegal não há planos nem ordem, não sendo conhecida em suas características e dimensões, uma ilegalidade funcional do ponto de vista das políticas arcaicas, do mercado imobiliário especulativo e para a própria flexibilidade da lei. Não cabendo nas categorias do planejamento modernista/ funcionalista e ao mesmo tempo, no contexto do mercado imobiliário formal, que corresponde ao urbanismo moderno: “Esses espaços urbanos não cabem sequer, rigorosamente, nos procedimentos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a maior agência de pesquisas de dados do país” (Maricato 2013:122).

E, por incrível que pareça, os órgãos municipais de aprovação de projetos, as equipes de urbanistas dos governos municipais e o próprio controle urbanístico (serviço público de emissão de alvarás e habite-se de construções), frequentemente desconhecem esse universo. Mesmo nas representações cartográficas é de hábito sua ausência (MARICATO, 2013:122).

Ser mapeado é, portanto, um símbolo da representatividade, do reconhecimento das favelas na história da cidade. Desde os primeiros mapeamentos dos censos, passando pelos desenhos puramente normativos dos decretos municipais até a reivindicação dos próprios moradores de fazerem parte do mapa oficial da cidade, como no caso da Maré, pode-se observar que não houve uma mudança significativa da forma de ver e interpretar esses espaços, que seguem estigmatizados. Pouco participativos, os primeiros mapeamentos urbanos dão conta apenas das dimensões físicas mínimas desses espaços, mais cumprindo as finalidades específicas do mercado.

3. DESENHO E INFORMAÇÃO. O mapeamento digital das favelas do Rio de Janeiro

“Uma história que não é bastante feita é a história da socialização na cidade e a história da socialização pela cidade” (SOUZA, 2000:224).

Neste capítulo discute-se a ideia da cultura da informação como base central para o desenho das favelas do Rio de Janeiro e sua consequente inclusão na representação oficial da cidade. Apresenta os diversos programas municipais de gerenciamento e coleta de informação no tema bem como as iniciativas não oficiais de reunião de dados e informações sobre as nossas favelas.

O emprego das tecnologias mapeamento digital é discutido como forma de ampliar o acesso a essas informações ao mesmo tempo em que também se diversificam os produtores de dados, permitindo uma variedade de autores e versões. Na elaboração desses mapas, o desenho aparece, como defende Antoine Picon (2010), como um produto dinâmico de informações das diferentes representações de uma comunidade, tendo a múltipla função de traduzir as escalas *individuais e globais* de representação, sendo possível sua interpretação individual, quando um morador pode expressar ou encontrar um local de seu interesse; ou global, quando, por exemplo, permite a uma equipe externa de pesquisadores reconhecerem quais os principais interesses daquela determinada região.

Documentadas, essas diferentes representações das favelas, servem de auxílio fundamental às políticas públicas, permitindo análises do ponto de vista histórico, a partir da comparação das informações ao longo do tempo e ainda sob diferentes perspectivas de acordo com quem as produz e o sentido que deu a cada representação.

3.1. A cultura da informação no auxílio às políticas públicas em assentamentos informais

Um projeto social brasileiro implantado em “FASE II”, uma comunidade localizada no Capão Redondo, zona sul de São Paulo, baseou-se na informação e nas novas tecnologias como fundamento de um trabalho de interação social. O objetivo era disponibilizar para a comunidade um sistema de informação sobre a cidade de São Paulo para promover maior interação social entre os cidadãos, o governo e sociedade civil organizada. Trata-se do projeto intitulado *Pedagogia cidadã e tecnologia da informação*, concebido e coordenado pela geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza do Centro de Documentação e Estudos da Cidade de São Paulo (CEDESP)⁹.

Com este trabalho Souza (2000:226) defende como “recurso de estratégia vital” que os movimentos populares e sociais bem como os gestores do âmbito público e privado saibam como fazer o gerenciamento de informação na cidade e saibam solicitar fontes melhores de informação e documentação. Defende o incentivo à “cultura da informação”, que deve ser compartilhada por quem a oferece e usa, sob os diferentes pontos de vista: pesquisadores, empresários, movimentos sociais a movimentos populares e professores.

A motivação para o projeto no Capão Redondo baseou-se na defesa de que a comunidade em geral encontrava-se privada de informações originais, confiáveis e verdadeiras, tendo acesso a informações centralizadas e de maneira dispersa, veiculadas principalmente pelos meios de comunicação de massa: rádio, televisão, jornais e revistas. Os filtros que existem entre a comunicação direta entre os órgãos públicos e a população “acarretam fortes distorções nos fluxos de informação e a geração de imensas lacunas neles (...)” (SOUZA, 2000:222).

9 Centro de Documentação e Estudos da Cidade de São Paulo - CEDESP, foi fundado em 1993, pela ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina de Souza, com o objetivo de preservar o conhecimento acumulado durante os quatro anos de sua gestão (janeiro de 1989 a dezembro de 1992). A UNESP recebeu, a princípio sob custódia, a documentação do CEDESP, por convênio firmado em 1995, ficando para o CEDEM (Centro de documentação e memória da UNESP) a responsabilidade de dar tratamento arquivístico ao acervo, colocando a documentação à disposição dos pesquisadores e dos interessados no estudo das questões que afetam o governo de uma das maiores metrópoles do mundo. Em 2002, o CEDESP encerrou suas atividades como pessoa jurídica doando seu acervo a UNESP (Universidade Estadual Paulista). http://www1.cedem.unesp.br/acervos/acervo_cedesp.htm.

Através das possibilidades tecnológicas disponíveis, foi criado um sistema informatizado e descentralizado para facilitar o acesso dos moradores à informação ao mesmo tempo em que eles também se tornariam produtores de dados sobre sua realidade de forma voluntarista ou militante, abrindo espaço para reivindicações esporádicas e lutas específicas dos movimentos populares. O objetivo da iniciativa foi, portanto, armazenar, informatizar e democratizar num só local, toda informação referente a uma comunidade e “fornecer informações-base para a formulação de políticas públicas de interesse de diferentes escalões socioterritoriais e de governo (...)” (SOUZA, 2000:230).

Parte da metodologia da proposta que foi possível executar incluiu cursos de *conhecimento do lugar* sobre a cidade de São Paulo, ministrados por arquitetos e geógrafos nos temas: história da formação urbana da cidade de São Paulo; a história da propriedade fundiária; direito e cidadania e ainda o curso intitulado “a importância do conhecimento do lugar como elemento definidor de estratégias e lutas por melhores condições de vida na cidade” (SOUZA, 2000:232). Os produtos previstos por essa iniciativa incluíam a elaboração de mapas da microrregião de estudo e da capital paulista a fim de localizar serviços de interesse do cidadão; informações sobre programas de governo; eventos de interesse da comunidade; cartazes de informação para promover ações em torno de problemas comuns; criação de boletins de queixas, sugestões e reivindicações encaminhadas pela população, entre outros.

A proposta tinha objetivos secundários para levar essa cultura até as escolas públicas desde os níveis de ensino infantil, para estimular o uso de ferramentas de pesquisa como dicionários e jornais e levar as crianças ao ambiente das bibliotecas e centros de informação. No ensino secundário, favorecer a busca e a análise da informação despertando principalmente o interesse pela avaliação crítica da mesma; no ensino superior promover o incentivo à pesquisa e na vida ativa e prática, “formar pessoas que tenham a missão de agir sobre o meio” (SOUZA, 2000:229).

A natureza do banco de dados criado constitui a “dinâmica do lugar” e suas características. Souza (2000) salienta que o desenvolvimento dos chamados setores terciário superior e quaternário, as “atividades de informação”: produção, processamento e distribuição de dados como informação (PORAT, 1977:9) deve ser a característica fundamental das políticas públicas. Mesmo assim, a autora da iniciativa explica que o projeto tem dificuldades de patrocínio. No Brasil, ainda há pouca decisão política a favor da sustentação de bibliotecas, centro de documentação e arquivos (SOUZA, 2000:226). No Rio de Janeiro, por exemplo, em novembro de 2015, a Secretaria Estadual de Educação ameaçou fechar a Biblioteca Pública de Niterói e uma das unidades da Biblioteca Parque, que possui também unidades na Rocinha e em Manguinhos, ambas tiveram o horário de funcionamento reduzido. Diante da crise econômica que atingiu fortemente a própria Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, as prefeituras do Rio e Niterói acabaram assumindo parte dos custos para manter as bibliotecas em funcionamento.

3.2. Mapas participativos nas favelas do Rio de Janeiro

3.2.1. As iniciativas da municipalidade

No Rio de Janeiro, alguns projetos e ações ligados à dinâmica da informação com o objetivo de construir bancos de dados e realizar pesquisas urbanas, tem ganhado espaço através do emprego da informatização de dados. Alguns dos exemplos pesquisados procuram reunir dados de maneira colaborativa, com a participação direta dos cidadãos. Atualmente o centro de referência de dados e conhecimento da cidade do Rio de Janeiro é o Instituto Pereira Passos (IPP), que assume as atividades de planejamento urbano, produção cartográfica e estatística da cidade. O IPP coordenou grandes projetos urbanos, incluindo o projeto de urbanização Favela-Bairro. Os dados e informações do Instituto são amplamente utilizados para formular e acompanhar políticas públicas.

O Catálogo de Programas de Inclusão da Prefeitura do IPP apresenta os programas, projetos e ações implementados pela Prefeitura do Município do Rio de

Janeiro, com o objetivo de ampliar a inclusão social, política, econômica e cultural principalmente das parcelas mais vulneráveis da cidade. Esses projetos envolvem doze secretarias municipais e tem como maior público alvo pessoas em situações de vulnerabilidade. Segundo a publicação, os projetos desta natureza aumentaram seis vezes em número desde a década de 90. A maioria deles é feito em parceria com órgãos municipais e não governamentais.

SIURB

O Instituto disponibiliza atualmente através do Sistema de Informações Urbanas – (SIURB) dezesseis mapas digitais da cidade do Rio de Janeiro, nos temas: cobertura vegetal, segurança pública, cartografia da cidade, o Mapa Digital Alerta Rio (para a visualização de pontos de apoio em caso de desastres naturais); transporte público; saúde, educação, cadastro de praças, suscetibilidade a desastres naturais, cadastro de logradouros, localização dos projetos do programa Minha Casa Minha Vida, uso do solo, Atlas do Censo de 2010 e um mapa de ações da prefeitura em áreas pacificadas.

Na maioria das bases cartográficas as favelas aparecem delimitadas por polígonos pintados em vermelho. Em alguns casos esse destaque não necessariamente implica na distinção de informação obtidas dentro e fora dessas áreas, como no caso do mapa de riscos a desastres naturais onde a qualidade da informação é a mesma dentro ou fora dos limites da favela. Em outros casos, a distinção é clara e a falta de informação das regiões delimitadas como favela impede que se faça o reconhecimento de dados. Como no exemplo do mapa de cadastro de logradouros, onde não é possível visualizar a delimitação dos logradouros no interior das favelas ou obter dados sobre a localização de instituições ou equipamentos de uso público. Nas imagens a seguir, por exemplo, a favela da Babilônia aparece delimitada em vermelho e o mapa representa apenas suas ruas internas principais, sem qualquer representação de espaços públicos, creches, restaurantes ou qualquer edificação. Seu entorno, o bairro do Leme, pode-se perceber com clareza espaços públicos em verde, os logradouros em cinza e a demarcação de escolas e outros equipamentos.



Figura 13: Imagens do Mapa Digital CADLOG (Cadastro de logradouros, 2015)

Rio+Social

Atualmente uma das linhas de geração de informação e reconhecimento do espaço territorial das áreas delimitadas como favelas tem sido desenvolvida pelo IPP em paralelo com o programa Rio+Social da prefeitura da cidade, sendo coordenado pelo Instituto em parceria com a ONU-Habitat – O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. Conhecido como UPP Social, o programa inclui, segundo a prefeitura, um eixo de informações sobre as favelas ditas “pacificadas”, ou seja, que receberam Unidade de Polícia Pacificadora. O projeto possui um eixo básico de prestação de serviços públicos e um eixo de desenvolvimento econômico.

O site do RIO+SOCIAL apresenta os dados sobre as favelas: Andaraí, Barreira do Vasco e Tuiuti, Batan, Borel, Caju, Cerro Corá, Chapéu Mangueira/Babilônia. Cidade de Deus, Complexo da Maré, Complexo da Penha, Complexo do Alemão, Complexo do Lins, Escondidinho/ Prazeres, Fallet/ Foguereiro/ Coroa, Formiga, Jacarezinho, Macacos, Mangueira, Manguinhos,

Pavão Pavãozinho/ Cantagalo, Providência, Rocinha, Salgueiro, Santa Marta, São Carlos, São João, Tabajaras/ Cabritos, Turano, Vidigal e Vila Kennedy.

O site apresenta dados demográficos de cada comunidade com base nos dados do IBGE e apresenta os investimentos da prefeitura para cada área. Para cada comunidade, é possível visualizar um mapa da cidade com base em ortofotos¹⁰ contendo a delimitação de cada favela e permite que o usuário pesquise e inclua dados sobre os locais, posicionando no mapa equipamentos e outros pontos de interesse.

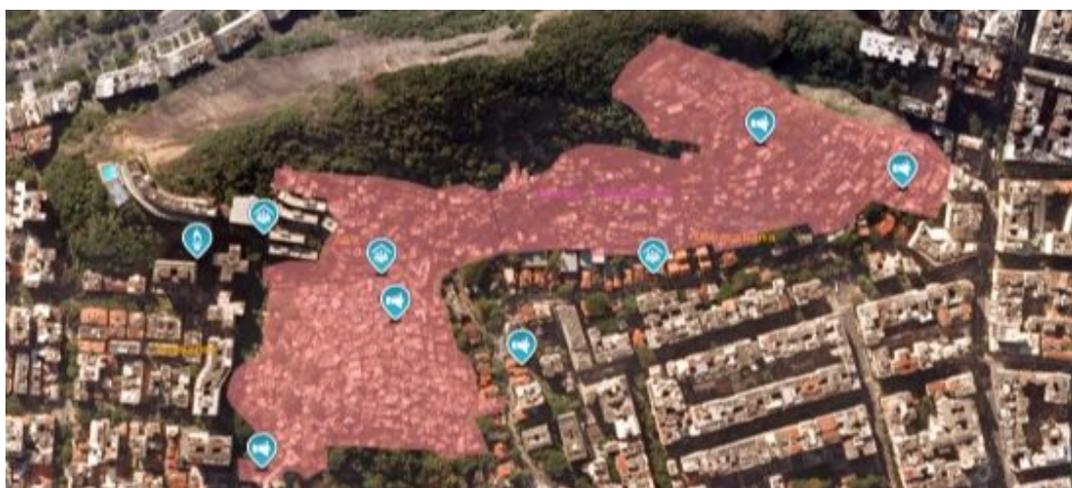


Figura 14: Imagem do Mapa Digital do Rio de Janeiro. Favela Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, 2015

Mapa participativo da cidade do rio de janeiro

O Mapa Participativo da cidade do Rio de Janeiro é um aplicativo desenvolvido pela própria Diretoria de Informações da Cidade (DIC), do próprio IPP, que possibilita aos cidadãos em geral informar a localização de estabelecimentos, equipamentos urbanos e rádios comunitárias. O usuário encontra no mapa digital o local onde deseja incluir um equipamento e pode descrever algumas informações básicas como endereço, o horário de funcionamento.

¹⁰ Uma representação fotográfica de uma região da superfície da Terra.

Com o objetivo de ampliar a participação das favelas neste programa, o IPP iniciou um trabalho que abrange inicialmente as as “favelas pacificadas” e iniciou este processo em agosto de 2014 em Manguinhos (por iniciativa de seu Conselho Comunitário) com a expectativa de incluir todas as favelas pacificadas até 2016. Em parceria com a Fiocruz e o Conselho Comunitário de Manguinhos foi criada uma ferramenta de mapeamento georreferenciado (ArcGIS online) pela ESRI/Imagem sobre base cartográfica do IPP. O Conselho juntamente com o IPP criou uma página nas redes sociais para ajudar os moradores no passo-a-passo com a ferramenta.

No Mapa Participativo, a cidade pode ser visualizada em seis tipos diferentes de “mapas base”, a maioria dessas bases são fotos aéreas. Em uma das possibilidades de visualização, as favelas aparecem delimitadas por manchas em cor vermelha e são nomeadas, nas outras não se distinguem as favelas do restante da cidade. Nas áreas delimitadas como favela, os logradouros não aparecem delimitados como em outras áreas da cidade e têm assinaladas apenas algumas ruas principais de seu interior. Não foi possível encontrar atualmente nenhum equipamento assinalado dentro das delimitações das favelas, mas apenas no seu entorno imediato, como se pode observar na imagem a seguir.



Figura 15: Mapa participativo da Cidade do Rio de Janeiro. Em destaque as favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira, zona sul do Rio de Janeiro, 2016

Mapeamento de logradouros de favelas

Outro projeto realizado pelo IPP é o Mapeamento de Logradouros de Favelas, parceria do IPP e o Rio+Social. Esta iniciativa iniciada em 2012 tem como objetivo mapear e incluir os logradouros das favelas na cartografia oficial da cidade. Através do georreferenciamento dos logradouros, estes passam a ser incluídos nas bases de pesquisa da prefeitura através do portal de informação Armazém de Dados, desenvolvido pelo próprio IPP. Para o Instituto esse trabalho consiste em “uma importante iniciativa no sentido da inclusão das favelas, tanto em relação à gestão da informação para planejamento de políticas públicas e intervenções nas mesmas quanto pelo reconhecimento pelos moradores dos seus espaços de vivência como parte integrante na cartografia da cidade.” (Catálogo de Programas de Inclusão da Prefeitura do IPP).

Segundo Leandro Gomes de Souza (2015), geógrafo do IPP do setor de gerência de geoprocessamento, os principais desafios para o mapeamento de informação das favelas são: alto custo para restituição cartográfica, a necessidade de imagens com alta resolução, a dificuldade para mapeamento com GPS devido à tipologia da ocupação, a rede de logradouros e lotes irregulares, as condições topográficas adversas, a alta densidade de ocupação, a dificuldade de circulação interna, entre outros.

O trabalho se inicia com a preparação dos mapas base que contém as informações primárias obtidas nos levantamentos topográficos e cartográficos realizados pela Prefeitura, bases do IBGE e demais informações compiladas pela Diretoria de Informações da Cidade (DIC). Com essas bases são feitas as marcações dos logradouros e outras informações no mapa pelos agentes do Rio+Social, que são os próprios moradores do local treinados para a tarefa.

As informações obtidas no trabalho de campo são levadas ao IPP para serem inseridas nas bases geográficas da DIC. Os dados são incluídos no Cadastro Único de Logradouros, ganhando sua representação gráfica e dados como extensão e referências sobre a relação com os logradouros do entorno. A partir daí, é feito o Reconhecimento de Logradouros, uma atribuição da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU).

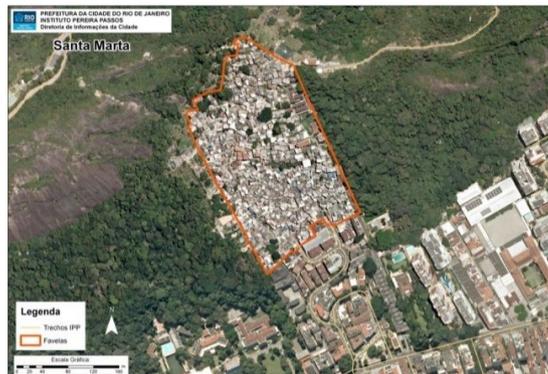


Figura 16: Trabalho de campo para o mapeamento dos logradouros (SAMPAIO, 2015)

O nome das ruas é definido pela Comissão Carioca de Nomenclatura de Logradouros e Equipamentos Públicos, mas, segundo a oficialização de sua existência, a confecção de placas de identificação e a conquista de um CEP só ocorrem após publicação de Decreto no Diário Oficial do Município (SAMPAIO, 2015). A inserção de nomes e da localização dos logradouros é de grande importância para moradores e pode servir como método de estudo para políticas públicas nessas áreas. A principal dificuldade relatada pela equipe do IPP é justamente a manutenção da base atualizada frente à grande dinâmica de modificações do tecido urbano, como alertam as pesquisas no tema fora do Brasil (discutidas no item 3.1). Para o IPP entre as possibilidades de usos futuros da base gerada além do reconhecimento de logradouros, estão: a localização para implantação e manutenção de infraestrutura de serviços, a definição e sinalização de rotas para situações de risco e emergências, a regularização fundiária e urbanística e a criação de cadastro georreferenciado de endereços.

No site da prefeitura, as informações das ruas e vias que foram mapeadas com ajuda da equipe do Rio+Social estão em fase de cadastramento na base de dados do IPP e a expectativa é de que elas poderão ser consultadas pelo Mapa Digital da Cidade do Rio de Janeiro e em todos os aplicativos do Portal Geo, de maneira similar às outras áreas da cidade.

1. Limite da favela Dona Marta



2. Polígonos internos demarcados pelo IBGE



3. Demarcação dos logradouros sobre fotografia aérea



4. Demarcação dos logradouros em detalhe

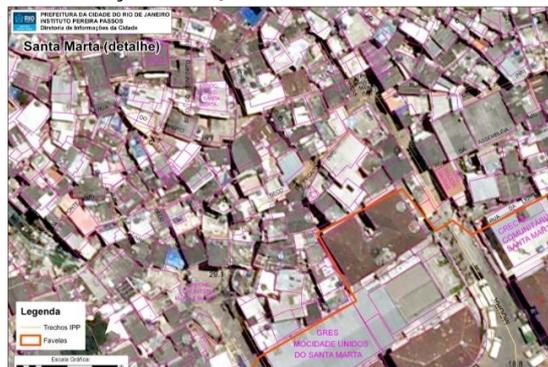


Figura 17: Mapeamento dos logradouros da Favela Dona Marta pelo IPP (SOUZA, 2012)

Perfil da juventude das áreas pacificadas

O IPP possui ainda um projeto intitulado “Perfil da Juventude das Áreas Pacificadas”. Esta iniciativa foi desenvolvida em parceria com o Instituto da empresa de comunicações TIM, o Instituto TIM. Com o objetivo de conhecer as condições da população jovem dessas comunidades, seus interesses e condições econômicas e sociais, foi criado um software livre para criação de formulários de pesquisa. Os formulários podem ser desenvolvidos de acordo com o interesse de cada empresa ou instituição que precise realizar um diagnóstico de uma determinada região como afirma o Instituto Pereira Passos: “A pesquisa funciona como base para orientar as políticas públicas para jovens em diversas áreas, entre elas: Trabalho e Renda; Educação; Esportes e Ciência e Tecnologia”. Iniciado em 2013, a primeira etapa da pesquisa ocorreu nas comunidades: Cidade de Deus, Vidigal, Pavão-Pavãozinho, Tabajaras, Providência, Morro dos Prazeres, Borel, São Carlos, Nova Divinéia e Formiga. A segunda etapa, realizada em 2014, realizou-se em: Parque Oswaldo Cruz (Manguinhos), Batan, Unidos de Santa Teresa (Fogueteiro), Salgueiro, Santa Marta, São João e Mangureira.

Os formulários são preenchidos num aplicativo¹¹ que funciona para celular e *tablet* com sistema operacional Android. À medida que os dados são preenchidos eles são enviados via internet e armazenados numa plataforma web, inclusive com os dados da referência geográfica de cada domicílio visitado. Isto significa a possibilidade de se mapear os dados e poder analisá-los visualmente num mapa da cidade, uma vez que os dados são geoprocessados.

11 Este sistema encontra-se disponível gratuitamente numa página da internet especializada na construção de software, a GitHub.

Mapa tridimensional do Borel

Outra iniciativa da prefeitura da cidade foi a disponibilização do Mapa da comunidade do Borel, que fica no bairro da Tijuca. Foi criado um aplicativo que permite a visualização do espaço urbano em três dimensões com base nos dados cartográficos de 2009. O mapeamento foi executado com o software City Engine¹². Nessa aplicação é possível observar, as suas edificações classificadas segundo o uso (Residencial, Público, Comercial, Misto e Religioso), além das árvores e postes localizados no interior do Borel. Estes elementos são separados por camadas que podem ser visualizadas individualmente.

Com o mapeamento em três dimensões o conjunto urbano pode ser visto a partir de sete posicionamentos pré-estabelecidos pelo aplicativo, são sete “câmeras” que permitem que o usuário explore diferentes posições do sol ao longo do dia e do mês e é possível selecionar individualmente cada edificação do mapa, para obter informações básicas sobre a mesma.



Figura 18: Imagem completa da Câmera número sete. (Aplicativo de visualização do Borel em 3D, 2016)

¹² O Esri City Engine é um programa de desenho urbano que possibilita a montagem de mapas tridimensionais com base em cartografias 2D, sendo possível recriar cenários urbanos reais ou simular cidades através do emprego de parâmetros de desenho.



Figura 19: Camada de edificações, Favela do Borel. (Aplicativo de visualização do Borel em 3D, 2016)

É possível fazer uma busca por elementos no mapa segundo uma classificação, como por exemplo: restaurantes e bares. Feita a busca, o mapa evidencia seu resultado aumentando o contraste entre o que foi pesquisado e o espaço circundante.



Figura 20: Pesquisa por bares e restaurantes. (Aplicativo de visualização do Borel em 3D, 2016)

Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN)

O Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN) é o principal sistema de consultas e informações sobre as favelas e loteamentos da cidade cadastrados pelo IPP. O sistema foi desenvolvido pela Diretoria de Informações da Cidade em parceria com a Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Urbanismo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Defesa Civil.

Desde 1983 reúne informações sobre os assentamentos precários e informais cariocas, com o principal objetivo de apoiar a construção de políticas públicas nessas áreas. Utiliza como fonte os dados do próprio SABREN mantido pelo IPP e do Censo Demográfico 2000 do IBGE. Oferece informações sobre diversos temas das favelas tais como: mapa de delimitação da área; dados demográficos (população, domicílios, renda, escolaridade); equipamentos públicos próximos ao assentamento; o histórico de sua ocupação e a situação fundiária.

O site disponibiliza ainda o histórico de fotografias aéreas de alguns dos assentamentos sendo possível acompanhar as transformações do tecido urbano e do entorno imediato ao longo dos últimos dez anos.

3.2.2. As iniciativas populares de mapeamento e informação

Carteiro amigo

Existem diversas ações de reconhecimento desses espaços urbanos com a finalidade de suprir demandas não acolhidas pela prefeitura incentivada pela ação dos próprios moradores como mostra a publicação de outubro de 2014 do jornalista americano Brian Mier na revista online Motherboard. A publicação mostrou como um morador da favela desbancava a tecnologia do Google a partir de uma relação direta com o lugar e seus moradores. Apesar da empresa americana dispor de um carro com 15 lentes que tiram fotos em 360 graus com sensores de movimento, um disco rígido para armazenar dados, um pequeno computador que executa o sistema e lasers que captam dados 3D e determinam a distância entre as imagens do Street

View¹³, esta aparelhagem não consegue percorrer as ruas e becos da Rocinha, muito menos dar conta da dinâmica das modificações do espaço. No ano da publicação da revista o Google maps mostrava apenas uma rua de acesso à favela, um ano depois apenas sete ruas foram acrescentadas às centenas de becos e ruas da comunidade.

Trata-se da história de Carlos Pedro e seu mapeamento da favela da Rocinha, zona do sul do Rio de Janeiro. Para tornar possível o serviço de entrega de cartas e encomendas, ele e outros dois moradores criaram um mapa algoritmo para criar e recriar sempre que necessário o caminho que leva ao endereço de cada um de seus clientes. O *Carteiro Amigo* presta ao morador um serviço pago individualmente, já que a irregularidade da ocupação não obriga o serviço oficial de correios de fazer as entregas individuais. O serviço criado por eles separa as cartas de seus clientes deixadas pelo serviço oficial dos Correios e faz as entregas baseado no seu próprio sistema de informações.

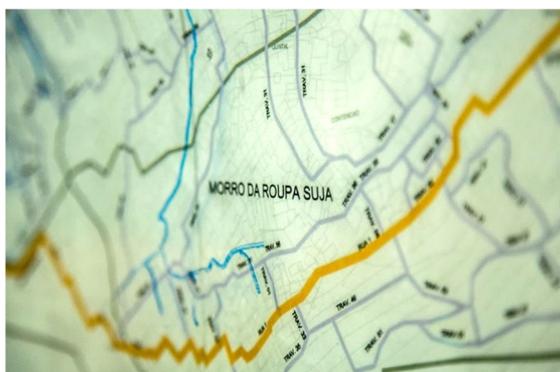


Figura 21: O mapa em versão cartográfica e a direita, os dados atualizados diariamente (Matias Maxx, 2014)

¹³ Dispositivo de visualização de mapas e rotas da empresa Google disponível através do site Google Maps, em funcionamento desde 2007 nos Estados Unidos.

O mais interessante é que eles desistiram de um sistema visual de representação em planta-baixa dos mapas convencionais devido às mudanças constantes no tecido urbano; na falta de nomes oficiais para as ruas e becos o sistema criado por eles define o início e o fim de cada rua, atribuindo a cada elemento (becos, ruas, conjunto de casas ou elementos naturais) um algoritmo correspondente. Dessa maneira o mapeamento é, na verdade uma sequência desses algoritmos, que mudam conforme as transformações daquele tecido, a entrevista destaca que mesmo uma laje pode ser interpretada como rua, já que muitas vezes não existe outro acesso a determinada casa.

A própria dinâmica das transformações urbanas implicou na geração de um sistema adaptado para a situação, que implica também na necessidade de uma atualização diária de informação, conforme as entregas são feitas. Os idealizadores do *Carteiro Amigo* foram procurados pelo Google, mas não concordaram em dividir o sigilo de seu sistema, que só pode ser interpretado por eles. O mapeamento dos clientes foi digitalizado e pretende ser transformado em aplicativo para permitir a atualização dos carteiros pelo celular.

Tá no Mapa

Outra iniciativa, do grupo AfroReggae em parceria com o Google, criou uma plataforma social denominada *Tá no Mapa* que objetiva mapear as favelas que não aparecem nos mapas da internet dando a elas mais visibilidade. Os moradores escolhidos pelo AfroReggae são treinados pelo Google para mapear todos os pontos das favelas através do aplicativo Map Maker. As informações são enviadas ao Google para serem incluídas no Google maps.

Mais do que inserir as comunidades no mundo digital e nos mapas oficiais da cidade, queremos promover a cidadania, o crescimento do mercado local e o acesso a serviços públicos. Parada de Lucas, Caju, Vidigal, Rocinha e Vigário Geral já foram mapeadas. Babilônia, Cantagalo, Chapéu Mangueira, Pavão-Pavãozinho, Santa Marta, Tabajaras e Cabritos estão sendo mapeadas. Mas esse é só o começo. A ideia é levar o Tá no Mapa para todas as regiões em que o AfroReggae tem sede e, até mesmo, para outras cidades. (tanomapa.org, 2014)

As imagens a seguir mostram os pontos de interesse assinalados no mapa de Parada de Lucas e a vista interior de uma rua interna da favela através do Map Maker. Estas imagens foram extraídas pelo site do programa *Tá no Mapa*, não sendo possível obter a mesma qualidade de informação pelo site do Google Maps. Isto significa que um usuário que procurar obter informações sobre o Rio e Janeiro pelo Google Maps (ferramenta principal para tipo de busca) não poderá acessar diretamente as informações das favelas da cidade.

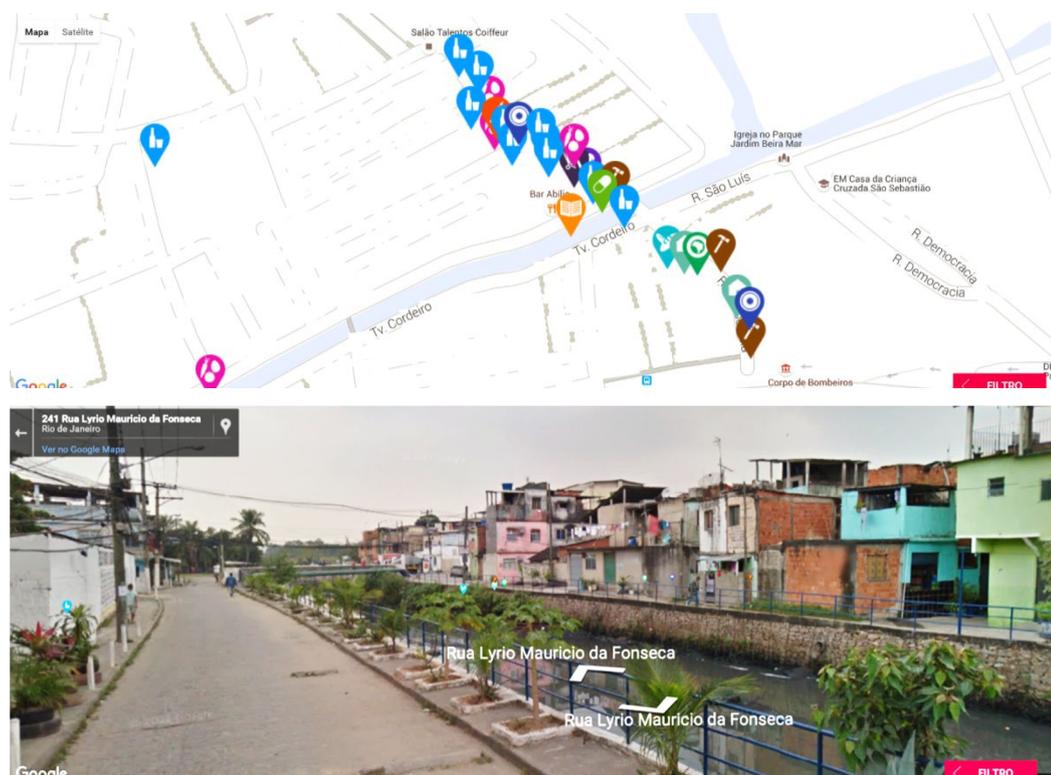


Figura 22: : Interior da favela Parada de Lucas, zona norte do Rio de Janeiro (Plataforma Tá no Mapa, 2016)

Wikimapa

O documentário *Todo mapa tem um discurso* da Rede Jovem do Rio de Janeiro apresenta outras experiências dessa natureza, que discutem na visão de moradores, pesquisadores e colaboradores os significados da exclusão da periferia e das favelas nas cidades nos sistemas de informação, nas representações cartográficas oficiais da cidade e no acesso a uma série de serviços em comparação com outros bairros e locais da cidade. O filme mostra depoimentos pessoais de moradores do Complexo do Alemão, Maré, Rocinha, Cidade de Deus, Santa Marta,

Morro Agudo e Complexo da Penha no Rio de Janeiro e Capão Redondo em São Paulo.

Eu acho que quando o morador ele conta a sua história, ele passa a se reconhecer enquanto morador dessa região e passa a valorizar sua identidade e quando quem vem de fora vê e escuta, também passa a ter um novo olhar para a região, passa a ter um olhar mais manso, não um olhar de discriminação. (João Batista, morador da Maré. Informação verbal. Documentário Todo Mapa tem um discurso, 2014)

Michel da Silva, jornalista comunitário e morador da rocinha também questiona:

Aqui na Rocinha tem outro caso, na Rocinha a gente é considerada um bairro desde 1993, só que quando você olha no Google não tem nenhuma rua, no caso registrada, só aquelas ruas lá da entrada. Não tem a rua, a Rua do Laboriaux, não tem a Rua da Caxopa, são ruas tradicionais que todo mundo conhece. A Rocinha é conhecida internacionalmente e não tem nada no Google? (SILVA, informação verbal. Todo Mapa tem um discurso, 2014).

Uma ação principal demonstrada no documentário é a criação da plataforma colaborativa denominada Wikimapa. A Geógrafa e diretora executiva Natália Aiserngart Santos explica que o projeto consiste num mapa colaborativo de pontos de interesse público em áreas marginalizadas. Idealizado pela Rede Jovem, o projeto iniciou em 2009 e envolveu cinco comunidades cariocas e a iniciativa chegou até São Paulo, no Capão Redondo. Segundo os idealizadores do projeto um dos objetivos era criar outros mapas além dos mapas da violência e da criminalidade, aspectos frequentemente analisados na periferia e favelas das cidades (VALLADARES, 2005). Segundo Natália Santos, a intenção era produzir inclusão social através do mapa: “A ideia não é fazer um mapa da favela, mas inserir a favela no mapa”.

Esta iniciativa do Wikimapa deu origem ao Mapa Colaborativo do Rio de Janeiro, apresentado no item anterior, que contou com uma parceria com a empresa TIM para a disponibilização do aplicativo para celular a ser usado pelos “wikijornalistas”. A Rede Jovem percebeu que o celular era uma ferramenta comum e bastante utilizada na comunidade e que os jovens não teriam dificuldades em realizar a tarefa. Para os realizadores, a escolha dos dados a incluir nos mapas deveria ser dos próprios moradores, para revelar sua visão sobre o que é relevante

no local onde moram. Sobre a tecnologia empregada o gerente de design Vitório Benedetti explica:

O geo hoje ele tem uma grande vantagem, ele é acessado por todo mundo, os mapas transformam o que são informações complexas em informações muito fáceis de entender. Toda informação tem um componente geográfico. (Vitório Benedetti, gerente de design, Explore & Connect, HERE, informação verbal. Todo Mapa tem um discurso, 2014).

No entanto, um dos maiores desafios apontados pelo grupo é a dificuldade de manter o projeto em funcionamento, já que depende de investimento privado a cada ano. Outra questão importante é a validação e inclusão desses dados nas bases oficiais, para que não se tornem um conhecimento isolado. Assim como demonstrado nos exemplos do item 3.1, em assentamentos fora do país, fica clara a necessidade da continuidade de propostas deste tipo e a população deva estar ciente e capacitada para atualizar seus dados e dinâmicas (SOUZA, 2000). Para o engenheiro Eduardo Freitas, essa característica da dinâmica dos espaços dá aos moradores certa uma posição central, já que são eles os grupos sociais mais indicados a acompanhar essas mudanças:

Como incluir e como validar essas informações que são obtidas através de mapeamento colaborativo nas informações oficiais? Tem uma preocupação muito grande. Daqui a pouco a cartografia feita pelas pessoas vai estar muito mais atualizada que a cartografia dos órgãos públicos, porque é assim mesmo, as pessoas tem esse poder na mão agora de ter um smartphone com GPS e sair mapeando a sua própria realidade (Eduardo Freitas engenheiro cartógrafo na MundoGeo. Informação verbal. Todo Mapa tem um discurso, 2014).

Como definiu Picon (2010:191) o desenho dos mapas urbanos dá sentido à cidade que se vê, pelo filtro de seu autor, e demonstra àquelas características que lhes são importantes, que melhor lhes representa. Essa subjetividade da representação da cidade, revelada muitas vezes na ausência da representação das favelas é profundamente questionada durante o filme, como nos mapas turísticos que não só excluem as favelas, mas grande parcela da cidade residente nas zonas norte e oeste.

É o diálogo, em relação a como o mapa influencia a vida e como é que a vida se reflete nos mapas (...). Mapas são geralmente percebidos pela maioria, pelo leigo como sendo dotados de uma objetividade ao nível máximo. O mapa tem uma subjetividade que é intrínseca e que não pode ser ignorada. Qual é a história, qual é o objetivo desse mapa, pra quem ele se destina? qual o ciclo de vida desse mapa, aonde ele vai ser usado, por quem? O que a gente começou a perceber é que a cidade do Rio de Janeiro, sempre foi retratada e os mapas da cidade principalmente os destinados ao público turista, refletem a cidade de uma maneira somente. O mapa evidencia somente um lado. (Vitório Benedetti, gerente de design, Explore & Connect, HERE, informação verbal. Todo Mapa tem um discurso, 2014).

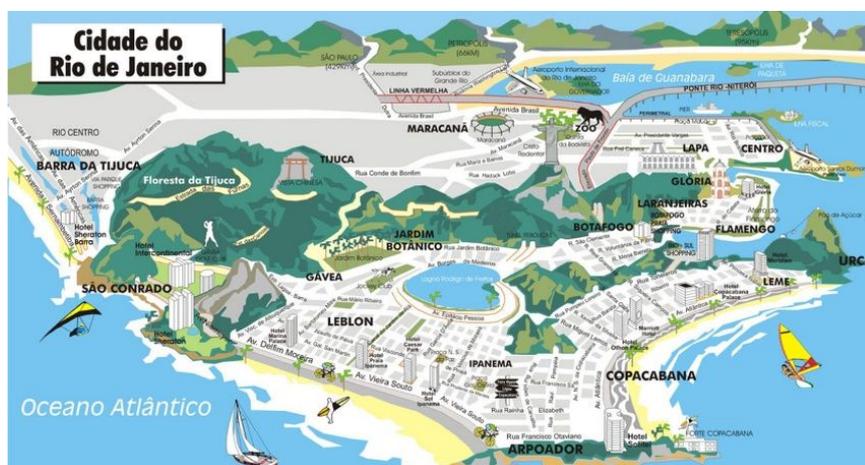


Figura 23: Mapa Turístico da cidade do Rio de Janeiro (<http://mapasblog.blogspot.com.br>, 2015)

O filme cita ainda o fato de que a prefeitura chegou a remover do aplicativo *Google Maps* as favelas do mapa da cidade. Em abril de 2013, o site do Comitê popular Rio denunciou a remoção virtual do mapa das favelas, que teria ocorrido a pedido da prefeitura, entendendo que a atitude tratava de uma tentativa de “invisibilizar a pobreza e os pobres, tanto em ambientes virtuais como na realidade, com as remoções forçadas” (COMITE POPULAR RIO, 2013). Segundo a notícia, a palavra “favela” foi praticamente excluída do mapa sendo substituída por “morro” sendo retiradas as legendas de algumas comunidades. No mesmo mês, o jornal *O Estadão* (em 8 de abril de 2013) publicou sobre a supressão do termo “favela” do mapa digital e divulgou tratar-se de um pedido da Prefeitura do Rio por meio da empresa de turismo Riotur. O jornal citou ainda uma polêmica ocorrida em 2009, quando foi solicitada oficialmente ao Google a inclusão de pontos turísticos

e a diferenciação de favelas e bairros. O comitê popular publicou uma imagem do Google mostrando a comparação na região do Rio Comprido em 2011 e 2013, já sem informações no mapa, como se pode ver nas imagens a seguir:



Figura 24: Mapa da Região do Rio Comprido em 2011 e 2013, já sem a denominação das favelas da área (O Estadão, 2013)

Pode-se perceber o interesse da população e das organizações sociais em suprir a ausência do Estado no reconhecimento das favelas nos vários níveis, seja no reconhecimento dos logradouros ou para a prestação de serviços básicos. É

possível perceber ainda, a partir dos exemplos citados, que as políticas públicas de inclusão das favelas nos sistemas de informação da cidade possuem níveis baixos de participação, não incluindo mais do que o apontamento dos eventos urbanos de maneira desconexa à sugestão de melhorias e propostas urbanas para suas localidades. O desenho digital pode ser utilizado para o ensaio e simulação das transformações e melhorias urbanas nesses espaços, transformando-se num tema para debates (Ferro, 2006). Diante dos esforços pra a criação dessas informações mapeadas facilitadas pelo emprego das tecnologias, vê-se pouco retorno dessas iniciativas, que não conseguem manter-se muitas vezes por falta de financiamento, mas diante da constante transformação desses tecidos, é fundamental que a população seja incluída na constante atualização dos dados. São iniciativas recentes tanto as populares quanto as da prefeitura e ainda não foram completamente absorvidas no contexto das políticas públicas comprometidas com a melhoria desses espaços, como se discutirá no capítulo seguinte. Como lembra Lévy (1999), a representação por si não tem poder de alterar a realidade. A mera representação de eventos, mesmo que pela seleção dos moradores, não representam níveis profundos de participação popular.

É preciso assinalar que diante das novas formas de comunicação, os diversos grupos sociais têm encontrado novos canais de comunicação onde podem refletir sobre seu espaço e modo de vida, divulgando diferentes visões sobre espaços comumente segregados. Numa breve pesquisa nas redes sociais é possível encontrar diversos grupos temáticos com objetivos específicos dentro do contexto das favelas, seja para divulgar expressões culturais ou fazer denúncias junto ao poder público e alertar a comunidade em geral. Assim como para outros temas da cidade, foram criados diversos grupos gerenciados por diferentes entidades sociais, entre moradores, estudiosos e pesquisadores: Favelas em Foco, Estudo das Favelas Cariocas, Favela Orgânica, Favela não se cala, Favela Rede Sustentável, etc.



Figura 25: Grupos nas redes sociais: Favela não se cala, Favela Orgânica e Estudos das Favelas Cariocas e Favela em Foco. (Facebook, 2016)

A informação é parte fundamental das políticas públicas, e no caso das favelas, torna-se um assunto sensível devido à falta de informações oficiais disponíveis para essas áreas. Por outro lado, as iniciativas de mapeamento revelam ainda a busca por maneiras mais participativas de representação, para que a população possa contribuir mais livremente. O exemplo desenvolvido pelo CEDESP (item 3.1) emprega tecnologias que permitam seu fluxo racional e de grande alcance, independente da comunidade estar ou não sofrendo alguma intervenção urbana. É um exemplo de projeto social que permitiria aproximar equipes de trabalho dos moradores no caso de uma intervenção na área, permitindo que a população esclareça suas dificuldades, conflitos e desejos de maneira descentralizada, o que poderia inibir a influência dominante de alguns grupos específicos.

Pode-se verificar a importância da informação não somente para alimentar os processos dos projetos urbanos, mas, como nesse caso, ressaltar a sensação de pertencimento e lutas políticas a favor das necessidades da população. Por outro lado, como analisa Souza (2000), resgatar a memória e a cidadania dessas populações.

Vale ressaltar a importância da informação para os métodos modernos de trabalho e os desafios e as implicações econômicas das atividades ligadas à transferência de informação. É vital para o futuro a preocupação com a racionalização na obtenção da informação. Informação e decisão serão condições cada vez mais importantes para a inserção na competitividade que caracteriza mundo de hoje, mas também para a preservação da memória e o resgate da cidadania em muitos países do mundo (SOUZA, 2000:225).

O fato de o projeto ser independente das etapas de políticas públicas específicas, onde se determinam exatamente quais as fases de conversa e apresentação junto à população diminuiria a sensação de abandono e de insegurança por parte dos moradores. Segundo Souza (2000) projetos como o *Pedagogia cidadã* deveriam ser gerenciados por instituições neutras com o comprometimento no resgate da cidadania e numa construção mais democrática da cidade. Dessa forma a população já estaria em plena comunicação com os diversos atores sociais e com a possibilidade de ser informada sobre as políticas públicas em sua cidade e outros temas de interesse.

4. O DESENHO E MEDIAÇÃO

“O espaço é produto e obra simultaneamente” (Tsiomis, 2003: 182).

Este ensaio trata especialmente do desenho no contexto dos projetos urbanos: aqueles destinados a transformação de uma realidade. Sendo mediação e desejo (Artigas, 1986:45) o desenho no projeto urbano reflete a negociação de diferentes atores. Se por um lado o projeto urbano responde às exigências, aos regulamentos e às “ideologias” de organização do espaço, também é regido por suas próprias lógicas, leis e técnicas, suas próprias referências num processo fluido e não linear (Tsiomis, 2003). É possível perceber nos projetos analisados o reflexo dessas mediações, que se traduzem na relação dos técnicos das diversas áreas entre si como na relação entre estes e a população moradora através do estudo de suas necessidades, seu modo de viver e ocupar o espaço.

Os desenhos produzidos pelas equipes também revelam a relação entre a população e seu território, um tema explorado nos mapas das favelas especialmente no contexto dos projetos. Percebeu-se o fortalecimento do olhar multidisciplinar para o contexto urbano das favelas, o que inclui não somente a reunião de dados concretos de infraestrutura e sua realidade social, como de elementos mais subjetivos como as questões territoriais e de identidade com o espaço.

Os mapas de produção e manejo digital tem papel cada vez mais importante no desenho e gestão das cidades contemporâneas (PICON, 2010). As tecnologias baseadas nas informações georeferenciadas têm contribuído nos processos de levantamento de dados para os projetos urbanos em assentamentos irregulares em diversas partes do mundo, levando em conta a participação popular na produção de dados e informações espacializadas e não espacializadas. Os desenhos digitais dos assentamentos funcionam como plataformas de integração dessas informações, que unem dados locais dos moradores com aqueles pesquisadas durante as fases iniciais de projeto (MBATHI, 2013:95).

Alguns programas têm sido desenvolvidos para localizar problemas urbanos adotando métodos de aproximação entre os diversos atores locais incluindo as comunidades residentes, envolvendo-os na tomada de decisões e no planejamento de intervenções dos espaços. O urbanista e professor da universidade do Quênia Musymi Mbathi (2013) considera a informação como componente fundamental para planejar e tomar decisões no espaço urbano o que, em alguma medida, inclui componentes de informação territorializadas. Num nível de ação local, é particularmente importante obter informações precisas e confiáveis para o seu gerenciamento, e as tecnologias de informação e comunicação incluindo Sistemas de Informação Geográfica (SIG), têm sido utilizadas como uma maneira de integrar conhecimentos locais aos conhecimentos científicos, além de dar suporte gráfico ao planejamento espacial (FREITAS & TAGLIANI, 2009; KYEM, 2004 apud MBATHI, 2013).

Mbathi (2013) cita exemplos nas Filipinas (GONZÁLES, 2000) e em Kosovo (GARTSKA, 2009), onde os assentamentos informais tiveram as condições de sua população e de sua ocupação física avaliados usando uma plataforma SIG. São criados bancos de dados que relacionam as informações de infraestrutura e características demográficas à ocupação espacial do assentamento. Isto significa que para cada edificação ou estrutura do assentamento, é possível saber, por exemplo: quantas pessoas habitam aquela edificação, sua idade e ocupação; se ela dispõe de serviços de infraestrutura básica de água e esgoto e com que qualidade.

Dados remotos como fotografias aéreas são complementadas com pesquisas e entrevistas junto à população, além de visitas locais. Para o professor, O SIG facilita a visualização dessas informações, pois espacializa os dados no mapa, sendo suporte visual para que os moradores e os estudiosos reconheçam o espaço urbano e apontem problemas, a plataforma torna-se uma ferramenta na tomada de decisões e nas negociações de sua transformação. Para Mbathi, trata-se de um exemplo de “ação orientada” no planejamento urbano, porque uma vez criada a base de dados, ela sai das mãos dos escritórios municipais para ser devolvida à comunidade representada, que poderá utilizá-la em seus próprios propósitos (2013:97).

Mbathi (2013) descreve também os processos de participação nos assentamentos formais em Nairobi, no Quênia, onde mais de 40% da população vive em assentamentos informais sem acesso a serviços urbanos como água canalizada e esgotamento sanitário. Apesar das ferramentas de geo-informação nos processos de projeto e planejamento urbano em favelas serem internacionalmente reconhecidas, o autor explica que o sucesso da implementação do SIG depende da melhoria das condições sociais, econômicas e ambientais. Não se trata somente de uma ferramenta para melhorias no espaço físico, mas deve ser usada para o emponderamento e participação ativa da população para melhorias sociais (2013:98).

A experiência do assentamento de Mukuru, no Quênia, mostrou a necessidade de encontrar medidas que permitissem a participação dos diferentes grupos sociais, respeitando as questões culturais da comunidade. Mbathi explica que no caso desse assentamento em particular, por exemplo, os jovens e mulheres tornaram-se peças importantes no uso das ferramentas SIG, sendo os que mais demonstraram afinidade com a tarefa (2013:113). Enquanto a população idosa e outros grupos que tinham maiores restrições e afastamento das técnicas computacionais foram envolvidos na decisão dos dados e critérios de coleta e posteriormente, nas fases de análise das informações coletadas e na sugestão de melhorias para a localidade. Esta participação ocorreu a partir de reuniões, grupos de trabalho e entrevistas na comunidade.

Um dos trabalhos realizados em Mukuru resultou no mapeamento de seus indicadores de saúde. Usando o mapeamento coletivo sobre uma fotografia aérea do Google Earth, foram assinalados pontos de coleta de água, os banheiros existentes na comunidade, os pontos de vazvamento de água, os locais de encontro dos grupos comunitários, drenagem, entre outros.

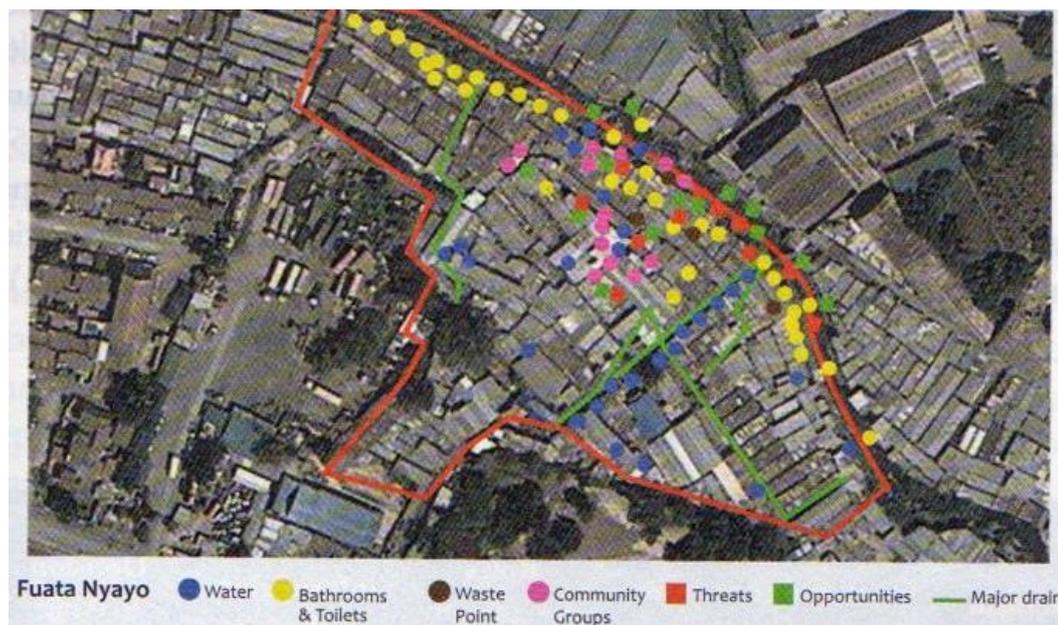


Figura 26: Mapeamento coletivo dos indicadores de saúde em Mukuru, Quênia. (MBATHI, 2013:107)

Os objetivos de cada projeto determinam o tipo de informação a ser coletada e analisada, tendo papel crucial a participação da comunidade, dos líderes locais, organizações governamentais e não governamentais e financiadores (MBATHI, 2013:98-99). O autor explica que o nível de participação popular depende do contexto sócio-político e da abordagem de aproximação dos atores.

A Associação Internacional de Participação Pública¹⁴, da qual o Quênia faz parte, define cinco níveis de participação nesses tipos de projeto. Entre os níveis mais baixos de participação segundo a Associação estão: o uso de ferramentas de informação em mapas, fotografias aéreas, e sites interativos para comentário público, que são considerados consultas informais. Os níveis de participação mais altos incluem envolvimento, empoderamento e colaboração da população. Além do uso das ferramentas de informação e comunicação, a participação deve ser baseada

¹⁴ International Association of Public Participation (IAP2) é uma organização internacional que defende a ampliação de práticas de participação popular, seja a partir de reuniões públicas, votação, pesquisa, oficinas, comitês consultivos de cidadãos e outras formas de envolvimento. Fazem parte a Australásia (Nova Guiné, Nova Zelândia e Austrália), França, Canadá, África do Sul, Indonésia e Itália.

em análises e simulações do impacto das modificações urbanas em conjunto com os moradores

O autor alerta, entretanto, que o uso dessas ferramentas nos processos de planejamento participativo tem potencial para alienar e excluir àqueles atores distantes do uso e emprego de tecnologias desse tipo e essas experiências carregam o risco de minar ao invés de incentivar a participação popular. Isto inclui localidades onde as pessoas têm pouco acesso a serviços básicos incluindo tecnologias de informação e comunicação, como acesso à internet. Mbathi (2013:114) acrescenta que o risco de exclusão nesses casos, deve ser contornado pelo emprego de outras técnicas de comunicação tradicionais, como grupos de discussão e entrevistas. É necessário considerar ainda a continuidade do mapeamento das informações. Devido à natureza dinâmica de ambientes desse tipo que sofrem adensamento e desenvolvimento constante, o que significa que as comunidades devem ser encorajadas a adotar sistemas de monitoramento do lugar a fim de assinalar junto às autoridades mais desafios e intervenções futuras, sendo necessário o envolvimento e comprometimento do governo local para a manutenção desses espaços.

No caso dos assentamentos irregulares cariocas, pode-se expor algumas experiências de projetos urbanos em favelas com o objetivo de perceber como os diferentes momentos políticos impulsionaram a coleta de informação sobre as favelas trabalhadas e como a questão do desenho e a participação popular se relacionaram em cada contexto, com as possibilidades técnicas e diretrizes urbanísticas de cada momento.

Iniciamos pela experiência de Carlos Nelson Ferreira dos Santos na comunidade de Brás de Pina em 1964, onde se desenvolveu um relevante processo participativo de projeto. Num segundo momento, foram selecionados dois exemplos de processos de projeto onde o desenho foi utilizado como forma de expressão coletiva, estes durante o programa de urbanização de favelas Favela-Bairro na década de 1990, por fim, apresentam-se uma experiência recente, durante o programa de urbanização Morar Carioca.

Brás de Pina

O arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981) descreveu os processos do projeto de urbanização em Brás de Pina, que mesmo realizado num momento político propenso às remoções, em 1964, (durante o período de governo de Carlos Lacerda), parte dos moradores daquela comunidade conseguiu reunir esforços para permanecer. Naquele momento as políticas habitacionais como explicado no capítulo II da dissertação, promoviam a erradicação das favelas na cidade oferecendo aos moradores habitações longe de seu contexto urbano original através do programa da COHAB como as localidades da Vila Kennedy em Senador Camará, Aliança em Bangu e Esperança em Vigário Geral.

No caso de Brás de Pina, que tinha à frente um grupo de líderes locais e um padre, obteve ainda como aliada a imprensa, que colaborou com a mobilização da opinião pública (SANTOS, 1981:33). Parte das condições favoráveis ao processo participativo desta experiência, deve-se à forte representação da população local na luta pelos seus direitos urbanos, como explica Santos:

Todos declaravam estar conscientes de que a batalha havia sido ganha porque tinham se mantido coesos na hora decisiva. Aconteciam muitas reuniões seguidas, na Associação, com a presença do padre e da maioria dos chefes de família. [...] Foi aí que surgiu a bandeira da “urbanização” como uma resposta ao desafio do governador. Os moradores, muito ofendidos, queriam provar que não eram porcos e que, se viviam em cima de um charco cheio de água e esgoto, isso não era o resultado de uma escolha deliberada. Estavam até dispostos a fazer um superesforço para melhorar por conta própria as condições físicas do local (infraestrutura urbanística e habitação), já que o Estado não lhes concedia alternativas e os abandonava à própria sorte. (1981:34-35).

Mesmo diante dos condicionantes políticos, a interferência favorável de atores externos como a imprensa, abertura que “não voltaria a acontecer” como previu Santos (1986), influenciaram de forma positiva o processo de urbanização daquela favela. “A imprensa ajudou muito a fazer com que o caso Brás de Pina ultrapassasse as fronteiras locais e virasse um caso pertinente à toda a cidade. Havia jornais contrários ao governador que ainda podiam expressar-se com alguma liberdade e que tomaram o partido dos moradores [...]” (SANTOS,1986:35)

Esta experiência tornou-se uma referência de processo de imersão e participação popular em projetos urbanos. A descrição de Santos (1981) sobre Brás de Pina revela o esforço empregado em reconhecer mais do que os aspectos físicos e sociais, procurando compreender o modo de vida daquela população, fazendo o arquiteto questionar as premissas e orientações de sua formação moderna, esses elementos subjetivos da formação e reflexão do autor refletiriam diretamente na metodologia de desenho proposta:

A exposição à favela e ao cotidiano dos favelados teve um efeito curioso. Comecei, cada vez mais, desviar minha atenção das casas, dos sistemas viários dos aglomerados, das soluções de esgoto e abastecimento de água e outros aspectos considerados do interesse primordial de um urbanista ou arquiteto. Comecei, também, a ver se dissolverem muitas ideias feitas, trazidas de longe ou de lugar nenhum (exceto de um sistema de formulações racionais e abrangentes), que explicavam sem deixar margem de dúvida, quem eram favelas e favelados dentro da cidade e da sociedade urbana. Fui descobrindo que havia muitos mundos dentro do que, simplisticamente, eu designava por um só nome. Fui vendo que algumas ações e maneiras de ser ou de ver as coisas que eu classificaria, com rapidez, de “alienadas” tinham sentido dentro dos códigos particulares a que estavam referidas, frente aos quais, por não saber como me comportar, o alienado era eu. De observador de padrões e arranjos dos espaços públicos e privados, fui me transmutando em observador das inter-relações sociais e das redes de significados que, como ia percebendo, era o que, de fato, os sustentava tanto ou mais do que as razões materiais ou práticas, em cujo incontestável domínio acreditava, ao entrar nas favelas como neófito. Assim fui virando uma espécie de antropólogo ad hoc. [...] (SANTOS, 1981:13, grifo do autor).

Santos (1981:36-43) explica as condições da ocupação, que havia sido contruída sobre terreno pantanoso fazendo com que os moradores conquistassem aos poucos e com muito trabalho o aterro de grande parte do assentamento. O estado das moradias tinha pouca relação com a condição financeira de seus donos. Extremamente precárias, a maioria de madeira sob palafitas, eram mais reflexo do temor das remoções e do fato que resistiam melhor que a alvenaria naquelas condições de inundação frequente. Por dentro, como revelou Santos (1981:37), muitas delas eram bem equipadas com eletrodomésticos e móveis. Por outro lado, não dispunham de esgotamento sanitário e água canalizada.

A equipe diagnosticou aspectos de iluminação, sistema viário e a qualidade dos serviços públicos no interior da comunidade como o recolhimento de lixo e a distribuição das correspondências. No que diz respeito ao sistema viário, foram avaliadas as condições de integração ao tecido formal: apenas as ruas que

ligavam a favela ao entorno tinham largura suficiente para permitir o trânsito de veículos. Quanto mais próxima dessa rua, melhores eram as condições da ocupação do ponto de vista da infraestrutura. Nessas ruas principais, as únicas nomeadas, localizavam-se os equipamentos de sentido público e as habitações em melhores condições. As condições do entorno foram avaliadas no sentido de viabilizar acessibilidade à favela e de suprir as necessidades por equipamentos que não houvessem em seu interior. Os desenhos do diagnóstico de Brás de Pina, revelavam uma favela heterogênea no que diz respeito aos aspectos sociais, religiosos e segundo suas condições físicas. A metodologia de análise estava desfazendo o conceito de *unidade* (Valladares, 2005) das representações das favelas, revelando ainda sua realidade no contexto da própria cidade.

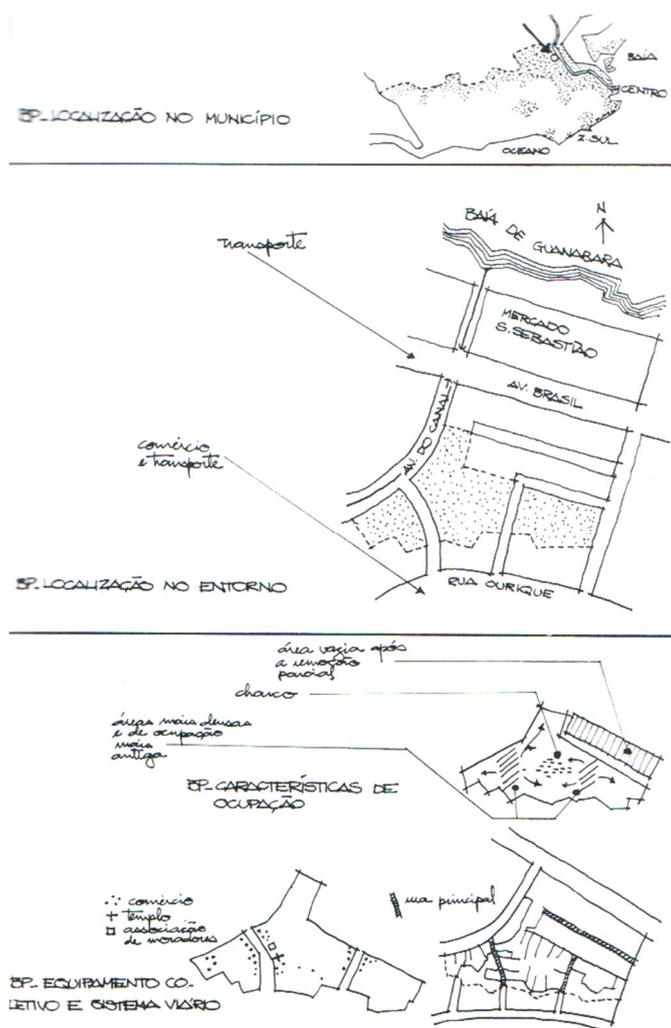


Figura 27: Diagnóstico de Brás de Pina (SANTOS, 1986:39)

O arquiteto defendeu em seu relato a importância da experiência prática nos projetos urbanos. Sua equipe foi em busca de entidades representativas das populações das favelas com o objetivo de aprender com suas práticas e seus discursos.

Os trabalhos de urbanização foram iniciados nas porções não ocupadas do terreno. Quando chegou o momento de ocupar áreas já construídas, ocupadas o arquiteto explica as dificuldades enfrentadas para o planejamento das obras. Por decisão coletiva, quarenta barracos eram transferidos a cada semana. Após a transferência de um grupo de casas, o espaço ia gradativamente recebendo tratamento urbanístico. A transferência das moradias era feita com a ajuda dos próprios moradores, que podiam sugerir e avaliar os lotes disponíveis a cada transferência para definir o novo local de suas casas.

Discutidas as possibilidades de execução, ficou decidido que os próprios moradores trabalhariam em campo sob nossa orientação e nos forneceriam o material bruto que interpretariamos no escritório. Passamos a ensinar-lhes noções elementares de triangulação. Durante os fins de semana, desenhavam um pequeno trecho da favela e aí mesmo aproveitavam para registrar as condições urbanísticas e habitacionais e para recolher alguns dados essenciais sobre as famílias residentes e sua renda. Tudo era posto em folhas de papel que nos eram entregues na segunda-feira. Durante a semana íamos remendando pedaços do mosaico até reconstituir o mapa completo da favela, já com as informações essenciais plotadas.

Como urbanista nunca tive melhor experiência profissional do que a desse tempo em que trabalhamos tão diretamente com nossos clientes. Ainda que parecesse lógico o contrário, é muito raro que urbanistas tenham contatos face a face com as pessoas para quem fazem planos. Vivíamos com o escritório cheio de favelados que o invadiam para ver o que fazíamos e ficavam para discussões que varavam a noite. Era emocionante ir recebendo aqueles pedaços dos mais diversos papéis e ir vendo um trabalho que surgia aos poucos (SANTOS, 1986:45).

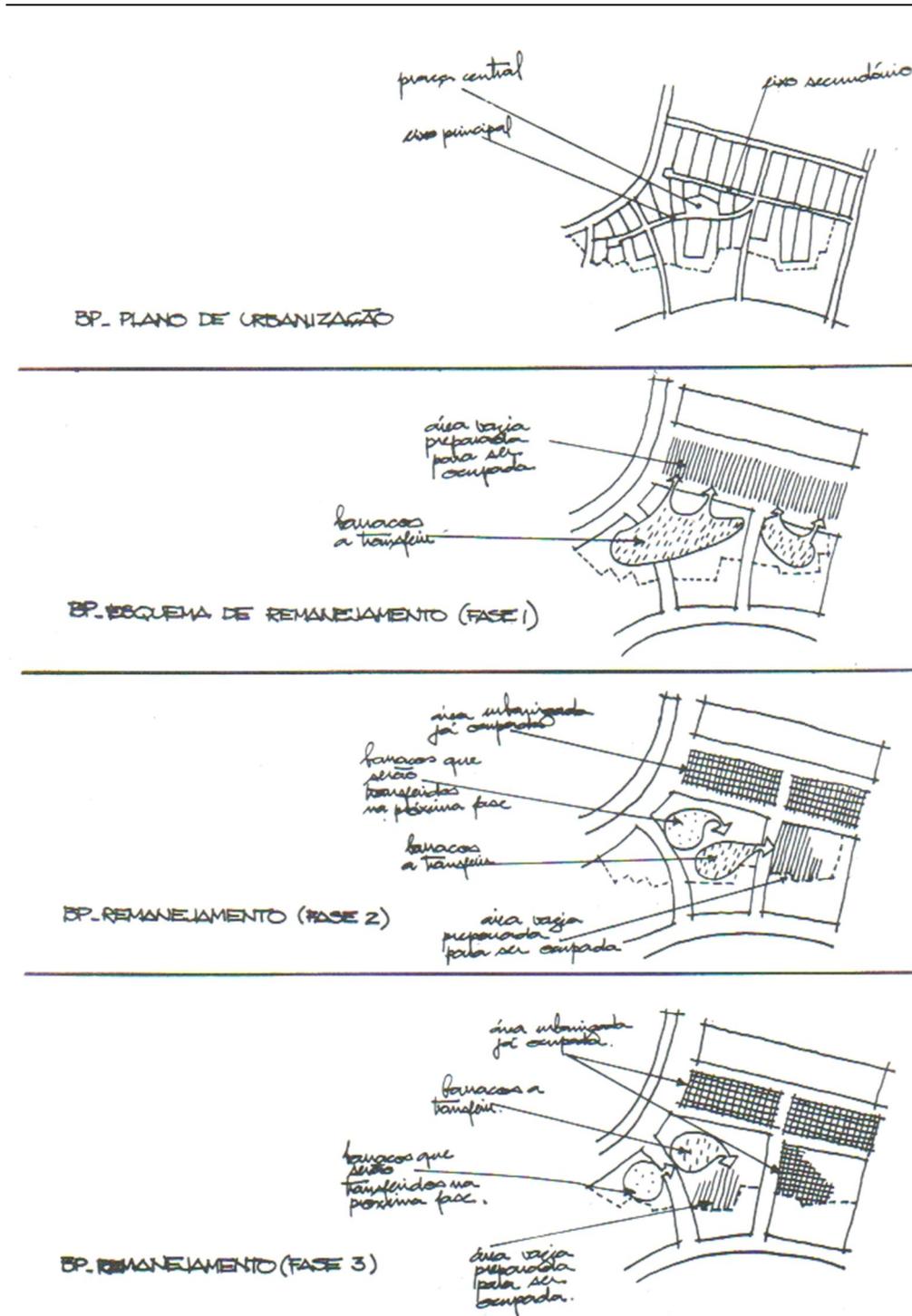


Figura 28: Plano de urbanização de Brás de Pina. (Santos, 1981, p. 62)

Os desenhos a seguir mostram as habitações desenhadas pelos próprios moradores e que foram posteriormente incorporadas pelo arquiteto num escritório de campo criado quando o projeto de Brás de Pina foi incorporado à CODESCO.

Feitas as mudanças e abertas as possibilidades de financiamento, os moradores começaram a pedir plantas para suas casas. A Quadra sugeriu que eles desenhassem suas próprias plantas, de acordo com seus desejos e necessidades. Assim, em um mês, recebemos umas 300 plantas de todos os tipos, desde as muito elaboradas, projetadas por engenheiros ou arquitetos, até as absolutamente não-convencionais (SANTOS, 1981:67).

Em vários casos, observamos que coisas que pareciam absurdas para nós eram significativas para os moradores que recusavam nossas correções e podiam justificar por que. As plantas escolhidas ou “projetadas” eram chegadas frente a cinco posturas básicas estabelecidas para fazerem uma ponte entre o plano urbanístico e o habitacional. Essas regras garantiam as condições aceitáveis de densidade urbana e de salubridade nas casas e previam futuros casos de mudança urbanística (SANTOS, 1981:67).

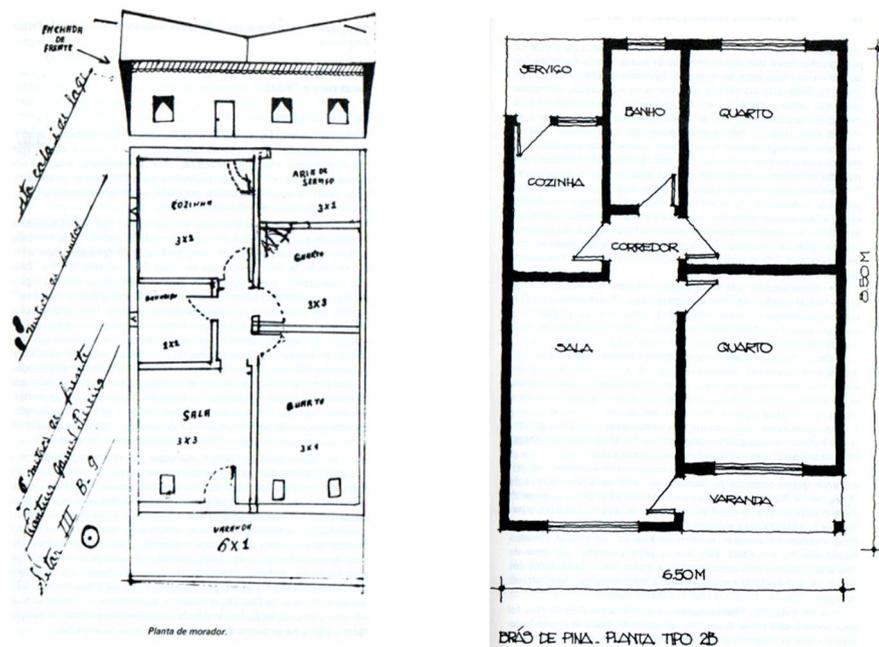


Figura 29: Plantas para projeto habitacional em Brás de Pina. A esquerda, planta do morador e a direita, planta da equipe técnica. (SANTOS, 1986:68-69)

A experiência de Carlos Nelson iria influenciar fortemente uma geração de arquitetos comprometida com as causas sociais, com sua relação de intimidade vivenciada no espaço projetado e principalmente nos esforços para o fortalecimento de técnicas de participação popular, que utilizando técnicas manuais

de desenho, pode efetivamente construir dados coletivamente, com interferência direta da população, que pode compreender e absorver os impactos da obra durante seu processo.

Favela-Bairro

O concurso para a seleção de escritórios para trabalhar nos projetos de urbanização de favelas do programa Favela-Bairro, na década de 90, revela como os processos participativos tomaram força nas estratégias de metodologia das equipes. As equipes vencedoras do concurso já defendiam amplamente a questão da participação popular e de maneira conjunta com o poder público através da participação dos técnicos do Iplanrio, responsável pela reunião de informações sobre esses espaços. Entre as representações sociais apontadas pelas equipes como forma de ampliar a participação comunitária durante as etapas de projeto estão as associações de moradores, líderes religiosos, associações esportivas, grêmios recreativos e o próprio sistema informal de poder.

A equipe vencedora de número 108, do arquiteto Pedro Cascardo, defendeu a ideia de que a desinformação dos moradores acerca dos acontecimentos e decisões do projeto permitiria o surgimento de desconfiança entre eles, o que prejudicaria sua participação nos processos. A equipe sugeriu o estímulo aos instrumentos da imprensa local (jornais, rádios comunitárias, noticiários pelos equipamentos de som) para a divulgação dos acontecimentos do projeto a partir de eventos de divulgação utilizando recursos audiovisuais; além da edição de boletins e releases para a distribuição aos moradores e a grande imprensa.

Já a equipe de número 115, que incluía o arquiteto Humberto Cerqueira Zkure defendeu, por exemplo, que além do acompanhamento das decisões de projeto, outros temas deveriam ser tratados coletivamente como: saúde, saneamento, atividades culturais e projetos de geração de renda. Havia ainda uma preocupação com desenhos de fácil entendimento para os moradores através do emprego de técnicas de representação que facilitem a comunicação: "sempre que possível, eles serão traduzidos em soluções físicas de fácil visualização e compreensão pela comunidade" (DUARTE, 1996).

Em entrevista, o arquiteto Humberto Kzure explica que na primeira fase do Favela-Bairro, exercida pelos arquitetos ganhadores do concurso, foi consolidada também a metodologia de trabalho multidisciplinar em torno das questões sociais:

De alguma maneira nessas duas últimas décadas o Rio acabou por exportar procedimentos metodológicos e também procedimentos técnicos e procedimentos de abordagem social sobre esses tecidos [...] todos nós arquitetos que participamos do primeiro concurso favela-bairro nós de alguma maneira ajudamos a construir as metodologias. Porque as metodologias que foram desenvolvidas faziam parte daqueles arquitetos que já tinham algum tipo de engajamento e não os arquitetos que estavam com seus escritórios às moscas, sem trabalho. Então quer dizer, nós todos tínhamos uma preocupação social muito grande e uma preocupação urbana e com todos os fenômenos urbanos que podem surgir e isso fazia com que os diferentes olhares pudessem ser cristalizados em propostas metodológicas e conseqüentemente em desenhos que não são isentos do olhar, não são isentos de uma seleção que se faz naturalmente no campo das representações para desenvolver desenhos que estejam de fato antenados e próximos dos problemas urbanos, então no momento que passou essa fase do Favela-Bairro e começou a se desenvolver os projetos por meio de licitação alguns escritórios desses ganharam as licitações e os projetos eram completamente desconectados de uma realidade porque esses profissionais não a conheciam (Humberto Kzure, 2015. Informação verbal).

Sendo poucos os dados oficiais sobre as favelas, as equipes de projeto ficaram elas mesmas encarregadas de criar insumos e dados do local, como a própria atualização da base cartográfica. Os registros das intenções de projetos apresentados para o concurso Favela-Bairro demonstraram as particularidades do projeto nestas parcelas da cidade e seus principais desafios nesse sentido. Embora seja de difícil apreensão, o texto expõe a riqueza daquela configuração urbana, que tem na sua particularidade formal um espaço rico em composição:

Na cidade informal não há um padrão de divisão do solo em quarteirões e, com a evolução da favela, enormes porções de terra ficam sem acesso direto, o que leva os moradores a criarem vias secundárias e becos (...). A favela possui uma leitura espacial labiríntica: os percursos desconexos e os múltiplos padrões tipológicos são característicos de uma ocupação orgânica, visualmente confusa e de difícil apreensão, embora muito rica em seu vocabulário. As construções, ao se expandirem, acabam gerando ricas composições de textura, formas e volumes.

Os escritórios relatam a falta de insumos básicos disponíveis para o diagnóstico físico e social das favelas, seja sobre o status da propriedade (posse,

locação, sublocação), o cadastramento de moradias e famílias; a população total real; densidade populacional, entre outros. Para suprir essas deficiências, os escritórios defenderam diversos métodos de levantamento de informação: a partir de entrevistas informais, levantamento iconográfico por meio de croquis e fotografias, o levantamento aerofotogramétrico; geológico-geotécnico; sócio urbanístico; além de quadros e mapas de caracterização e propostas comunitárias; levantamento fotográfico e estudos da situação fundiária dos imóveis.

O IPLAN RIO realizou com o apoio da Diretoria de Processamento de Dados-DDP em 1982, um cadastro das favelas da cidade do Rio de Janeiro, durante a gestão do prefeito Júlio Coutinho com o objetivo de promover informações e dados para os grupos de trabalho no âmbito do programa de urbanização Favela-Bairro. Foi criado um Centro de Documentação Técnica pela secretaria de habitação com o objetivo de estimular a produção de publicações, o intercâmbio de informações técnicas e a realização de seminários e palestras. Foi realizado o o cadastramento, a listagem e a classificação das favelas do Município, publicado em três volumes, o primeiro deles explica as ações e motivações do cadastro, no segundo volume apresenta uma espécie de manual do usuário para ensinar a fazer a pesquisa; o terceiro e último volume publicado em 1983 apresenta os primeiros resultados da pesquisa.

O objetivo da iniciativa foi criar um banco de dados para a formulação de uma política “global de desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida” (Relatório de cadastro de favelas IPLAN Rio, 1982). O relatório foi defendido como pioneiro no reconhecimento das favelas, por ser a primeira tentativa de produzir mapas internos das mesmas identificando sua organização urbana, estrutura viária, localização de equipamentos e serviços. “Antes os mapas e plantas oficiais se restringiam a definir os limites externos das áreas afetadas” (1982:18). O projeto de reconhecimento cadastrou 337 favelas da cidade, cerca de um milhão e 700 mil habitantes e contou com estudantes de arquitetura na composição de suas equipes. O preparo da base cartográfica para o estudo da estruturação interna das favelas utilizou desenhos e mapas da prefeitura e órgão públicos como a Light, além de aerofotos ampliadas para uma escala mais adequada para o trabalho em campo.

O arquivamento digital dos dados aparece em destaque no relatório. O IPLAN RIO manteve um sistema de cadastro e consulta pelo computador da pesquisa realizada. As pesquisas podiam ser feitas pelo nome da favela ou pela classificação da favela por “assunto” (acessibilidade, esgoto, data de ocupação entre diversos outros dados). O destaque do emprego do computador deu-se pela defesa de que tendo os dados armazenados digitalmente, a administração pública poderia transpor as fases de planejamentos isolados (destinados a atender emergências ou problemas locais), sendo possível então a elaboração de planos de governo que envolvessem “soluções conjuntas para a questão social”, representadas pelas favelas da cidade:

“Outra finalidade foi a de permitir que com a utilização das modernas técnicas e facilidades da informática, os dados recolhidos possam ser permanentemente atualizados pela própria comunidade e instituições públicas e privadas. Assim a administração pública poderá dispor de um quadro completo e realístico” (Relatório de cadastro de favelas Iplanrio, 1982:18).

As equipes vencedoras do concurso (como a de número 101 na qual integrava a arquiteta Cristiane Rose de Siqueira Duarte) já consideravam utilizar como material de diagnóstico urbano o cadastramento da população produzido pelo Iplanrio como base para o mapeamento e cadastramento da favela, que seria constituída basicamente pelos documentos aerofotogramétricos e as plantas produzidas pelo Instituto. No entanto a equipe admite que, devido à dinâmica de crescimento das favelas, seria necessária a constante atualização desses dados:

A base para o mapeamento e cadastramento da favela será constituída basicamente pelos documentos aerofotogramétricos e plantas produzidas pelo Iplanrio. No entanto, sendo características das favelas possuir assentamentos extremamente dinâmicos, muitos dos dados colhidos devem ser constantemente atualizados, sob pena e não mais representarem a realidade(...) por outro lado, essa documentação não é suficiente para se ter ideia da realidade da favela, uma vez que sob um mesmo telhado que aparece na fotografia aérea, podem estar abrigadas várias famílias ou passagens de becos. Apenas o levantamento in loco poderá fornecer a sua real dimensão. Apenas o levantamento in loco poderá fornecer a sua real dimensão (DUARTE, SILVA, BRASILEIRO, 1999:20).

Terreirão e Vila Amizade

Efetivamente contratados, o escritório de Humberto Kzure – Casulo ideias e projetos do habitat- iria atuar nas Favelas do Terreirão e Vila Amizade. Em entrevista, o arquiteto explica a importância da participação dos moradores na tomada de decisões, durante o projeto do Favela-Bairro, o que incluía o diferencial da participação de profissionais da área de sociologia:

[...] o desenho ele não pode ser um desenho orquestrado pelo arquiteto, o desenho ele é revestido de conhecimento em profundidade, claro que nem sempre você consegue acertar na totalidade, mas você busca aprofundar-se em determinados fenômenos e... E quanto a isso eu sempre fui um arquiteto que gosta de desenhar aquilo que as pessoas criam expectativas, e não aquilo que me cai bem, como se fosse uma roupa que eu escolho, que eu gosto, não, aquilo tem que espelhar o que as pessoas querem. Hoje tem advogados formados lá, tem professores, e isso fez parte da minha ação que foi vigorosa, eu nunca agi de maneira paternalista e nunca tratei as pessoas como carentes e coitadinhos [...] Eu fiquei muito feliz porque naquela época eu fui o primeiro arquiteto que tinha assistente social e que tinha sociólogo.

Isso era a presença da Ana Clara Torres Ribeiro, que infelizmente não a temos mais, e que fez uma contribuição fantástica porque uma das minhas questões era entender como se constituiu ao longo do século XX as memórias e as identidades e as barreiras sociais que estavam impregnadas dentro desses territórios precários e ela brilhantemente respondeu a altura, o que foi um dos motivos de elogio da nossa proposta como vencedora. E também a participação da Maria Luísa Testa Tambellini, professora da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), que também deu uma contribuição significativa no sentido de como nos aproximarmos dessas populações. [...] Então nós conhecíamos os moradores, conhecíamos os líderes, conhecíamos os falsos líderes e entrevistamos na vida das famílias [...] (Humberto Kzure, 2015. Informação verbal).

Estes mapas produzidos pela equipe de projeto mostram alguns dos dados relevantes para o reconhecimento da realidade e vivência dos moradores no espaço. O primeiro mostra os pontos notáveis da comunidade, sobre o mapa, a equipe fez uma colagem com fotografias dos pontos de encontro e centralidades locais.



Figura 30: Mapa de pontos notáveis nas comunidades do Terreirão e Vila Amizade. (Fonte: Cadernos do Favela-Bairro, 2005)

Aparecem mapeadas abaixo as regiões de identidades locais, mostrando cinco diferentes setores aos quais os moradores se sentem pertencentes. A pesquisa de diagnóstico revelou que culturalmente, os moradores se organizaram em núcleos conforme sua origem e tempo de moradia no local.



Figura 31: Mapa de identidades locais nas comunidades do Terreirão e Vila Amizade. (Cadernos do Favela-Bairro)

Os desenhos mapeados pela equipe representam mais que elementos rígidos no espaço, relacionando a arquitetura às questões de pertencimento, as redes territoriais. Destacou-se nessa proposta ainda, o estudo dos eventos (Picon, 2010), representados pelos locais de encontro e lazer da população. Ainda que possam não representar a situação atual, já que se trata de uma representação que não é passível de atualização, estes elementos possibilitaram uma análise mais complexa da realidade daquelas comunidades.

Para a leitura da complexidade social das favelas do Terreirão e Vila da Amizade, torna-se necessário incorporar os elementos constituintes das diversas dimensões de memórias; obrigando a reflexões sobre as diferenças individuais, familiares e coletivas e as origens sociais e culturais assumidas pela população. (Relatório diagnóstico de Vila Amizade e Terreirão)

Para conhecer os indicadores sócio-econômicos dos moradores, a equipe organizou as áreas de entrevista respeitando essas delimitações definidas pelos próprios moradores. Foram avaliadas as condições de moradia, a renda familiar, a atividade profissional, entre outros fatores. A equipe também pesquisou sobre o mercado imobiliário dentro das comunidades fortalecido principalmente nos trechos onde a ocupação era mais recente, com poucas ofertas de venda de moradias na sua parte central, indicando, segundo a equipe, que nessas áreas a maior parte dos moradores estava enraizada em seus locais de moradia.

Outros temas diagnosticados foram as relações favela-entorno, a ocupação dos moradores e sua relação de trabalho nas proximidades da ocupação, a relação dos moradores com os equipamentos da vizinhança. Com relação aos seus aspectos físicos, foram avaliados os sistemas de infraestrutura de água, esgoto, iluminação pública, drenagem, limpeza pública e pavimentação; o sistema viário na sua relação interna com a ocupação do assentamento e sua relação com o entorno; os usos e equipamentos internos das comunidades e seu padrão construtivo.

Os desenhos e análises das favelas eram feitos sobre base aerofotogramétrica disponibilizada pela prefeitura, que contratava vãos especializados para realizar fotografias métricas verticais do território. No caso

das favelas do terreirão e Vila Amizade, a equipe utilizou ainda o mapeamento do Cadastro de Favelas realizado pelo IPLAN RIO, de 1983. Para a realização do diagnóstico é grande o número de fotografias e registros de visitas ao local.



Figura 32: Mapa do Cadastro do Iplanrio das favelas do Terreirão e Vila Amizade (Cadernos favela-Bairro, 1997).



Figura 33: Mapa de padrões construtivos do Terreirão e Vila Amizade. (Cadernos favela-Bairro, 1997).

As principais intervenções propostas pela equipe visavam integrar a Favela ao Bairro de Jacarepaguá, os desenhos em perspectiva a seguir, apresentados durante o plano de intervenção buscavam aproximar a população das decisões de projeto e permitir que estas se envolvessem nas fases seguintes de negociação. O desenho ainda que desenvolvidos pela equipe técnica, serviram de instrumento de discussão, facilitando a apreensão das ideias desenvolvidas. Neste contexto ele deixa se ser uma ordem, tornado-se como defende Ferro (2006) uma sugestão aberta à transformação.

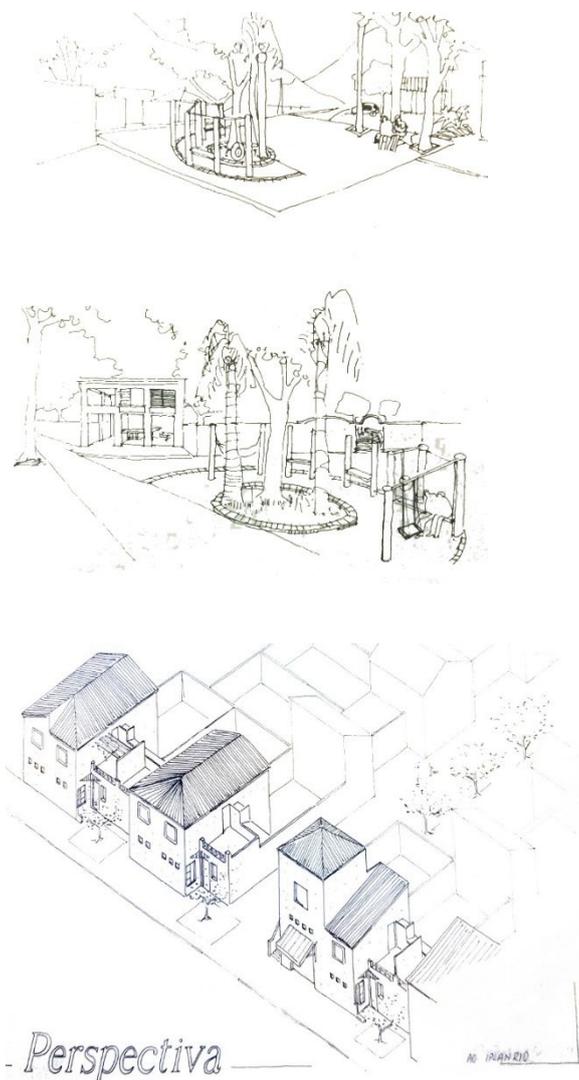


Figura 34: Projeto de habitação e áreas livres - Plano de intervenção das Favelas do Terreirão e Vila Amizade (Cadernos favela-Bairro, 1997)..

Cerro Corá, Vila Cândido e Guararapes

O estudo preliminar das comunidades de Cerro Corá, Vila Cândido e Guararapes desenvolvido em 1994 também no âmbito do Favela-Bairro, apresenta a metodologia utilizada pela equipe de projeto, que organizou a participação dos moradores em quatro etapas. Na primeira, dez moradores de cada uma das comunidades responderam a um questionário nos temas: histórico da ocupação, integração com o bairro, educação, saúde, atividades econômicas, sistema viário, transporte, áreas de lazer, infraestrutura, e divisão físico-social. De cada região foram ouvidas duas pessoas da associação de moradores, três adultos que não fossem da associação, dois jovens e três idosos.

A segunda etapa da metodologia utilizava os desenhos feitos pelos próprios os moradores para “obter a imagem pública dos morros” (1994:16). Foi solicitado aos moradores que esboçassem as principais ruas de acesso e os pontos mais marcantes do espaço em que viviam. A terceira etapa da metodologia de participação promoveu cinco oficinas de teatro com moradores das três comunidades abordando os temas: áreas de lazer; educação e saúde; sistema viário e transporte; integração com o bairro e situação fundiária; coleta de lixo. As oficinas utilizaram o método de Augusto Boal do *Centro de Teatro do Oprimido* (C.T.O.). O objetivo era debater e analisar os temas junto aos moradores. A quarta e última etapa consistiu na análise dos dados obtidos.

Segundo o relatório de diagnóstico publicado pela equipe, a ideia de traduzir em desenhos a “Imagem pública” dos morros teve como origem o método de Kevin Lynch adotada em 1959 para o estudo da forma visual de três cidades americanas, publicado no livro *A imagem da Cidade* (LYNCH, 1980). A equipe solicitou a 23 moradores distribuídos entre as três comunidades que desenhassem sua comunidade de forma aleatória ressaltando vias, acessos e pontos que considerassem relevantes. A análise em sobreposição desses mapas revelou quais os elementos em comum determinados pelos moradores. Posteriormente a equipe de arquitetura produziu um mapa-síntese de cada comunidade utilizando apenas os elementos utilizados nos desenhos dos moradores, buscando inclusive manter a forma de representação dos elementos.

As observações da equipe revelaram que uma das comunidades, Cerro Corá, foi a única não desenhada em planta-baixa (em mapa), mas sim em vista frontal “com um grande número de edificações”, sendo esta a comunidade representada com mais riqueza de detalhes. Os moradores determinaram uma das ruas como principal, a Rua João de Lerry, que apareceu em quase todos os desenhos. As vias internas representadas, que foram citadas apenas uma vez em desenhos diferentes, eram àquelas onde ficavam equipamentos de uso coletivo como a associação de moradores, ou acessos importantes dentro da comunidade.

A maioria das edificações representadas no desenho era de caráter coletivo como a associação de moradores e pontos de lazer e muitas das residências levavam o nome de seus moradores. Apareciam nos desenhos ainda equipamentos como lixeiras e postes de iluminação. Foi desenhado apenas um elemento do bairro no entorno imediato bem como o túnel Rebouças. A equipe de projeto percebeu a ausência nos desenhos de elementos das comunidades vizinhas e concluiu que os moradores demonstravam muito conhecimento do local, pois tiveram dificuldade ao interpretar seu sistema viário. A seguir os desenhos feitos pelos moradores e o desenho síntese feito pelos técnicos para cada região:

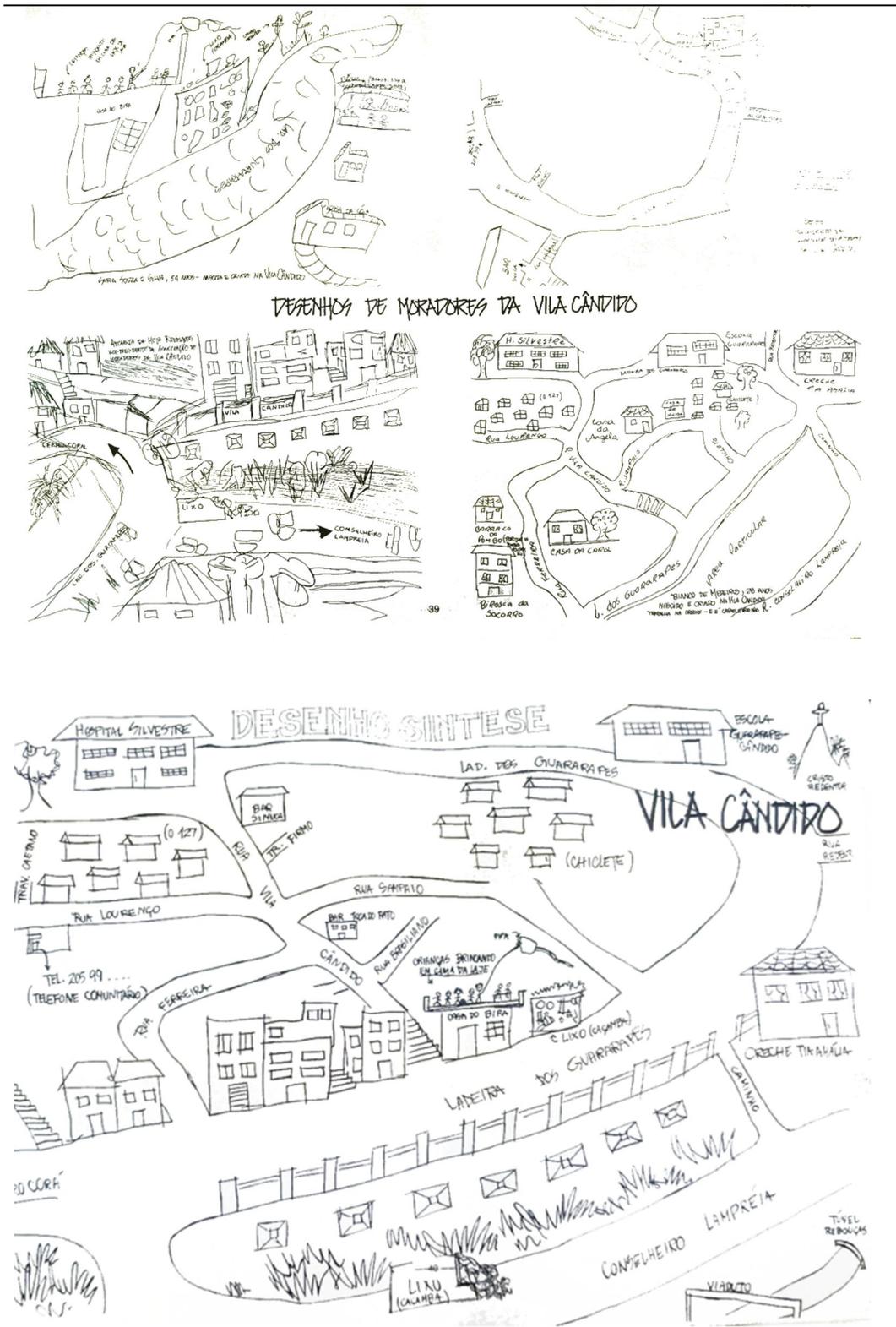


Figura 35: Desenhos dos moradores e desenho síntese da Favela Vila Cândido (Cadernos favela-Bairro, 1997).

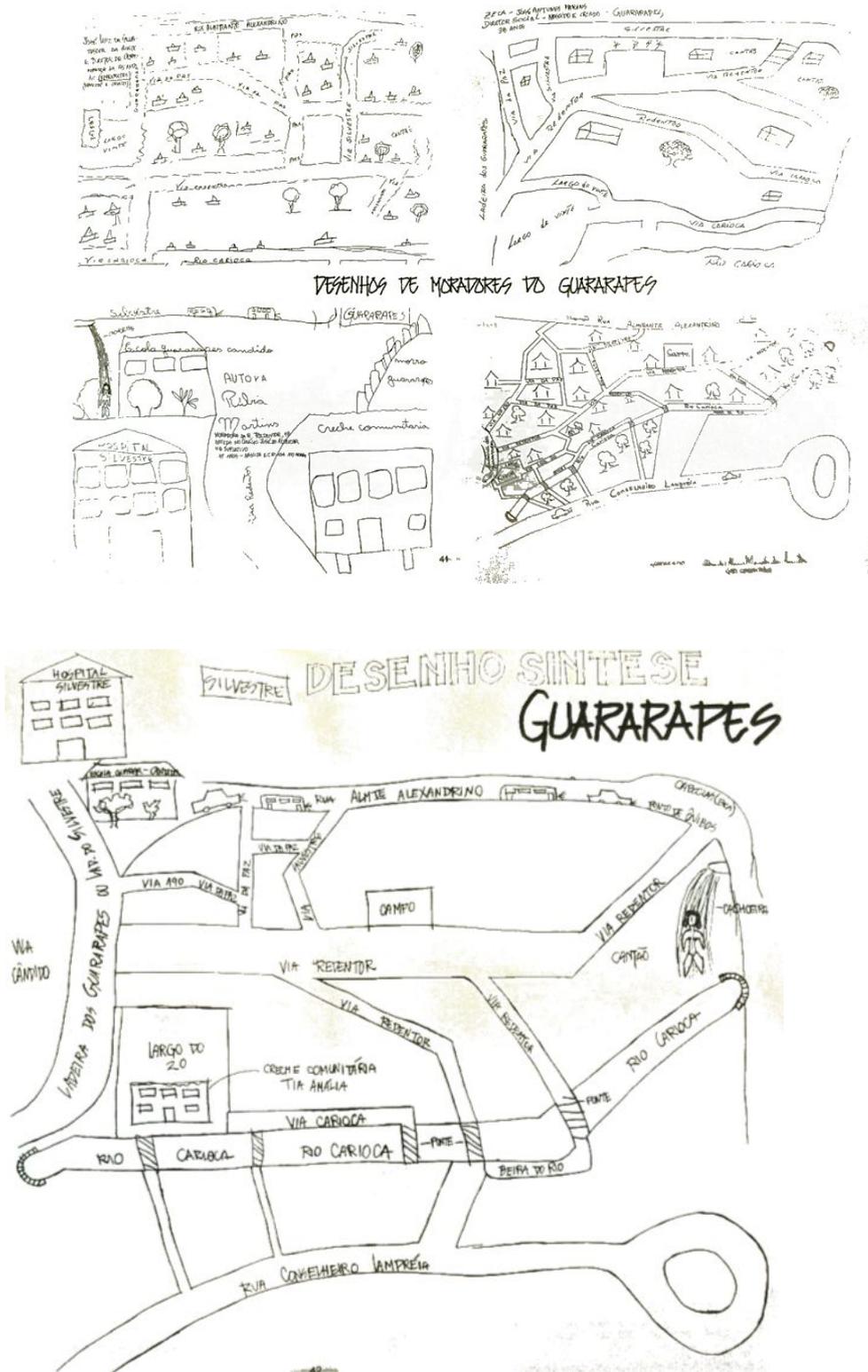
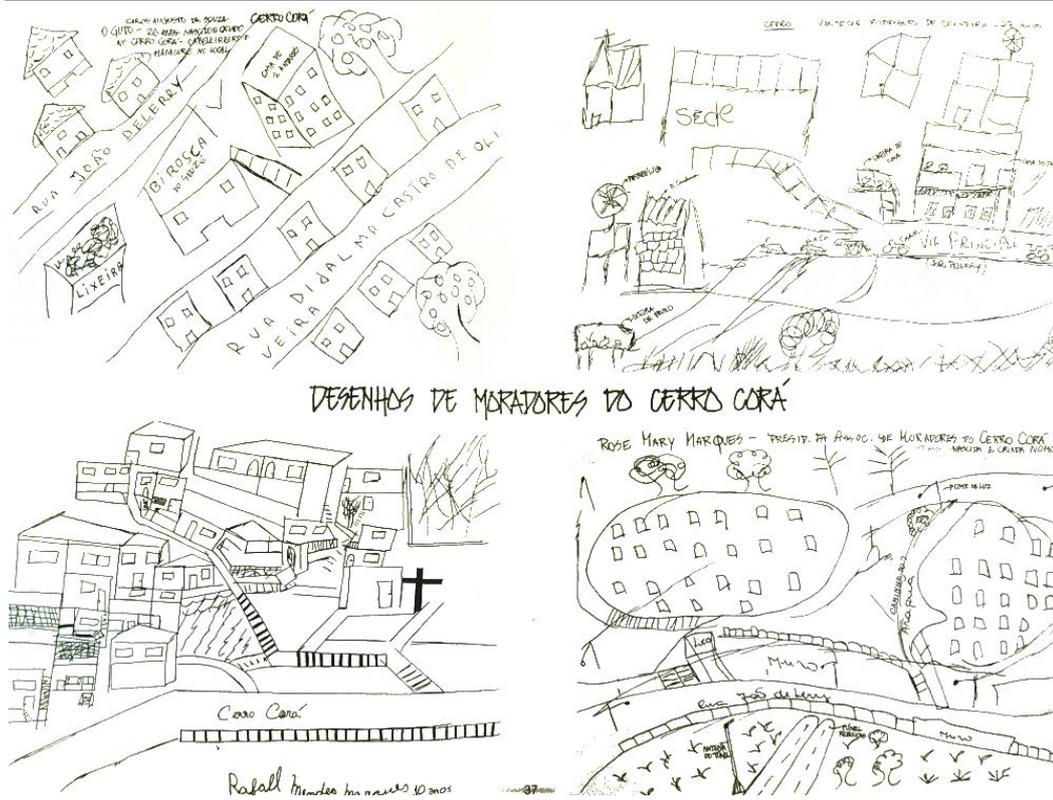


Figura 36: Desenhos dos moradores e desenho síntese da Favela Guararapes (Cadernos favela-Bairro, 1997).



DESENHOS DE MORADORES DO CERRO CORÁ

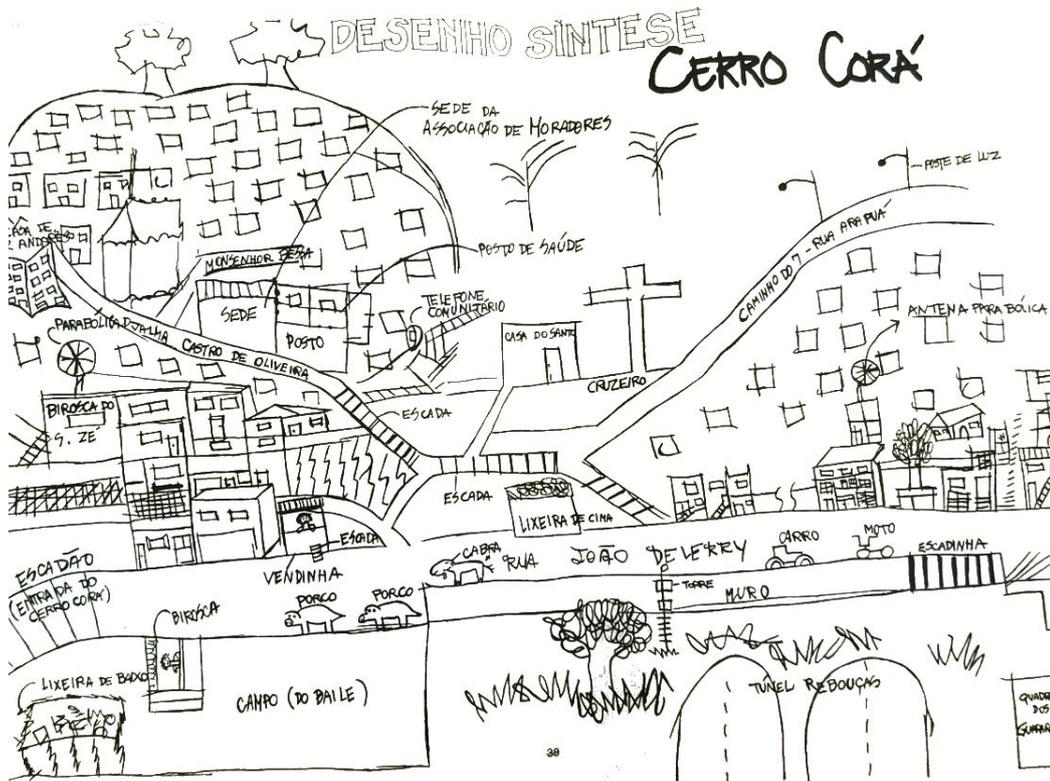


Figura 37: Desenhos dos moradores e desenho síntese da Favela Guararapes (Cadernos favela-Bairro, 1997).

Os desenhos realizados pelos moradores tornaram-se material base para a realização de desenhos sínteses de cada comunidade, para dar subsídios às propostas de projeto. Convém assinalar a importância do fortalecimento de uma diretriz técnica por parte de arquitetos, urbanistas, sociólogos e outros profissionais que tem reforçado ao longo dos anos metodologias de participação seja através do desenho a mão ou pela promoção de encontros e debates, como deixa clara a importância da representação como forma de comunicar ideias de maneira mais acessível aos moradores. No entanto o processamento de dados digitais sobre os projetos não aconteceu conforme o previsto pelo IPLAN RIO, as informações utilizadas para os projetos bem como os dados coletados durante os processos só estão disponíveis através dos relatórios e diagnósticos apresentados na época e que hoje encontram-se na biblioteca do IPP.

Quase quinze anos depois do IPLAN RIO, a Prefeitura lança para o programa de Urbanização de favelas Morar Carioca (fase iniciada em 2010) o Sistema de Informação Habitacional Georreferenciado Sihab-Geo com o objetivo de permitir aos escritórios alimentar o Município com informações, propostas e diagnósticos do trabalho desenvolvido em cada grupamento de favelas. A iniciativa, segundo a prefeitura, também agilizaria o processo, o estudo e o monitoramento das intervenções propostas pelo programa.

A ferramenta serviria de consulta para os escritórios como também para os setores da prefeitura que fossem fazer intervenções naquela área, como explica Antônio Augusto Veríssimo: “a ideia é que ele fosse atualizado a cada avanço de diagnóstico, de projeto, de intervenção, de obra e essas informações fossem sendo gradativamente alimentadas, então você teria uma atualização quase que online”. Infelizmente, o projeto da plataforma não foi em frente e as equipes de projeto contratadas não utilizaram a plataforma. Uma característica importante sobre essa estrutura é que ela previa a utilização de desenhos por sistema de informação geográfica (SIG). Isto significaria a necessidade de que as equipes tivessem conhecimento técnico para utilizar ferramentas de desenho com georreferenciamento específicas para este trabalho.

Antônio Augusto explicou em entrevista que o mesmo insucesso da plataforma ocorreu durante o processo do Favela-Bairro, e explica fatores como a mudança de gestão na Prefeitura implicam em sérias rupturas que comprometem o andamento dos projetos em alguma medida, no caso do Morar Carioca, a situação foi ainda mais crítica, dos 40 escritórios selecionados pelo concurso da prefeitura, apenas 19 haviam sido contratados três anos depois do concurso (Jornal o Globo, 19 de maio de 2014):

O problema é que o morar carioca não aconteceu não é? Ele foi praticamente interrompido, poucos projetos conseguiram ir em frente. Houve um recuo da prefeitura, do prefeito, houve uma desmobilização da equipe, então tudo que estava planejado de processos de fluxo de informação de certa forma foi perdido. Isso aconteceu também com o Favela-Bairro. O Favela-Bairro quando foi criado lá em 1994, junto com o Favela-Bairro foi criado um centro de documentação dentro da própria Secretaria de Habitação. Tinha justamente a missão de recolher todas as informações que eram produzidas pra essas informações serem processadas e servirem pra cidade. Com a mudança de governo em 2000, esse núcleo de documentação foi desmontado e todo o material que tinha sido guardado, catalogado e tal foi mandado pra um depósito, então se perdeu muita daquela memória do Favela-Bairro.

Morar Carioca

Um dos projetos do Morar Carioca, iniciado em 2013, que teve a participação da autora, ocorreu no conjunto de três favelas denominado Comandante Luis Souto, que fica no bairro de Jacarépagua, Rio de Janeiro, no âmbito do programa de urbanização de Favelas da Prefeitura do Rio de Janeiro – Morar Carioca, criado em junho de 2010 com o objetivo de promover integração urbana e social de todas as favelas da cidade até 2020

Com relação à participação popular durante o Morar Carioca, estavam previstos em cronograma oportunidades específicas e obrigatórias de comunicação com a população. Houve uma primeira reunião de aproximação entre o escritório e a comunidade liderada pela própria Secretaria Municipal de Habitação - SMH ainda em 2012, início da contratação do projeto.

A partir deste momento inicial, o escritório seria responsável pela instalação de uma equipe local no interior da favela, a exemplo do trabalho de Carlos Nelson, com horário de funcionamento comercial para atender aos moradores e servir de

base para os diversos trabalhos que se desenvolveriam no território: levantamentos topográficos, sondagem social, etc.

Durante o processo, o escritório contratado: Núcleo de Assessoria Planejamento e Pesquisa – NAPP, abriu diversas frentes de comunicação na tentativa de se aproximar com os moradores durante as fases de desenvolvimentos dos três diagnósticos iniciais. No escritório local foram disponibilizados diversos mapas da localidade e seus pontos principais de referência. Também foi executado um mural de informações sobre os principais aspectos da comunidade: seus equipamentos, as áreas de lazer, postos de saúde, escolas nas proximidades; foram divulgados os telefones úteis para reclamar serviços muito reclamados durante as visitas de campo tais como coleta de lixo, manutenção de vias e afins.



Figura 38: A esquerda, a primeira reunião de apresentação do programa Morar Carioca, em 2012; na imagem da esquerda, a equipe do NAPP trabalha no escritório local dentro da comunidade. (Arquivo NAPP)

Foi criada a chamada “Caixa palpadeira”, uma urna onde os moradores podiam depositar suas opiniões, solicitações, expectativas, críticas e reclamações, inseridas num folheto especialmente preparado receber estas informações, a partir de um formulário específico com campo para identificação do informante, podendo também receber sugestões em qualquer outro folheto. Inicialmente instalada na sede local do escritório de campo do NAPP, estas urnas foram posteriormente distribuídas em outros locais nas três comunidades.

Um diferencial durante o Morar Carioca em relação aos programas anteriores foi a possibilidade do uso das redes sociais para comunicação entre o

escritório e a população. A partir um grupo criado com esta finalidade foi possível comunicar a população sobre as fases do projeto, divulgar o estudo social feito na comunidade e esclarecer as dúvidas quanto ao projeto.

Através do escritório local bem como pela internet, eram divulgadas fotos tiradas durante as pesquisas de campo e fotos aéreas do assentamento. Apesar de demonstrarem certa dificuldade para lidar com os mapas, muitos moradores relataram gostar da experiência de analisar sua comunidade no mapa da cidade, apontando locais de convivência, pontos de deslizamento, de acúmulo de lixo, etc. As principais questões trazidas pelos moradores eram dúvidas sobre as melhorias propostas, qual o alcance delas no território e sobre o início das obras. Através das redes sociais os moradores também pediram para que ocorressem reuniões para apresentação e esclarecimentos sobre o projeto.

Entretanto a prefeitura que de início exigiu a abertura de um posto de trabalho dentro da comunidade projetada, a partir de um determinado momento impediu os escritório de usar este espaço e mais ainda, de se comunicar com a população, o que fragilizou completamente o processo, uma vez que toda a sondagem social fora deixada a encargo da equipe do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, que desde o início teve graves problemas contratuais e de gestão do trabalho, rendendo pouca contribuição ao trabalho.

No caso do NAPP a equipe decidiu contratar por conta própria uma nova pesquisa social. A sondagem social produzida pelo escritório nos meses de setembro e outubro de 2012 foi amplamente divulgada pelas redes sociais e serviu de instrumento fundamental para direcionar opções de programa e projeto. Os dados colhidos abarcaram os seguintes temas: condições de vida; relações sociais e econômicas; organização social e política; centralidades, espaços e usos sociais; avaliação sobre como é morar na localidade; problemas: a visão dos moradores e finalmente perspectivas para o futuro: sonhos e expectativas.

Esta iniciativa teve importância central na medida em que aprofundou e especificou algumas questões essenciais em torno do propósito da realização de um

Plano de Intervenção de natureza física e urbanística. Associamos como complemento e referência as informações colhidas nesta pesquisa, um pequeno número de dados do Censo 2010 do IBGE. A proposta de sondagem social definiu como pressuposto a construção de uma amostra que permitisse a expansão dos dados para o universo específico de cada uma das favelas que integram o Agrupamento.

Sobre a questão da legitimidade dos atores sociais ouvidos na mostra da sondagem, a equipe procurou ao máximo diversificar suas vozes:

Um conjunto importante de dados qualitativos foi produto de entrevistas em profundidade com os atores que constituem, de algum modo, referências importantes das comunidades que compõem o denominado Agrupamento 25. Quando nos referimos a “referências comunitárias” estamos falando não apenas das representações institucionais. Estas representações, como parece ser consenso entre os estudiosos de favela, nem sempre têm legitimidade para “falar” sobre a totalidade da favela em função da sua escassa base social assim como da indistinção entre o interesse particular dos seus membros e os interesses coletivos das comunidades, com efetiva predominância dos interesses dos membros que compõem a representação comunitária. Assim também incluímos nas nossas entrevistas uma “escuta” das pessoas e moradores indistintos, capaz de resgatar as dimensões mais profundas da “vontade coletiva”. (Relatório de Sondagem Social – NAPP, 2012)

Entretanto, até este momento, os moradores não tiveram oportunidade de conhecer o projeto proposto pelo escritório. Sabe-se que depende da gestão pública a manutenção desse canal de comunicação e que a desinformação sobre as questões do projeto revela pouca vontade política por parte da prefeitura da cidade, em dissonância com as defesas iniciais do programa. O canal de comunicação pelas redes sociais foi muito importante nas fases em que o projeto sofreu suspensão e quando sem aviso aos moradores as placas referentes ao projeto foram retiradas da comunidade.

No Morar Carioca, há a continuidade tanto das exigências, por parte do poder público municipal, como da intenção das equipes em promover a participação comunitária na elaboração dos projetos – o que pode ser observado nos trabalhos apresentados no concurso. Porém, somente a existência de um cenário político efetivamente favorável permitirá que sejam implementadas soluções mais ousadas de inserção dos moradores no processo de planejamento, acompanhamento da execução das obras de urbanização e posterior monitoramento das melhorias implantadas. (LEITÃO; DELECAVE, 2013)

Para o sucesso de um projeto tão complexo e cheio de particularidades, um dos elementos mais importantes é o apoio do poder público que assim como faz na cidade formal, garante a comunicação com a população envolvida no processo bem como deve ser o facilitador das diretrizes com outros setores municipais nas tomadas de decisão. Num território em constante modificação como as favelas, é primordial, a presença e permanência do poder público nas suas diferentes funções (não somente nas de segurança pública) para permitir que durante o processo de projeto a preservação terrenos vazios, importantes para o futuro do projeto; a fiscalização a fim de impedir novas construções em áreas de risco. Somente dessa forma, fazendo um trabalho com a colaboração do poder público é que o projeto pode prosseguir.

A proposta para a Favela Comandante Luis Souto seguiu escopo e tempos propostos em contrato junto à prefeitura, que incluiu em sequência as etapas de diagnóstico, plano de intervenção e projetos básicos nas diversas disciplinas:

As obras de urbanização do Morar Carioca são executadas de acordo com o porte e a condição de cada comunidade. Nas enquadradas como urbanizáveis e Áreas de Especial Interesse Social, estão previstas implantação de redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, iluminação pública e pavimentação, criação de áreas de lazer e paisagismo; as áreas de risco serão eliminadas e haverá regularização urbanística e fundiária. Nas comunidades acima de 500 domicílios que já foram parcialmente urbanizadas, estão previstos equipamentos públicos, ampliação da acessibilidade e a regularização urbanística. (<http://www.rio.rj.gov.br/>, 2015)

Uma análise do escopo de diretrizes do projeto revela que a intervenção urbana se configuraria pela promoção de infraestrutura básica como nas experiências anteriores de urbanização de favelas como o Programa Favela Bairro além de diferentes projetos de cunho habitacional e espaços de uso comum. É compreensível que as carências de infraestrutura física sejam a grande motivação de políticas públicas como o Morar Carioca, mas chama atenção a ausência de atributos como: desenvolvimento econômico, qualidade de vida, cultura e condições de trabalho.

As etapas de projeto se iniciaram com o macrodiagnóstico da área de intervenção incluindo seu entorno num raio de análise de 2km, em seguida um novo

diagnóstico era feito incluindo apenas o entorno imediato da favela, num raio de 500m. Por fim fez-se o diagnóstico restrito da área de intervenção, que gerou insumos para a criação de um Plano de Intervenção, apresentado para a prefeitura em três cenários de intervenção.

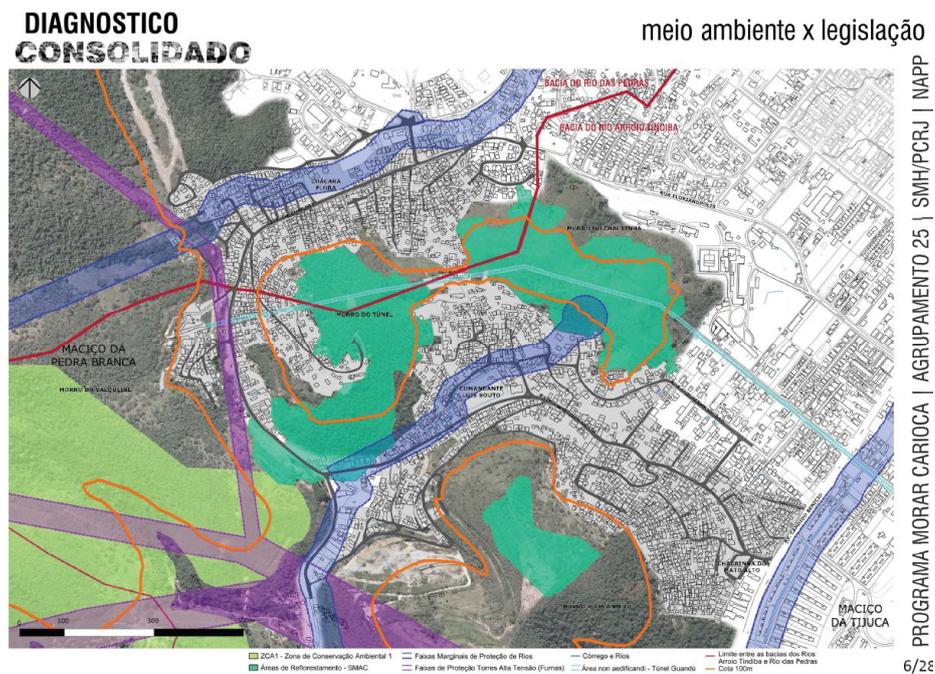


Figura 39: Mapa de diagnóstico de Meio ambiente e Legislação urbanística. (Arquivo NAPP)

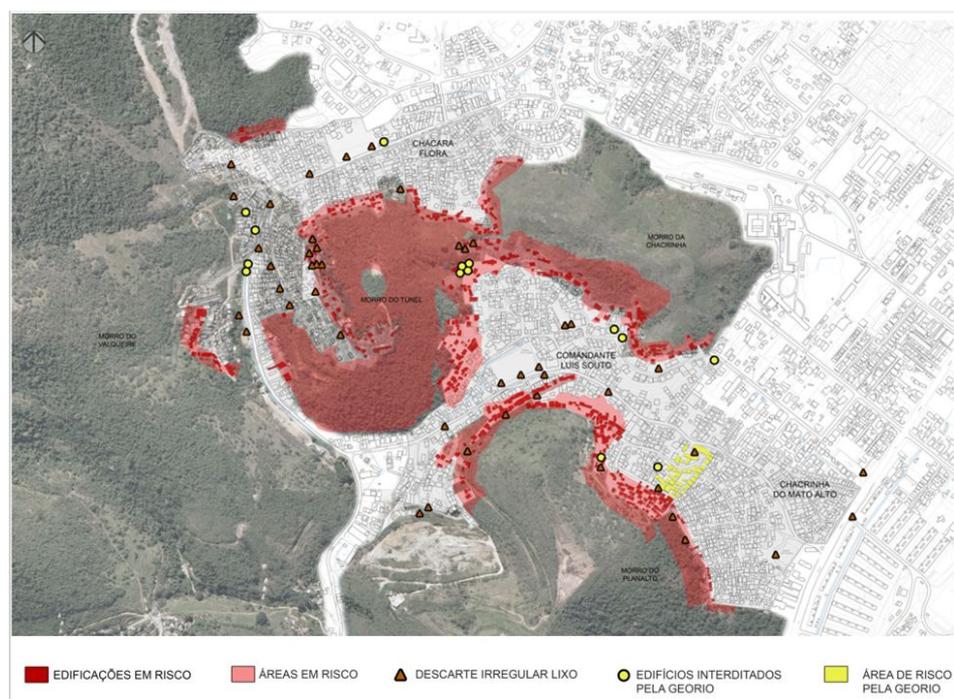


Figura 40: Mapa de diagnóstico de áreas de risco. (Arquivo NAPP)

DIAGNÓSTICO CONSOLIDADO

centralidades locais

Centralidade 4 – Veteranos Futebol Clube

A principal centralidade do conjunto de comunidades é a área de entorno da quadra do Veteranos Futebol Clube. Ali se concentram a Praça José Duque, um pequeno Mercado com um caixa eletrônico, a Igreja Católica de São Francisco, um ponto de coleta total, quatro bancas, sendo um com mesa de sinuca e a sede do Veteranos Futebol Clube, que dispõe de escolinha de futebol. A quadra de futebol, gramada, é bastante frequentada em função dos jogos, às vezes acontecem festas e churrascos comemorativos.

Trata-se de uma área com vitalidade própria, que concentra um conjunto de atividades, muito frequentada por moradores de todas as idades, com os mais diferentes interesses.



Centralidade 5 – “Vem como Pode”

Trata-se de um bar na esquina da Rua da Chácara com a Rua sem nome, que dá acesso à área do CEMAL. Esse bar atrai sobretudo adultos nos dias de semana, que se reúnem para beber e conversar. Entretanto no carnaval é a concentração do Bloco “Vem como pode” fundado pela família da Sr. Babilina, uma senhora de 90 anos, uma das mais antigas moradores da Chácara Flora. Esta senhora é tida como uma referência na comunidade e sua família é muito conhecida e destacada pelos moradores.

Por ocasião do Carnaval é no Bar que o bloco faz sua concentração e encerramento, depois de desfilir deste ponto até o Bar do Jonas.



Centralidade 6 – Bar do Jonas

A outra centralidade da Chácara Flora é o Bar do Jonas, localizado na Rua da Chácara. Trata-se do principal ponto de encontro dos moradores. É um restaurante e bar que segundo os frequentadores, serve uma cerveja super gelada e um gelado com um tempero muito especial, confeccionado pelo Jonas.

Este bar, embora localizado fora da favela, é identificado por todos os moradores da Chácara Flora como principal centralidade. Inclui a presidente da Associação de Moradores faz pequenas reuniões neste local.



Figura 41: Diagnóstico das áreas de convívio nas comunidades. (Arquivo NAPP)

PONTOS CRÍTICOS = ACESSIBILIDADE + MEIO AMBIENTE + INFRAESTRUTURA + RISCO

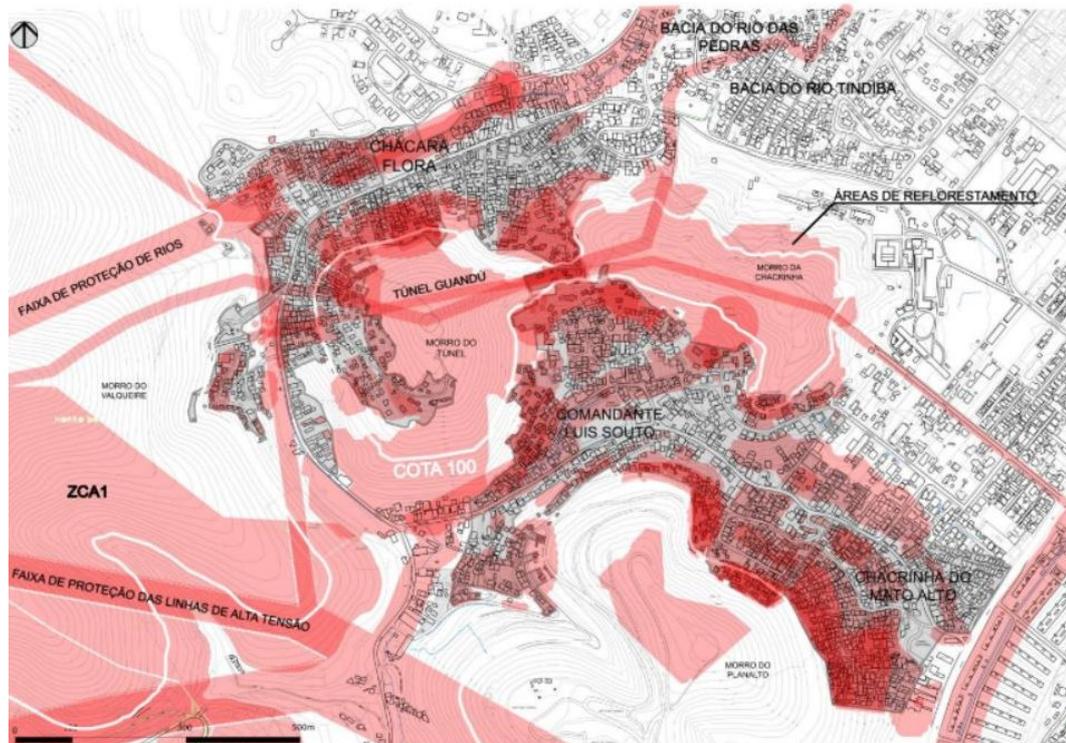


Figura 42: Estudo dos pontos críticos a serem abordados na proposição nos temas: acessibilidade, meio ambiente, infraestrutura e áreas de risco. (Arquivo NAPP)

A partir da definição por parte da prefeitura de um desses cenários de projeto, o trabalho seguia para a fase de Projeto Básico. Os três cenários apresentados pelo NAPP seguiram as diretrizes da SMH, o objetivo era fazer uma espécie de ensaio sobre como as propostas seriam impactantes em termos de mudanças na morfologia e principalmente em relação aos custos para execução. Assim, os cenários relativizavam as legislações urbanísticas pertinentes à área, ora estritamente respeitadas, ora relativizadas, demonstrando o número de remoções e alterações no espaço urbano em cada situação.

O cenário definido pelo escritório como o mais adequado trazia algumas das diretrizes de projeto mais importantes, como a necessidade de meio de transporte mecânico em dois pontos da comunidade, devido a topografia acidentada do terreno e a impossibilidade de serem utilizados outros meios de transporte público. As áreas situadas em cotas mais altas e em encostas ficariam liberadas de ocupação propiciando maior disponibilidade de áreas livres para programas de preservação e recuperação ambiental e facilitando também a implementação de uma rede viária carroçável com maior cobertura em toda a favela. Seriam respeitadas as faixas marginais de proteção de rios e canais.

Muito foi negociado com a prefeitura, como a necessidade da remoção de parte das edificações acima da cota 100m que se situavam em áreas de risco, a necessidade de edificar novas unidades habitacionais no interior do perímetro da favela, além de uma proposta de um equipamento multifuncional que permitisse o desenvolvimento de atividades de cultura, educação e desenvolvimento profissional para os moradores.

Diversas propostas e demandas percebidas pela equipe de trabalho e reclamadas pela população não foram aceitas. Um dos pedidos mais frequentes dos moradores não acatado foi a proposição de uma nova creche para a comunidade. Entre as principais interferências nas definições de projeto do escritório foi a retirada de todas as soluções mecânicas de transporte coletivo por parte da Prefeitura.

Mesmo com o histórico de modais em outras favelas, um dos pontos de maior discordância entre as diretrizes do escritório e da prefeitura no âmbito do Morar Carioca foram em torno dos temas de acessibilidade. Não foram aprovados os projetos dos planos inclinados, nem tampouco o alargamento já previsto por legislação da via principal de acesso à comunidade: a Estrada comandante Luis Souto, a única via que permite a passagem de ônibus em toda a comunidade.



Figura 43: Projeto de Alinhamento (em laranja) previsto para a estrada Comandante Luis Souto. (Arquivo NAPP)

No que se refere ao amplo escopo defendido para a etapa do Morar Carioca, pouco avançou em relação às propostas do Favela-Bairro, caracterizando-se prioritariamente pela promoção de infraestrutura, quase nenhuma alteração no tecido e morfologia da favela. Não foram em frente propostas importantes de mobilidade, melhorias habitacionais e acessibilidade.

Em artigo intitulado “Morar Carioca: uma nova etapa da urbanização de favelas da cidade do Rio de Janeiro?” Publicado em 2013, o arquiteto Gerônimo Leitão e o estudante Jonas Delecave discutem os programas desenvolvidos no Rio

nas últimas décadas com o objetivo de verificar se houve mudanças significativas nas políticas públicas em favelas.

A primeira particularidade sobre o Morar Carioca citada pelos autores é a escala de atuação em relação ao programa anterior, uma vez que pretendia urbanizar todas as favelas da cidade em 10 anos. Para isso, a prefeitura em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil – (IAB-RJ) promoveu um concurso para selecionar 40 escritórios para realizar os projetos. Inscreveram-se 86 escritórios com equipes multidisciplinares, obrigatoriamente lideradas por arquitetos urbanistas. Este número trouxe a necessidade de uma grande mudança no caráter operacional para este programa, que pretendia articular os escritórios entre si, além da necessidade de gerenciar as 40 equipes de trabalho.

No que se refere ao caráter das intervenções, os autores apontam algumas mudanças no perfil das propostas de intervenção com relação ao programa anterior:

Neste último, as intervenções eram restritas à qualificação dos espaços públicos e melhoria de serviços de infra-estrutura nas favelas, além da construção de equipamentos comunitários. Essas intervenções, de modo geral, procuravam alterar o mínimo possível a estrutura espacial da favela, sendo as realocações de moradia propostas somente quando se tratava de reassentar famílias que ocupavam áreas de risco ou para viabilizar melhores condições de acessibilidade. (LEITÃO; DELECAVE, 2013)

Revelam ainda as motivações ideológicas que imperavam nas fases anteriores, que defendiam o respeito pelo habitat natural dos moradores que construíam suas habitações ao longo de muitos anos e com recursos próprios. Seguindo este princípio grandes alterações na morfologia do tecido das favelas eram fortemente censurados. As remoções só eram justificadas em caso de estarem localizadas em área de risco ou para facilitar a acessibilidade dos moradores.

Um dos relatos do engenheiro Marcelo Tenório em entrevista, explica os fatores que permitiram maior ousadia nas transformações dos tecidos urbanos das favelas durante a experiência do primeiro Favela-Bairro. O engenheiro explica em entrevista que muitas diretrizes de projeto vinham “pré-estabelecidas” por parte

dos órgãos financiadores. Como forma de integrar os tecidos das favelas aos bairros do entorno, o BID recomendava de antemão a abertura de vias que atravessassem o tecido das favelas, com a expectativa de que aumentasse o fluxo de veículos e pessoas pelo “interior” da favela. Na visão de Marcelo, apesar de concordar com a iniciativa, a ideia não funcionou devido à violência urbana dessas áreas, inibindo que as pessoas usassem essa infraestrutura criada:

Em 1996, nós participamos de dois processos interessantes na Prefeitura do Rio. Primeiro foi o Favela-Bairro I e ao mesmo tempo tinha regularização de loteamento. O Rio tinha muitos loteamentos irregulares, que aí a prefeitura queria organizar, urbanizar, pra poder dar o título de posse às pessoas, para as pessoas poderem ter acesso à documentação. E o primeiro Favela-Bairro, ele era bem interessante, porque ninguém sabia como iria fazer e o conceito do primeiro era o seguinte: você abrir grandes vias, você criar uma malha urbana dentro da comunidade. Então você tirava mil pessoas, abria via, e tentava integrar aquilo ao bairro então qual seria o sonho? Que a pessoa que fosse cortar caminho utilizasse uma via que passasse dentro da favela. Então alguns exemplos que se tem dessa época, [...] tem um viaduto que liga Vigário Geral à Parada de Lucas, quem passa na linha Vermelha, ele fica ali perto da Marinha, ninguém anda. Eu nunca vi um carro ali, eu já trabalhei naquelas duas favelas. Ninguém passa ali, quem passa ali morre, toma tiro, morre assassinado. Pode passar lá, está lá o viaduto. Foi exigência do BID, na época, fazer essa interligação que passa dentro das duas comunidades. [...] A outra mais próxima aqui é o viaduto da Mangueira. Também não passa ninguém [...] ele é muito íngreme, muito grande. E não deu certo. Outro que não deu certo (Marcelo Tenório, 2015, Informação verbal).

Ainda sobre as exigências do BID na primeira fase do Favela-Bairro, Marcelo explica ainda que além das grandes aberturas de vias internas, a orientação do Banco incluía o posicionamento dos equipamentos públicos como creches e escolas no interior do tecido das favelas. Neste relato, Marcelo ressalta a importância da mediação entre os engenheiros e os urbanistas na construção conjunta das decisões de projeto no interior dos tecidos das favelas.

Isso era concepção de projeto, o BID exigia, porque o seguinte, o primeiro (Favela-Bairro) quem financiou foi o BID. Então o BID exigia conforme foi feito o plano de trabalho, que era pra integrar, a favela virar uma parte extensiva do bairro, não ser uma coisa fragmentada, então se tinha isso tudo. Foi definição de programa que o BID exigiu. Nesse momento os arquitetos urbanistas que definiam essas coisas. Você fazia as grandes intervenções, as edificações, você fazia dentro da comunidade. [...] Você colocava uma creche lá dentro do morro, posto de saúde, tudo você colocava dentro da favela. E nessa época nós começamos de fato a fazer uma coisa bem interessante que é você associar a infraestrutura ao urbanismo. A fazer essa coisa conjunta. Então muitas delas teve esse programa antes que era o PROSANEAR e no Favela-Bairro nós tínhamos que refazer, recalcular bomba, o reservatório aumentava, revia drenagem que nós não fizemos no PROSANEAR, não fazia parte (Marcelo Tenório, 2015, Informação verbal).

Marcelo complementa ainda que na segunda fase do Favela-bairro, houve uma mudança por parte das orientações do poder público. Mais tímidos, os projetos passaram a evitar grandes modificações no interior do tecido urbano das favelas, posicionando os equipamentos de interesse público nas suas “bordas”. É neste momento que surgem as soluções mecânicas de projeto viário, como o plano inclinado na Favela Dona Marta, zona sul do Rio de Janeiro:

O que muda são os conceitos da gestão da prefeitura com relação às intervenções. Então, na primeira fase do Favela-Bairro se rasgava tudo, abria grandes vias, tanto é que o Juramento teve um projeto que não saía do papel mas quer dizer, tinha uma via que abria do começo ao fim. Da igreja até a associação dos moradores se abria uma via gigante, todo mundo teria acesso de carro. Foi um projeto que não saiu do papel. Já a segunda fase, que foi o Favela-Bairro II, que foi o seguinte: você já não abre/ você não abre essas vias assim com tanta imponência, uma via gigante, você abre vias menores, alarga as que tem. E os equipamentos que foram construídos dentro da comunidade, eles tiveram muito problema em manter. Por problema de segurança [...] Então nessa segunda fase era o seguinte, você pegava os equipamentos todos e botava próximo à via urbana do bairro. Então ao invés de ter uma creche lá dentro do morro, você tinha uma creche no pé do morro. E a via já não era uma via gigante, ela era uma via menor. Era uma coisa mais tímida, alargava alguma coisa. E nessa concepção atual você simplesmente/ é tipo uma reforma. Então você não abre vias gigantes, você alarga pouca coisa, mantém os becos que tem, melhora os acessos, se é escada continua escada. Você introduziu o plano inclinado, que é o que eu mais gosto, o teleférico é muito complexo de você fazer, [...] O que nós fizemos então nessa última fase foram reformas, então, por exemplo, eu tive o grato prazer de trabalhar na Providência todos os projetos que tem lá eu que fiz, do PROSANEAR, Favela-Bairro um, o dois e esse agora. São quatro projetos.

O concurso realizado para a seleção das equipes do Morar Carioca expressou mudanças ideológicas, com propostas que consideravam opções de projeto mais ousadas e em maior variedade:

No concurso Morar Carioca, por sua vez, as equipes propuseram intervenções mais ousadas, com significativas reestruturações da malha urbana da favela, seja em termos de forma urbana ou de sua acessibilidade/mobilidade. São propostas aberturas de vias de maior porte, construção de teleféricos e de planos inclinados. Conjuntos habitacionais verticalizados com a liberação de área para construção de espaços de recreação e lazer são apresentados em diferentes versões, com a justificativa de assegurar assim melhores condições de habitabilidade para a população local. (LEITÃO; DELECAVE, 2013)

Neste novo momento, os graves problemas de habitabilidade e a necessidade de fortalecer a integração com o entorno urbano passam a ser assumidos como uma diretriz importante, abrindo espaço para defesa de que além

de prover novas habitações o projeto deveria incluir melhorias habitacionais, o que segundo os autores significaria um grande avanço por reconhecer a moradia individual como parte integrante do habitat a ser objeto de intervenção. Essa atividade está em consonância com a lei de assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social Lei 11.888, sancionada em dezembro de 2008. Outros temas que se fortalecem nas propostas dos urbanistas para o Morar Carioca são a sustentabilidade ambiental e às possibilidades de introdução de dispositivos que assegurem redução do consumo de energia, captação de águas pluviais para reuso, manejo seletivo de resíduos sólidos e utilização de componentes construtivos reciclados.

No caso do projeto desenvolvido pelo NAPP, muitos desses temas apareceram durante os processos, no entanto muitas das questões de avanço pautadas nas diretrizes para o Morar Carioca foram paulatinamente censuradas por parte da prefeitura, revelando aspectos muito similares aos ocorridos em programas anteriores.

5. CONSIDERAÇÕES

O desenho, ferramenta intimamente ligada às ideias e ao pensamento humano são registros do discurso técnico e crítico dos diversos autores sociais submetidos aos interesses econômicos e políticos de cada momento histórico. Nesse contexto o urbanismo modernista, inspirado no modelo europeu, promoveu a construção da ideia da favela como “problema urbano”, dando lugar à prioridade higienista alertada por médicos e engenheiros. Apesar do simbólico olhar de Le Corbusier, que enalteceu a paisagem e o cotidiano do favelado, os registros das favelas eram ainda fotográficos, amplamente divulgados defesa dos aspectos de saneamento e limpeza urbana. Como se viu nos primeiros capítulos deste trabalho, a obra dos arquitetos refletiu o pensamento de uma classe dominante, como argumenta Artigas (1986), os primeiros planos para as favelas, bem como seu gradual reconhecimento e inclusão nos cadastros oficiais tiveram como pano de fundo um pensamento racional e ordenador sobre esses espaços (VALLADARES, 2005).

A partir do Censo de 1950, são obtidos os primeiros mapeamentos, desenhos mais descritivos, com representação de vias principais e das edificações, ainda que pela forma de números, faz delas pela primeira vez elementos “reais”, sob o ponto de vista do reconhecimento do número de moradias a serem edificadas longe daquela configuração, além disso são feitos o estudo dos dados demográficos daquela população de maneira mais ampla. Um exercício que comparativamente aos censos anteriores, revelou uma favela mais diversa, apresentando conteúdos novos sobre a origem e o meio de vida daquelas comunidades. Quando à confecção do desenho propriamente dito, este foi o primeiro registro encontrado no trabalho das dificuldades técnicas que significam desenhar as favelas.

Pode-se perceber simbolicamente desde 1950 até os dias de hoje, o desenho da favela liberta-se exclusivamente da análise e interpretação de técnicos para ser objeto de domínio do próprio morador. Isto foi analisado em duas condições principais: dentro e fora do contexto das políticas de urbanização.

Diante da grande lacuna no reconhecimento de seus direitos urbanos, os próprios moradores reclamam a necessidade de “estar no mapa” e revelam sua potência para contar outras histórias das favelas, segundo seu próprio discurso, longe do antigo modelo higienista, mas trazendo ainda suas demandas e as deficiências de seus bairros. Com ou sem o apoio da prefeitura, muitas vezes com a ajuda de organizações sociais e empresas privadas, desenvolveram métodos de desenho e representação de sua realidade, mapeando pontos de interesse coletivo e até mesmo numerando e mapeando suas casas como as iniciativas comprometidas com aspectos de reconhecimento urbano mais concretas, como o Censo Maré e o seu Guia de Ruas. Topografada e censeada pelos próprios moradores, A Maré entregam eles os dados de seu bairro à prefeitura, para que o incluam em seu cadastro oficial.

Destacam-se o uso das ferramentas de georeferenciamento que a partir do mapeamento de eventos pelo celular tem permitido maior participação coletiva na construção de dados. Os mapas colaborativos apresentam a intenção de democratizar a interpretação do espaço e demonstra a leitura de cada leitor (Lévy, 1999) percebe-se, num primeiro momento, a tecnologia digital como um facilitador desta intenção. Mas a serviço de quem está a tecnologia? A informação revelou-se um instrumento de poder, ela pode ser manipulada (quando some das representações direcionadas aos turistas) ou simplesmente podem deixar de ser produzida. São projetos, como o wikimapa, que encontram dificuldades na manutenção de suas atividades, como denuncia o documentário “Todo mapa tem um discurso”. Durante a confecção do trabalho da dissertação, o site com todas as informações e notícias feitas pelos moradores não se encontram mais disponível pela internet.

Sempre, a cada mudança de governo, o governante não quer ter aquele projeto vinculado ao governante anterior. Então, existe essa questão política aqui no país. Essa descontinuidade é um problema. E a questão de avaliação e monitoramento, é uma prática que a gente não encontra em nenhuma política pública, praticamente. Você vai ter em níveis diferentes, mas é um problema grave, ninguém quer avaliar, ninguém quer monitorar as suas próprias ações. Tudo isso muito vinculado à questão eleitoral, porque você vai ter uma avaliação e vão aparecer coisas boas e coisas ruins. Em uma avaliação séria, você vai ver pontos positivos e negativos, mas ninguém quer... filho feio não tem pai.” (Rodrigo Nascimento, Todo Mapa tem um discurso).

Nas circunstâncias de projeto, iniciada pelo exemplo de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, o desenho é simbolicamente dividido com os moradores de Brás de Pina. Permitindo que eles façam leituras e reclamem seus interesses de moradia e ocupação do território. Este gesto aproximou o desenho das favelas do conceito do “contra-desenho” Sérgio de Ferro (2006), aberto à interpretação, passível de mudanças conforme as obras. A passagem do desenho de uma interpretação pura da disciplina para uma forma democrática de ampliar os sentidos e propostas faz dele, como previa Artigas (1986), um instrumento de linguagem acessível. Faz-se necessário aqui apontar a ausência do trabalho de abordar as experiências de mutirão, uma possibilidade de ampliar os conhecimentos desenvolvidos neste trabalho no sentido do desenho participativo.

A experiência de Carlos Nelson Ferreira dos Santos em Brás de Pina tornou-se um exemplo metodológico que pode ser percebido em políticas públicas posteriores como Favela-Bairro e o Morar Carioca. O trabalho apresentou exemplos em que tanto arquitetos como profissionais das ciências sociais usam o desenho para facilitar a comunicação com o lugar e conhecer melhor seu objeto de trabalho. Mesmo nessas circunstâncias, é preciso considerar que as próprias políticas de urbanização já apresenta às equipes de trabalhos certas orientações e premissas, que interferem diretamente nas possibilidades de participação popular e ainda na seleção e definição final dos desenhos de projeto. No caso do Morar Carioca, o programa que tinha como premissa inicial o incentivo à participação popular, repetindo aspectos desenvolvidos no Favela-Bairro, foram se transformando negativamente durante os processos de projeto, impedindo por exemplo, que as equipes mantivessem os escritórios locais ou dessem qualquer informação à população sobre os projetos.

O trabalho exemplificou a questão da interferência nos desenhos e definições de projeto entre a primeira fase do Favela-Bairro e o Morar Carioca, por exemplo, de acordo com cada estrutura de financiamento das obras, permitindo maior ou menor abertura para modificações no tecido urbano das favelas influenciando também na escolha dos modais de transporte. Os desenhos produzidos no contexto dos processos de projeto é reflexo direto dessas mediações, sendo eles testemunha da integração desses fatores, revelando as condições de possibilidade para a ação do projeto urbano. Verificou-se a influência e participação do poder público a partir das diretrizes de projeto, dos interesses políticos, na disponibilização de orçamento para a constituição das equipes, na disponibilização de verba para a execução das etapas, entre outros fatores.

Os exemplos acadêmicos apresentados que defendem a criação e proteção da cultura da informação alertam igualmente para as críticas referentes ao uso dessas ferramentas nos processos de planejamento participativo, já que elas têm igualmente potencial para alienar e excluir agentes distantes do uso e emprego dessas tecnologias. O que se percebeu no caso do Rio de Janeiro foi a ausência dessas políticas de informação e mapeamento incluídas no processo dos projetos urbanos. A questão da informação durante esses processos poderia validar e reforçar a importância da manutenção dessas ferramentas, orientando efetivamente as políticas públicas nesses locais. A partir das tecnologias o desenho ganha cada vez mais, simbolicamente, as mãos da população, mas sem vontade política, não podem se transformar na melhoria da qualidade de vida daquelas pessoas.

O desenho participativo permite a interpretação do espaço pelo próprio morador, um olhar sem as interferências ou sem a intimidação do pensamento técnico, de alguma maneira supera ou colabora para reduzir a percepção da favela como um polo de pobreza e problemas sociais, permitindo que seus moradores mostrem de seu ponto de vista às questões variadas que traduzem o lugar onde moram. Percebe-se a necessidade que esses instrumentos de comunicação ocorram de maneira coordenada com os projetos urbanos, são formas complementares de gerar informação sobre o lugar.

O que se procurou resgatar, dentro dos limites da pesquisa, foi o encontro da história das favelas com a própria história do urbanismo no Rio de Janeiro. Isto é, como a partir dessa relação tem sido desenvolvido e ampliado de diversas maneiras as perspectivas de atuação da disciplina, seja pelo exercício de reconhecer a complexidade de nossas cidades, pelo desafio de lidar com direcionamentos políticos e sociais a que está submetida ou ainda pelo próprio desafio técnico que elas representam. Uma relação complexa que começou e parece prosseguir (sob uma mudança significativa de intenções) sem querer existir: dos primeiros estudos censitários para erradicar as favelas em 1953 à intenção declarada de urbanizá-las completamente até 2020, a realidade é que “nunca se removeu tanto” (FAUHAUBER E VIANA, 2014).

Em 2014, Ermínia Maricato abriu o primeiro seminário nacional de urbanização de favelas realizado em São Bernardo do Campo, São Paulo, com a reflexão de que aquele era um encontro necessário de amadurecimento e trocas, e tinha como pano de fundo discutir quando e como as favelas deverão deixar de ser objeto de trabalho do arquiteto urbanista, que devemos trabalhar para que aquelas condições de habitabilidade deixem de existir. Referia-se a sensação compartilhada entre aqueles que se dedicam ao tema de “enxugar gelo”, pelas poucas melhorias significativas na qualidade dos espaços urbanos projetados nas favelas, principalmente diante de seu crescimento acelerado em porções significativas da cidade, comprometendo o meio ambiente e seus recursos e permitindo muitas vezes que a população ocupe áreas que representem risco para sua vida.

Especialmente diante das novas possibilidades de mapeamento é possível perceber a necessidade de uma melhor gestão do território integrando níveis globais e locais de mapeamento, de maneira que possa integrar informações técnicas e de legislação àquelas de percepção individual e coletiva dos moradores. As iniciativas de mapeamento ainda ocorrem de maneira fragmentada e descontínua, o que acarreta na perda de informações e no futuro, na impossibilidade de se resgatar o histórico desses olhares ao longo do tempo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGAS, João Batista Vilanova. **O desenho** in: ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Caminhos da Arquitetura/ João Batista Vilanova Artigas*. São Paulo: Pini: Fundação Vilanova Artigas, 1986, p. 41-52.

_____. **Os caminhos da arquitetura moderna** in: ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Caminhos da Arquitetura/ João Batista Vilanova Artigas*. São Paulo: Pini: Fundação Vilanova Artigas, 1986, p. 63-79.

AZEVEDO Lena, FAULHABER Lucas. **SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

BRAUN, Georg; HOGENBERG, Fanz. **Cities of the Word. Complete Edition of the Colour Plates of 1572-1617**. Köln: Taschen, 2011.

CAVALCANTI, Lauro. **A importância de Sérgio Bernardes**. *Arquitextos*. Revista Vitruvius. 111. 00. Ano 10. Agosto de 2009.

CARDOSO,

COOK, Peter. **ARCHIGRAM**. Nova York: Books That Matter, 1973.

DENALDI, Rosana. **Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses**. Tese de doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2003.

DUARTE, Cristiane Rose; SILVA, Osvaldo Luiz; BRASILEIRO, Alice (org.). **Favela, um Bairro: Propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro**. São Paulo, Pró-Editores, 1996.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016. Remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

GOMBRICH, Ernst Hans Josef. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1999.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito**. Rio de Janeiro, Pallas, Ed. PUC-RIO, 2013.

HAUSER, Arnold. **História Social da Literatura e da Arte**. São Paulo: Mestre Jou, 1980.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.

LEITÃO, Gerônimo; DELECAVE Jonas. **Morar Carioca: uma nova etapa da urbanização de favelas da cidade do Rio de Janeiro?** Rio de Janeiro: Revista O Social em Questão - Ano XVI - nº 29, 2013.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias** in ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2013.

MBATHI, Musymi. **Technology and Participation: Geo-information Tools in Settlement Upgrading** in KELLETT, Peter; HERNÁNDEZ-GARCÍA, Jaime. Researching the Contemporary City. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2013.

PEREIRA, Margareth da Silva. **O Rio de Janeiro no século XIX. Cenários, formas e virtudes de uma cidade-capital** in: Augusto Ivan de Freitas Pinheiro (organização). Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

_____. **Notas sobre o urbanismo no Brasil: construções e crises de um campo disciplinar** in: Denise Barcellos Pinheiro Machado, Margareth da Silva Pereira, Rachel Coutinho Marques da Silva (org.) Urbanismo em questão. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2003.

PHAIDON. **Le Corbusier Le Grand**. Londres: PHAIDON, 2014.

PICON, Antoine. **Digital Culture in Architecture, an introduction for design professions**. Basel: BIRKHAUSER, 2010.

PICON, Antoine. **A arquitetura e o virtual: Rumo a uma nova materialidade** in: Sykes, A. Krista. O Campo ampliado da arquitetura: Antologia Teórica 1993-2009. São Paulo, Cosac Naify, 2013, p. 205-220.

PORAT, Marc Uri. **The Information Economy: Definition and Measurement**. Office of Telecommunications (DOC), Washington, D.C. 1977.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. **Cidade Povo e Nação. Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: 1996.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico- informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS et. Al. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo, Tessela: Projeto Editora, 1987.

SANTOS, Lídia Borgo Duarte; GONÇALVES, Rafael Soares. **A Questão da Mobilidade Nos Projetos De Urbanização: O Teleférico como Modal de Transporte nas Favelas.** São Bernardo do Campo: I URBFAVELAS seminário nacional de urbanização de favelas, 2014.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Pedagogia cidadã e tecnologia da informação: um projeto piloto para a periferia sul da cidade de São Paulo.** In: Ana Clara Torres Ribeiro (org.) Repensando a experiência Urbana da América Latina: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: CLCSO, 2000.

TSIOMIS, Yannis. **O Projeto urbano hoje: entre situações e tensões.** in: Denise Barcellos Pinheiro Machado, Margareth da Silva Pereira, Rachel Coutinho Marques da Silva (org.) Urbanismo em questão. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2003.

VALADARES, Lícia do Prado. **A Invenção da Favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VERDE, Maria Cristina Teixeira Lima; LIMA, Orlando de Melo. **Saneamento Básico em Comunidades de Baixa Renda no Estado do Rio De Janeiro - Aspectos Institucionais e Gerenciais.** XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2000.

Endereços eletrônicos

(<https://maps.google.com.br/intl/ptBR/help/maps/streetview/technology/cars-trikes.html>, visitado em 18 de outubro de 2014.

ESCRITO POR BRIAN MIER. 7 October 2014 // 06:37 PM CET http://motherboard.vice.com/pt_br/read/made-in-rocinha-o-carteiro-amigo-e-o-mapa-que-deu-inveja-ao-google, visitado em 3 de novembro de 2014.

<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp>, visitado em 7 de outubro de 2015.

<http://www.diaadia.com.ar/cordoba/la-ciudad-avisa-el-avance-narco>, visitado em 1 de outubro de 2015

Código de Obras do Distrito Federal. Decreto N. 6000, 1937 disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/raridades> visitado em 30 de outubro

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/prefeitura-vai-auxiliar-governo-do-rio-manter-bibliotecas-parque.html>

<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/rio-vence-premiacao-de-cidade-mais-inteligente-do-mundo>

<http://redesdamare.org.br/blog/projetos/projetos-desenvolvimento-territorial/censo-mare-2/>

<http://www.iap2.org/>

Aplicativo de visualização do Borel 3D.

<https://www.arcgis.com/apps/CEWebViewer/viewer.html?3dWebScene=51c5f4d3931f4d58b4e82052b38ea297>

<http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/atendim.htm>

<https://comitepopulario.wordpress.com/2013/04/07/a-pedido-da-prefeitura-google-faz-remocao-virtual-no-mapa-do-rio-de-janeiro/>

<http://www.tanomapa.org/>

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,favelas-desaparecem-de-busca-no-google-maps,1018537>

<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=5416560>

<http://lagf.org/2012/proceeding/Leandro%20Souza%20-%20Logradouros%20favelas%20LAGF%202012.pdf>

<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren>

Outros

Catálogo de Programas de Inclusão da Prefeitura do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP

Guia de Ruas da Maré 2014. Redes de desenvolvimento da Maré e Observatório de Favelas, 2014.

Cadastro de favelas IPLANRIO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Instituto de Planejamento Municipal, Prefeitura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1982.

Código de Obras do Distrito Federal. Decreto Nº 6000, de 1 de julho de 1937. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria Geral de Viação e Obras. Revista Municipal de Engenharia, 1937.

LEI COMPLEMENTAR Nº 111*, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Revista Brasileira de Estatística. Julho/ Setembro de 1973. Conselho Nacional de Estatística.

Rio Lei Orgânica do Município. - 2. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, 2010.

Decreto Nº36388 de 29 de outubro de 2012. Institui o Programa Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais – Morar Carioca

Documentário

Todo Mapa tem um Discurso. Programa Rede Jovem Rio de Janeiro, Roteiro, Montagem e Direção: Francine Albernaz e Thaís Inácio, Assistente de Montagem: Christiane Marques, Produção: Christiane Marques e Thaís Inácio, Filmagem: Charlotte Produções/Leandro Corrêa, Edição: Luiz Guilherme Gonçalves, Still: Francine Albernaz, Transporte: M. S. Marques e Pesquisa: Wikirrepórteres e Thaís Inácio.

Relatório de Sondagem Social das comunidades Chácara Flora, Chacrinha do Mato Alto e Comandante Luis Souto – NAPP, 2012

7. ANEXO I

Entrevista realizada no dia 25 de novembro de 2015 com o arquiteto Antônio Augusto Veríssimo, funcionário da prefeitura do Rio de Janeiro atualmente no Instituto Pereira Passos.

N: Primeiro eu gostaria de te ouvir falar um pouco sobre suas experiências e projeto urbano no sentido administrativo.

A: Eu sou funcionário da prefeitura concursado desde 1986, então já tem muito tempo não é, e trabalhei inicialmente na secretaria de urbanismo na parte de análise de projetos, na aprovação de projetos de edificações e depois eu fui trabalhar na área de parcelamento do solo com aprovação de loteamentos, mas nesse período que eu estava trabalhando com o parcelamento do solo eu me aproximei de um trabalho que tinha a ver com uma experiência minha anterior na própria prefeitura, que era um trabalho de regularização dos loteamentos irregulares e clandestinos. Porque eu tinha trabalhado ainda como estudante, eu tinha militado no movimento social na zona oeste em campo grande em torno justamente dessa luta pela regularização dos loteamentos, que era uma luta específica, muito específica da região de Campo Grande, Santa Cruz e Jacarepaguá. E Santa Cruz também, mas Campo Grande era a área de maior concentração de loteamentos clandestinos na cidade, e, eu me envolvi lá com algumas associações de moradores, com o movimento, e quando eu fui pra prefeitura e fui trabalhar com parcelamento, eu fui me aproximando desse trabalho de regularização que me levou a atuar durante dez anos no núcleo de regularização de loteamentos, que foi um núcleo do qual eu participei da própria fundação como morador, como militante e depois na prefeitura eu fui ser o coordenador dele durante dez anos, em parte pela Secretaria de Habitação. Pela Secretaria de Urbanismo no início, e depois na Secretaria de Habitação criada em 1994 e nessa época eu era o coordenador de habitação e assuntos fundiários da Secretaria de Urbanismo e com a criação Secretaria de Habitação eu fui transferido onde eu fiquei por mais uns dez anos trabalhando lá e depois eu saí vim trabalhar aqui no Instituto Pereira Passos, daqui eu fui pra Niterói, retornei em 1999 [...] em 2008 pra Secretaria de Habitação com o Jorge Bittar, fiquei mais cinco anos na Habitação e agora retornei pro Instituto Pereira Passos. A

maior parte de meu tempo de trabalho foi lidando com o tema de habitação, na Secretaria de Habitação eu ocupei vários cargos, cheguei a ser subsecretário, chefe de gabinete, secretário executivo e coordenador de planejamento e projeto.

N: Existe uma publicação da Lícia do Prado Valladares que questiona essas políticas públicas específicas para a favela. Na sua opinião, esses programas específicos que delimitam área de projeto eles tem funcionado, enquanto política específica?

A: Eu acho que são dentro do nosso contexto, as políticas possíveis, primeiro eu gostaria muito que não existissem favelas, as favelas são resultado de um processo de segregação social. Na verdade as cidades não deveriam ter favelas e sim habitação legal para toda a população, mas nossas cidades não são assim, uma parte da população não teve acesso à habitação formal pela via do mercado, pela produção estatal e foi se virar onde podiam com as terras que não tinham valor pro mercado imobiliário; áreas geralmente sujeitas a algum tipo de risco ou de inundação ou com risco de deslizamento ou áreas insalubres [...] então as favelas são uma realidade, assim como o loteamentos que são também fruto de uma segregação não é, em que as pessoas se veem obrigadas a comprar lotes em áreas também de baixa qualidade, de risco e tal, mas é o preço que elas podem pagar por essa terra e ai constroem suas casas e tal e depois vão reivindicar da prefeitura a regularização. A nossa realidade é que o poder público geralmente não reconhece essas áreas como áreas integrantes da cidade o que faz com que a Secretaria de Obras do município, por exemplo, não entre numa favela pra fazer obra, que a CEDAE tenha dificuldade de entrar, que a maioria dos órgãos públicos tenha dificuldade de entrar. Então a criação de estruturas específicas como no caso da Secretaria de Habitação ou setores dentro da uma Secretaria de Desenvolvimento Social são uma saída; não é a ideal pra solução dessas questões então o ideal é que a cidade inteira fosse cuidada pelos órgãos: pela Secretaria de Urbanismo, pela secretaria de obras. Mas não é isso que acontece, então a maioria das cidades se viu, é/para atender as demandas que vem dessa população apresentou como solução a criação de estruturas específicas seja na Secretaria de Desenvolvimento Social, que foi o caso do Rio, quer dizer, a urbanização de favelas e de loteamentos como um

projeto na Secretaria de Desenvolvimento Social lá em 1983/84 que é o Projeto Mutirão; e só dez anos depois com a criação da Secretaria de Habitação é que você passa a ter um órgão tecnicamente melhor equipado e com um corpo técnico preparado pra lidar com esse tema da informalidade, então a secretaria de habitação é um mal necessário num quadro em que os órgãos da prefeitura formal não reconhecem ou tem dificuldade de reconhecer uma parte da cidade como integrante da cidade então eu acho que as Secretarias de Habitação e os projetos de urbanização de favelas com todas as críticas que são feitas a eles, é um mal necessário porque não ter isso, é simplesmente deixar essas áreas completamente abandonadas como ficaram durante anos, sem nenhuma atenção. A não ser em épocas eleitorais em obras de cunho eleitoral mas no caso do Rio de Janeiro, então o Projeto Mutirão que foi na verdade uma escola, de técnicos não é, que depois foram compor a Secretaria de Habitação foram estruturas que começaram a dar resposta muito efetivas pras demandas da população, muita gente reconhece por exemplo, em varias áreas da cidade, as obras, as intervenções, feitas pela Secretaria de Habitação, colocaram tanto as favelas como alguns loteamentos em condições melhores até do que o próprio bairro formal existente no entorno, porque realmente houve uma/ especialmente depois da criação da Secretaria de Habitação, com o Favela-Bairro uma preocupação na contratação de arquitetos e dos escritórios de arquitetura que realizaram excelentes projetos de intervenção e também uma profissionalização do processo de urbanização não é, não só na contratação de equipes multidisciplinares de arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, advogados e tal pra lidar com o tema; como também as obras deixaram de ser feitas por mutirão que é uma mão de obra desqualificada, e passa a ser feita por empresas, construtoras não é, que puderam garantir uma qualidade melhor de obra nessas áreas.

N: Muito da metodologia que hoje se reproduz foi construída desde o Favela-Bairro, essa questão das equipes serem multidisciplinares, dos profissionais todos envolvidos durante um projeto. Como você vê essa questão dos tempos? Muitas vezes só de anunciar um projeto a favela cresce, as circunstancias mudam. Você concorda com as fases sucessivas de projeto desde as etapas de diagnostico que culminam num projeto básico? Quer dizer, é um processo que leva um tempo, claro,

enquanto que a cidade continua em transformação e por outro lado uma obra que vem num momento posterior a essa fase, com o tecido urbano já transformado. Você acredita que é o caso de alteração desses tempos de projeto?

A: O projeto urbano na área pública ele está muito ligado também às questões da própria legislação e da própria dinâmica da administração pública quer dizer, pra você licitar uma obra você tem que ter um projeto não é e o processo de licitação de obra ele tem um tempo que é necessário pra se evitar desvios, gastos inadequados e tudo mais. E a gente tem que analisar o seguinte, não dá pra generalizar esse impacto do anúncio de obra e tudo mais; isso tem muito a ver com a área, se uma área é valorizada do ponto de vista imobiliário qualquer anúncio de melhoria provoca um adensamento. Se a área não é uma área valorizada, sob ponto de vista imobiliário isso já não tem impacto. Uma coisa que eu aprendi fazendo projetos e obras da cidade do Rio de Janeiro é que é muito diferente o impacto do projeto de urbanização numa área da zona sul do que numa área de Santa Cruz, Pavuna, ou seja, você não tem a mesma dinâmica nessas áreas. Anunciar uma obra num loteamento em Campo Grande, em Bangu, e anunciar uma obra na Rocinha, no Chapéu Mangueira, vai ter dinâmicas muito diferentes, e outra é que as favelas crescem também independente de ter obra e não ter obra. A prefeitura nunca fez um Favela-Bairro na Rocinha e a Rocinha cresce. E nunca fez obra em várias favelas da cidade e isso não impede/ porque o crescimento das favelas está muito mais comandado pela questão do mercado de oferta e demanda, pela proximidade dos empregos mais bem remunerados dos bairros mais ricos e tal e menos até do que pelo anúncio de obras nas favelas. Se anunciar que vai fazer uma urbanização de favela na Pavuna, ou no Jardim América não provoca nenhuma corrida de adensamento dessas favelas não é. Que são favelas mais distantes que não tem tanto apego e até o próprio poder aquisitivo das pessoas não consegue responder a esse tipo de estímulo. Então acho que não dá pra generalizar. Dependendo de qual área, dependendo do interesse do mercado imobiliário, da localização dessa área um anúncio de obra vai ter mais impacto ou não, no sentido de atrair mais gente, de provocar construções ou aumento de construção. Eu acho muito difícil alterar esse processo, quer dizer, nunca me dediquei a discutir esse tema mas eu acho que tem que ter um diagnóstico, tem que ter essas etapas de projeto, elas são necessárias

porque/ até porque o arquiteto precisa entender a dinâmica social, econômica, o mercado imobiliário que tem dentro das favelas. Se ele não entende isso, ele não passa um tempo/ é como o Toledo diz: “é preciso morar na favela”, você precisa entender os processos pra poder dar repostas adequadas. Você vai pra uma favela, um loteamento qualquer de baixa renda, com soluções que estão apenas na tua cabeça, soluções “fora do lugar” você não vai responder adequadamente àquela demanda. É um risco que é necessário correr, quer dizer, o tempo adequado pra entender a dinâmica da região pra poder fazer propostas adequadas é superimportante, eu acho que é esse diagnóstico de imersão mesmo não é? Os escritórios, no próprio Morar Carioca, mantinham seus escritórios dentro da própria favela pra viver o dia-a-dia dos moradores e entender essa dinâmica, eu acho que é importantíssimo.

N: As informações geradas pelo projeto urbano, por exemplo, favela-bairro, eles são de alguma forma arquivados pela Secretaria (de Habitação) para serem analisados futuramente?

A: Eu acho que os diagnósticos eles são um elemento mais pra o próprio escritório. Claro que no caso da Secretaria de Habitação sempre teve uma interação muito grande entre os técnicos e os escritórios. Mas os técnicos já são pessoas muito experientes então eu acho que o diagnostico/ muitos diagnósticos acabam dizendo pouco para as pessoas que já trabalharam nessas áreas durante muitos anos e tal. Eu acho que os diagnósticos são muito importantes para o próprio escritório que muitas vezes não tem muita experiência de intervenção na área, é claro que alguns diagnósticos eles se perdem um pouco em detalhes e em levantamentos que não acho os fundamentais para a resposta que tem que ser dada, mas eu não eliminaria essa etapa.

N: Concordo, só acho que isso poderia contribuir com informações pra cidade se conhecer. Muitas vezes é o escritório que precisa levantar muitas informações, muitas vezes nem nos dados oficiais se encontra, mesmo que o lugar já tenha sido objeto de projeto, é difícil resgatar essas informações.

A: Sim, eu acho que cada vez está melhor o nível de informação sobre favelas e loteamentos, mas realmente não tem a mesma qualidade das informações que tem pra cidade formal. Então essa entrada dos escritórios na área e as pesquisas que os escritórios fazem são muito importantes pra alimentar os próprios cadastros municipais. Isso não tenho dúvida. Mas pra efeito de projeto, eu acho que é muito importante pras equipes.

N: A SMH tinha o interesse de fazer o arquivamento dos dados do morar carioca pelo SIHABGEO, não era? O que acabou não acontecendo.

A: O problema é que o morar carioca não aconteceu não é? Ele foi praticamente interrompido, poucos projetos conseguiram ir em frente. Houve um recuo da prefeitura, do prefeito, houve uma desmobilização da equipe então tudo que estava planejado de processos de fluxo de informação de certa forma foi perdido. Isso aconteceu também com o Favela-Bairro, o Favela-Bairro quando foi criado lá em 1994, junto com o Favela-Bairro foi criado um centro de documentação dentro da própria Secretaria de Habitação. Tinha justamente a missão de recolher todas as informações que eram produzidas pra essas informações serem processadas e servirem pra cidade. Com a mudança de governo em 2000 esse núcleo de documentação foi desmontado e todo o material que tinha sido guardado, catalogado e tal foi mandado pra um depósito então se perdeu muita daquela memória do Favela-Bairro.

N: Mas qual era o objetivo do SIHABGEO no caso do Morar Carioca?

A: Olhe o SIHABGEO é uma ferramenta do Instituto Pereira Passos mas que é gerido pela DIC (Diretoria de Informações da Cidade), e que não conheço exatamente mas havia uma intenção de você pegar todas as informações coletadas pelos escritórios e fazer o georreferenciamento delas, tudo seria lançado ali. Então você teria uma ferramenta que serviria de consulta para os escritórios mas serviria de consulta também para todos os setores da prefeitura que fossem fazer intervenções naquela área. E a ideia é que ele fosse atualizado a cada avanço de

diagnostico, de projeto, de intervenção, de obra/ essas informações fossem sendo gradativamente alimentadas, então você teria uma atualização quase que online.

N: Nós (equipe do NAPP) por exemplo, fizemos três favelas na Praça Seca (Jacarepaguá, Rio de Janeiro) e tem outro escritório fazendo as favelas em frente, quer dizer, no que tange ao macro diagnostico, ele seria o mesmo não é? Poderia até baratear talvez os custos dessa parte do projeto. Eu percebi um certo descompasso entre as políticas, por essa questão de ter uma área de delimitação de projeto muito clara, a gente, por exemplo, não tinha, no caso das favelas, que eram na Praça Seca, portanto passagem do corredor da Transcarioca informações reais do tecido proposto. Era um projeto para integrar mas nós não tínhamos acesso ao projeto.

A: É, mas a própria prefeitura não é integrada. Pra você ter uma ideia, nesse período eu acompanhei essa discussão lá, e nem a Secretaria de Transporte conhecia exatamente qual era o traçado da transolímpica. Porque na verdade tinha sido feito um contrato/ contratado uma consultoria pela Secretaria de Obras e que não estava articulada com a secretaria de transportes, então a prefeitura tem isso, a prefeitura não é uma entidade uma, ela na verdade é um somatório de distintas entidades que cada um tem suas metas, seus interesses, seus projetos e as diretrizes que o prefeito dá. E muitas vezes as secretarias batem cabeça, não existe uma secretaria de planejamento, ou uma secretaria de governo que seria o papel talvez da casa civil que fizesse a integração das diversas secretarias. Esse trabalho definitivamente não existe. E a Secretaria de Habitação como sempre foi uma Secretaria multidisciplinar, ela incorporava naquele território ações que na cidade formal estavam divididos em muitas secretarias não é? Você estava pensando equipamentos de educação, de saúde e infraestrutura, sistema viário, transporte, paisagismo, reflorestamento, meio ambiente. A Secretaria de Habitação na verdade era a única Secretaria do município que tinha uma visão integrada da cidade só que num recorte muito restrito. Porque, nosso olhar era um olhar integrado, você não olhava só pra infraestrutura ou só pra paisagismo, só pra equipamentos sociais [...] tudo era pensado simultaneamente então na verdade muitos colegas de outras secretarias admiravam esse trabalho da Secretaria de ser uma espécie de uma

catalisadora, porque a gente promovia reuniões com o pessoal da Secretaria de Educação, Secretaria de Desenvolvimento Social, Saúde, Meio Ambiente, Transportes, Obras, Comlurb, e era o único setor da prefeitura que tinha essa certa capacidade, só que é limitada a determinado recorte territorial. Mas era um trabalho de planejamento urbano integrado efetivamente, só que com limitações porque tinha um território muito restrito. Só que em algumas situações, essa capacidade de articulação ela não era capaz de interferir ou de obter informações concretas de planos mais abrangentes da cidade. Então a gente sempre teve muita dificuldade de entender, não só dentro do município no caso ali das Trans (transolímpica), que a gente não tinha o traçado correto, não tinha informações corretas, assim como a CEDAE, que a gente não tinha acesso, por exemplo ao planejamento da CEDAE pro futuro, o que é que poderia se esperar para uma área que a gente estivesse intervindo, de algum plano de expansão da CEDAE, quer dizer, a gente também não tinha acesso a esse tipo de informação. Embora a secretaria tenha avançado muito, nesse papel de articuladora dos diversos órgãos da prefeitura desses territórios, havia alguns itens de infraestrutura que a gente não conseguia ter esse acesso então sempre foi difícil trabalhar alguns temas, não é? De integração seja de sistema viário, seja de infraestrutura.

N: Tanto o projeto da Transcarioca como o projeto urbano da favela os dois, um pela desapropriação necessária para a obra e tanto o projeto urbano do Morar Carioca tinha uma demanda habitacional a cumprir, não é? Como você essa dissociação tão criticada entre o projeto urbano e a produção habitacional? No nosso caso, a gente até conseguiu propor habitação dentro do limite da favela, mas sempre dentro das regras do minha casa minha vida que são muito limitadoras dentro do que o programa MCMV exige, sem conseguir, por exemplo, propor uso misto ou viabilizar alguma releitura do tecido existente, enfim [...]

A: Inviabiliza, por exemplo, colocar apartamento de sala e quarto [...] Isso aí são retrocessos. Na época que nós tínhamos o recurso/ na época do Favela-Bairro, na época do PAC, em que você tinha um recurso específico pra produção de habitação e você podia desenhar habitação mais adequada para aquele local, era mais fácil trabalhar. Quando se impôs a regra do MCMV, inclusive pra urbanização de

favelas, não é? Para as unidades de reassentamento, isso complicou muito não é? Complicou muito. Eu até participei de um seminário em Brasília, em que se estava discutindo a qualidade da produção habitacional do PAC e a qualidade habitacional do MCMV. Ficou muito claro que a qualidade da produção habitacional do PAC era muito superior não é? Porque havia mais liberdade de adaptar a unidade habitacional e os edifícios e a própria implantação a uma condição de projeto urbano; e que o MCMV não se adequava a isso. Porque aí era muito mais as regras do consultor, não é? Do empresário que ia executar.

N: O que significa que não necessariamente vai ser feito ali não é? Fica uma coisa muito incerta não é?

A: É, então essa obrigatoriedade de considerar as regras do MCMV nos projetos de urbanização de favelas, prejudicou o projeto não é?

N: É, só pra terminar. Não sei qual a sua participação nisso, mas durante o Morar Carioca, a prefeitura sugeria a construção de cenários de projeto. Isso acontecia no Favela-Bairro? Ou é uma coisa nova?

A: Não, isso é uma coisa nova, embora no Favela-Bairro também tinha que se analisar, é, várias soluções porque existiam as regras do BID e os limites de custo. Então você não podia fazer o projeto desconsiderando que havia um custo por domicílio, que havia um limite de reassentamentos, então as hipóteses eram estudadas até se chegar a uma hipótese que era adequada a questão da solução do problema local mais também adequada às regras do financiamento do Banco. Agora não tinha, vamos dizer, essa etapa dos cenários. Porque no Morar Carioca essa instituição financiadora não estava definida, podia ser o próprio governo municipal, poderia ser o PAC ou podia ser uma instituição internacional; então nós podíamos experimentar distintos cenários que trouxessem em algumas situações um pouco mais de custo porque era uma questão que poderia fazer um “mix” de fonte de financiamento. Então essa possibilidade ficou mais em aberto do que no BID porque as regras eram muito/ como o Favela-Bairro era financiado pelo BID as regras eram muito rígidas. Então o projeto tinha que se adequar, principalmente em

termos de custo por unidade e também tinham as soluções tecnológicas que eram aceitas pelo Banco, também. Eles mandavam técnicos especialistas em tecnologia, infraestrutura e tal, e eles tinham também determinadas regras, você não podia experimentar muito em termos de soluções tecnológicas mais inovadoras ou não. Então era mais amarrado. No Morar Carioca nossa expectativa era de que haveria mais liberdade pra os arquitetos de proporem soluções, tanto que muitos propunham plano inclinado, teleférico, coisas que estavam meio fora das possibilidades financeiras, mas que não impedia que aquela proposta aparecesse ali. De repente alguém resolve patrocinar aquilo, não é? Mas havia mais liberdade naquele período em que o projeto começou.

N: Comparando com Medellín por exemplo. Como que você vê essa gestão?

A: Olha, eu estive lá em Medellín. Medellín começou antes do Favela-Bairro com um programa muito simples chamado Primed; era um programa basicamente de implantação de infraestrutura básica. E nossos técnicos foram a Medellín no início do projeto pra conhecer essa experiência lá que já era financiada pelo Banco Interamericano e já era uma metodologia de planejamento integrado e tal. Mas o Favela-Bairro teve mais...

N: Integrado em que sentido?

A: Integrado no sentido de ter várias intervenções. Porque quando a gente chama de integrado a gente está contrapondo a um tipo de intervenção que era feita antes, que era a intervenção por tema. Então a CEDAE tinha o programa PROSANEAR que ia lá e botava água e esgoto. A LIGHT tinha o programa “Luz para todos” que ia lá e botava luz. A prefeitura tinha um programa que ia lá e fazia escadarias. Mas cada um fazia no seu tempo, do seu jeito. O integrado é que todas essas coisas acontecem simultaneamente. Então você está cavando pra botar o esgoto e junto está botando a rede de água, junto está botando o tubo de iluminação e depois colocando o pavimento e a drenagem, que já não é do município, é do estado e depois tá botando a escadaria, tá botando a creche. Então quando eu falo projeto integrado é porque antes as ações eram fragmentadas. Cada órgão fazia o seu

pedaço. Por exemplo o projeto Mutirão: Mutirão fazia escadaria, reflorestamento, fazia creches e pavimentação mas não fazia água, esgoto... Isso era coisa da CEDAE. Como não botava luz, era coisa da LIGHT. Então com o Favela-Bairro, que em Medellín começou com o Primed essas ações começaram a ser feitas simultaneamente e de forma coordenada. O Favela-Bairro avançou em relação à Medellín porque em Medellín era basicamente infraestrutura e o Favela-Bairro já incorporava equipamentos públicos, paisagismo, praças, equipamentos de lazer [...] Já incorporava um monte de outros itens que não eram considerados nas intervenções mais anteriores. E depois os colombianos vieram aqui e aprenderam com o Favela-Bairro, chegaram lá e deram seu toque lá em Medellín, e aí veio a história de botar teleférico. Agora a história do teleférico/ eu estive em Medellín, ela tem a ver com urbanização de favelas, mas na verdade ela era uma necessidade de viabilização econômica do próprio metrô. Eu tive no metrô lá e o que os caras explicaram foi o seguinte: a extensão do teleférico pra favela, a partir do metrô, foi o que viabilizou o metro até aquele local.

N: E tem um parque em cima, não é?

A: Sim, tem um parque e uma biblioteca e tal, mas o fato é que a estação do metrô está de um lado do rio e a favela está do outro lado do rio então a população antes do teleférico, eles desciam e pegavam os ônibus e não atravessavam a ponte pra pegar o metrô. Porque tinha que atravessar uma ponte pra pegar o metrô. Então o teleférico matou as linhas de ônibus, porque foi pegar o morador dentro da favela e colocou dentro do metrô. Essa foi a explicação dada pelo funcionário do metrô, de que o teleférico na verdade foi o equipamento para a viabilizar o metrô. A extensão do metrô. Se fosse pra fazer o metrô só pra atender o bairro formal, ele não se viabilizava economicamente. Tinha que haver uma forma de trazer o morador da favela pra dentro do metro e a forma foi essa.

N: E de certa forma, tanto quanto aqui no Alemão não tem muito um projeto de integração...

A: Não. Se bem que eu acho que no caso de Medellín ele está melhor integrado. Porque as estações do metrô elas estão em diversas alturas em diversas curvas de nível, então você consegue alimentar as estações horizontalmente e aqui não.

N: E lá dá pra chegar ônibus, e aqui não.

A: Exatamente, Aqui não, as estações estão no cocuruto do morro. É muito mais complicado, o cara tem que subir o morro todo pra pegar o teleférico. Então quem está da metade do morro pra baixo, mais fácil descer a pé do que pegá-lo. Na verdade, o nosso teleférico aqui no Alemão é mais um *outdoor* que um equipamento de transporte.

N: Uma última pergunta era sobre a questão da participação popular.

A: É, a questão da participação popular é sempre um tema polêmico na prefeitura. Há muita resistência à participação popular, eu me lembro que dentro da própria secretaria de habitação no período do Favela-Bairro, existiam dois tipos de processos de participação. Um que era feito no caso dos loteamentos que sobre o ponto de vista/, não só porque eu era o coordenador dele/ era muito mais democrático porque realmente foi constituído um núcleo de regularização que tinha reuniões de dois em dois meses em assembleias amplas com os moradores e que vinham os moradores de toda a cidade e tinha além das plenárias, nós tínhamos as reuniões paritárias que eram feitas com lideranças eleitas pelos moradores e que discutiam com a prefeitura aspectos mais técnicos, mais específicos do programa e que prestavam contas pra plenária. Nós fazíamos as reuniões no espaço da Caixa Econômica Federal, inicialmente na prefeitura e depois achamos melhor fazer na Caixa econômica que além de ser mais central ali no Largo da Carioca, mais fácil das pessoas chegarem, era também mais neutro então pessoas se sentiam mais a vontade nesse espaço da Caixa Econômica. Então esse foi um tipo de trabalho que era feito, que era considerado bastante. Com limitações, mas com bastante participação e tinha o trabalho que era feito no Favela-Bairro que era mais restrito porque ele tratava favela por favela enquanto que o processo de loteamento tratava todos o moradores dos loteamentos da cidade participavam do processo ao mesmo

tempo: o que estavam com obra, os que estavam sem obra, projeto, então cada um sabia em que posição estava sua demanda em relação aos demais. Isso facilitava muito as negociações que eles mesmos discutiam critérios de priorização, de legibilidade e tal. A favela não tinha esse processo unitário de discussão, ele era um processo fragmentado. Então a participação de dava em cada favela na relação com os escritórios e com os técnicos da prefeitura que atuavam naquela favela. Então dependendo do perfil do técnico, do perfil da liderança comunitária e do perfil do escritório, esse processo de participação era mais avançado ou menos avançado. Então não existia uma uniformidade, vamos dizer um protocolo de participação. Então algumas áreas em que a liderança comunitária era mais ativas, mais reivindicativas havia mais participação, as pessoas mobilizavam mais e em outras muitas vezes era só o presidente da associação de moradores que participavam das reuniões, elas não envolviam a comunidade e a prefeitura não lidava com isso muito bem, não havia nenhum movimento da prefeitura de mobilizar mais as pessoas. Então no morar carioca e no Favela-Bairro eles tinham um processo de participação distinto dos loteamentos. Mas isso tem muito a ver com/ porque não fomos nós que inventamos isso, quer dizer, nós enquanto funcionários públicos, foi a própria população que criou o núcleo de loteamentos e que de certa forma impôs à prefeitura esse tipo de participação, mais coletiva mais estruturada, mais organizada, então facilitava muito o trabalho da prefeitura, porque não tinha que ficar negociando caso a caso. Fazia-se uma grande negociação e quando chegava no local aquela regra já estavam acordadas com todos os participantes. E no Favela-Bairro não, o Favela-Bairro era caso a caso. Dependendo de cada favela, o perfil de cada favela isso avançava mais ou não. Agora dentro da prefeitura não há unanimidade com relação a processos participativos. Tem muita gente que ainda tem uma visão, vamos dizer do saber técnico, de que a população tem que aceitar o que o técnico tá determinando porque é ele quem sabe, quem entende, tal. Então existem ainda setores que são mais conservadores não é, e numa prefeitura que sempre foi governada por governos de perfil conservador, não dá pra esperar muita abertura para processos mais democráticos. O morar carioca ele já avança em relação ao Favela-Bairro quando ele traz o Ibase pra dar uma linha o/ por dar uma uniformidade ao trabalho social, então foi um avanço. Nós não temos nas favelas o mesmo ânimo de unidade e articulação que nós tínhamos nos loteamentos, a [] a

FAFERJ esses praticamente não existem mais e nunca se interessaram pelos problemas de urbanização então é um outro público, é diferente, mas eu acho que no Morar Carioca, nós poderíamos ter avançado muito em termos de métodos participativos mais democráticos, mais eficientes.

8. ANEXO II

Entrevista com o engenheiro Marcelo Tenório realizada no dia 26 de novembro de 2015.

N: Primeiro gostaria de saber um pouco das experiências do escritório em projetos de urbanização de favelas. Desde quando que vocês trabalham no tema e se vocês fizeram, por exemplo, o Favela-Bairro?

M: A nossa experiência começou em 1994. Nós somos um escritório de infraestrutura urbana, ou seja, a gente faz sistemas de abastecimento de água, esgoto, drenagem e pavimentação e sistema viário. Então nós começamos com a experiência em 1994 no Programa chamado PROSANEAR do Governo do Estado que só era água e esgoto em favelas. Então naquela época nós pegamos grandes complexos que não tinham nada. Por exemplo: Rocinha. Se você for na Rocinha, Alemão, na Providência, tudo que tem lá de reservatório, elevatória até hoje é fruto desse nosso trabalho em 94. O Juramento [...] foram 53 favelas e nós ficamos quatro anos fazendo esse trabalho.

N: Mas vocês entravam, faziam o projeto sem um projeto de urbanização como um todo?

M: Não tinha urbanização, era só a infraestrutura. Aí nós passamos por algumas experiências assim que hoje em dia não se tem mais, mas quem viveu pode contar. Nós participamos. No começo esse programa tinha uma coisa chamada “condominial”. Então nós vivemos o condominial. Então você fazia uma rede principal, da principal você tinha uma rede secundária que abastecia um condomínio de casas e teoricamente você elegia um morador pra tomar conta daquela rede. Isso nunca deu certo. Ai o condominial foi uma experiência interessante, a gente pegava as quadras, ampliava, ia em campo.

N: isso dentro da favela?

M: Dentro da favela! Eram tipo quadras não é? De agrupamentos de seis a doze casas e fazia o projeto de água e esgoto interno aí detalhava tudo e naquela época a gente não tinha os recursos que a gente tem hoje, então naquela época não tinha Google, não tinha nada disso. A restituição era por voo, era feita à nanquim, aí você *escaneava* aquele negócio que já era uma coisa do outro mundo. Então aquilo tudo [...]

N: Como vocês faziam pra demarcar as casas?

M: Fazia uma restituição. Tinha um voo, tirava foto, uma empresa ia restituía e a partir de 1994 que nós fomos ter os primeiros mapas de favelas.

N: Era o Estado que contratava esse serviço?

M: Era o Estado que contratava a foto aérea. Era um contrato caro.

N: Entendi

M: A partir daí a gente tinha essa restituição [interrupção] O que acontece, nessa época, a gente/ vamos supor, ninguém tinha muito acesso à favela, a favela era uma coisa que praticamente os primeiros primórdios era você colocar um ponto de água lá no pé do morro, eram as bicas não é, as pessoas subiam coma lata d'água na cabeça, lavavam roupa isso nos primórdios da favela. Quando a gente começou, quando o governo do Estado começou a implantar um sistema integrado, água esgoto foi um grande avanço, mas o curioso é o seguinte: são as concepções que mudam ao longo dos anos. Então qual era a concepção na época que se tinha? Olha só a ideia! Isso vem do cliente que contratou a empresa. Não vamos botar muita água que é pra população não crescer muito. Então isso era um conceito da época. Então, o consumo per capita lá chegou até ser de 90 litros habitante/dia, hoje em dia é de 200 (litros). “Há não vamos oferecer muita água não que senão a população cresce muito. É um conceito tá. Então daí nós ficamos de 1994 a 1998 mais ou menos, mexendo com isso. Em 1996, nós participamos de dois processos interessantes na Prefeitura do Rio. Primeiro foi o Favela-Bairro I e ao mesmo tempo

tinha regularização de loteamento. O Rio tinha muitos loteamentos irregulares, que aí a prefeitura queria organizar, urbanizar, pra poder dar o título de posse às pessoas, para as pessoas poderem ter acesso à documentação. E, o primeiro Favela-Bairro, ele era bem interessante, porque ninguém sabia como iria fazer e o conceito do primeiro era o seguinte: você abrir grandes vias, você criar uma malha urbana dentro da comunidade. Então você tirava mil pessoas, abria via, e tentava integrar aquilo ao bairro então qual seria o sonho? Que a pessoa que fosse cortar caminho utilizasse uma via que passasse dentro da favela. Então alguns exemplos que se tem dessa época, que eu vou te dar hoje, que é o seguinte: um, tem um viaduto, quem passa na linha vermelha tem um viaduto que liga Vigário Geral à Parada de Lucas, quem passa na linha Vermelha ele fica ali perto da Marinha ninguém anda. Eu nunca vi um carro ali, eu já trabalhei naquelas duas favelas. Ninguém passa ali, quem passa ali morre, toma tiro, morre assassinado. Pode passar lá, está lá o viaduto. Foi exigência do BID, na época, fazer essa interligação que passa dentro das duas comunidades. Passa dentro do rio/ é um viaduto, é uma ponte. Você vai lá você vê, quando passa vê, não passa um carro lá. A outra mais próxima aqui é o viaduto da mangueira. Também não passa ninguém. Não sei se você prestou atenção ali/ eu já estudei na UERJ, NA UERJ você vê ele bem de frente assim e também não passa ninguém, ele é muito íngreme, muito grande. E não deu certo. Outro que não deu certo (...)

N: Quem definia essas vias?

M: Isso era concepção de projeto, o BID exigia, porque o seguinte, o primeiro quem financiou foi o BID. Então o BID exigia conforme foi feito o plano de trabalho, que era pra integrar, a favela virar uma parte extensiva do bairro, não ser uma coisa fragmentada, então se tinha isso tudo. Foi definição de programa que o BID exigiu. Nesse momento os arquitetos urbanistas que definiam essas coisas. Você fazia as grandes intervenções, as edificações, você fazia dentro da comunidade. Então na () Você colocava uma creche lá dentro do morro, posto de saúde, tudo você colocava dentro da favela. E nessa época nós começamos de fato a fazer uma coisa bem interessante que é você associar a infraestrutura ao urbanismo. A fazer essa coisa conjunta. Então muitas delas teve esse programa antes que era o PROSANEAR e

no Favela-Bairro nós tínhamos que refazer, recalcular bomba, o reservatório aumentava, revia drenagem que nós não fizemos no PROSANEAR, não fazia parte.

N: e se fazia a projeção da população?

M: Tinha estudo de crescimento, você fazia uma coisa assim mais organizada não é? Você fazia uma projeção pra vinte anos, você fazia um estudo da população, o crescimento, tinha dados já do IBGE, ento isso tudo facilitou não é?

N: Como era essa rotina de trabalho com os escritórios de arquitetura, cada um fazia o seu separado?

M: não, não separado não. Como é que a gente fazia? A gente integrava as coisas, primeiro a gente fazia um diagnostico da área, pra saber quais são as necessidades da comunidade. Ai então a gente identificava. Aqui falta falta agua, aqui acumula esgoto, aqui tem problema de drenagem, essa pavimentação é ruim, o reservatório é insuficiente.

N: isso em trabalho de campo?

M: Em trabalho de campo. A gente ia pra favela fazer esse trabalho, levantar em campo, andar na favela. Fotos... e principalmente: projeto em favela você tem que andar. Nós andamos lá todas essas beco a beco. Beco a beco. Tem que andar, tem que ver o afloramento rochoso, aqui acumula água, aqui tem problema de lixo. Ai você vê tudo de infraestrutura. Então em geral esse trabalho em conjunto, com os urbanistas é o seguinte. A gente definiu o que a gente precisa, e a gente ia adaptando, então falava o seguinte ó: talvez de morro, libera! Deixa fazer uma canaleta grande de drenagem... então são conceitos que hoje em dia os arquitetos já tem em função disso. O topo do morro é pro reservatório de água, não ocupa! Embaixo tem que ter o espaço pra fazer o elevatória de água, então eles já tem essa noção.

N: Legal! Então vocês já iam interferindo...

M: Nós fomos interferindo, não adianta ele pegar o melhor lugar que tem, se for o caso uma comunidade mais alta lançar uma praça e eu preciso botar o castelo d'água, preciso botar o reservatório, que vai ficar feio não é, na paisagem? Então essa interação, nós passamos a aprender muito, entendeu? Isso foi muito legal, então...

N: Quais eram as favelas do Favela-Bairro 1? Você lembra, não?

M: Foi mangueira, providência, parte do Complexo da Penha, foi muita coisa entendeu?

N: difere muito do que hoje vocês produzem em termos de trabalho, assim, o produto é outro?

M: Não, o produto ele é mais aprimorado, ele é mais evoluído, porque nós fomos também aprendendo não é?

N: essa metodologia... Isso não muda não é?

M: Isso não muda! Isso não vai mudar nunca. O que muda são os conceitos da gestão da prefeitura com relação às intervenções. Então, na primeira fase do Favela-Bairro se rasgava tudo, abria grandes vias, tanto é que o Juramento teve um projeto que não saía do papel mas quer dizer, tinha uma via que abria do começo ao fim. Da igreja até a associação dos moradores se abria uma via gigante, todo mundo teria acesso de carro. Foi um projeto que não saiu do papel. Aí a segunda fase, que foi o Favela-Bairro dois, que foi o seguinte: você já não abre/ você não abre essas vias assim com tanta imponência, uma via gigante, você abre uma vias menores, alarga as que tem. E os equipamentos que foram construídos dentro da comunidade, eles tiveram muito problema em manter. Por problema de segurança[...] Então nessa segunda fase era o seguinte, você pegava os equipamentos todos e botava próximo à via urbana do bairro. Entao ao invés de ter uma creche lá dentro do morro, você tinha uma creche no pé do morro. E a via já não era uma via gigante, ela era uma via menor. Era uma coisa mais tímida, alargava alguma coisa. E nessa concepção

atual você simplesmente/ é tipo uma reforma. Então você não abre vias gigantes, você alarga pouca coisa, mantem os becos que tem, melhora os acessos, se é escada continua escada. Você introduziu o plano inclinado, que é o que eu mais gosto, o teleférico é muito complexo de você fazer, os que tem/o do Alemão pouca serventia tem, que eu conheço, eu ando, andei, eu vi quando inaugurou, na obra, você vai lá hoje o que era uma coisa turística não é mais, não consegue nem ser turístico não é? O da Providencia funciona legal, ajuda. O do Alemão os moradores não usam, por que você está no meio do morro você tem que subir lá pra cima do morro pra pegar o teleférico. Deveria ser interligado teleférico com plano inclinado. Aí não, o cara que está no meio do morro ele pega a kombi desce e vai embora. Vai subir pra depois descer... Ninguém faz isso. É. Fora o custo... não dá. O que nós fizemos então nessa ultima fase foram reformas, então, por exemplo, eu tive o grato prazer de trabalhar na Providência todos os projetos que tem lá eu que fiz, do PROSANEAR, Favela-Bairro um, o dois e esse agora. São quatro projetos. O Parque Vila Isabel, a mesma coisa. Então o que é que está acontecendo, a prefeitura vai lá, investe, daqui a dez anos ela volta, arruma tudo. São conceitos da prefeitura, os governantes decidem o que faz. Com relação à infraestrutura, o que a gente tem notado é o seguinte: a comunidade é muito dinâmica, a comunidade cresce, ela tem um movimento então, a pessoa tem uma casa ela constrói uma laje em cima. Estica pra onde der ela vai movimentando. Pega dois barracos, compra um do lado e forma um só. Então o seguinte: o morador fica muito desassistido pelo poder público, então você lança a rede de água, aí o cara quer um ponto novo de água, ele mesmo constrói. Então ele vai lá, pega uma rede que é pública, faz intervenção individual na rede pública, usa qualquer material, qualquer produto. Aí você começa aos poucos se não tiver uma manutenção dessa rede pública, em dez anos você perdeu um sistema desses. Então você investe milhões, se você não for lá tomar conta... que nem no meu bairro, eu não meu bairro não posso ir lá furar a rede da CEDAE. “Ah, eu vou fazer uma casa pro meu filho nos fundos e eu quero um ponto novo de água”. Eu não posso ir lá quebrar o asfalto, ligar na CEADE, vou ser preso! Na comunidade como ele não tem a quem pedir, então o que acontece é o seguinte: o maior problema de comunidade de infraestrutura urbana é a falta do poder público, falta de manutenção principalmente. Falta de manutenção, falta de controle e falta da população ter a quem recorrer. Então você faz uma obra, inaugura e com quatro

cinco anos você fica assustado, nada funciona mais. Entendeu? Então a infraestrutura, o que nós aprendemos aqui nesse tempo todo são algumas metodologias de dimensionamento que são específicas para as comunidades. Alguns critérios, alguns parâmetros que são específicos.

N: Por exemplo?

M: Eu vou te dar um exemplo: drenagem. Drenagem é uma coisa muito complexa, nós estamos na região montanhosa, de morro. Então vamos supor, essas descidas de água, como é que você faz essas canaletas, como é que você quebra essa velocidade, entendeu? Isso são experiências que levou a gente há muitos anos a ter noção de integrar isso com problemas de geotecnia. Então sempre que a gente vai fazer uma drenagem, a gente olha a geotecnia, por mais que você tenha não uma contenção você vê que ali um dia vai ter uma contenção porque precisa. Você já faz todo o sistema de drenagem integrando tudo. Não só os grandes talwegues dos morros que a água se concentra, como geotecnia, como encostas entendeu? Quebrando essa velocidade... A gente sabe que /outra coisa também que atrapalha a infraestrutura é o lixo, o lixo é um problema sério em comunidade, muito sério. Todo lixo vai pra canaleta, vai pro esgoto, aí ele entope, ai quando o esgoto entope o cara pega o esgoto e liga na drenagem... Aí já gera insalubridade e odor, entendeu? Então, ao longo do tempo nós fomos aperfeiçoando o jeito que a gente dimensiona que a gente calcula as coisas, entendeu? Então a gente sabe que, vamos supor, a parte de água. A água é uma coisa assim fundamental. Hoje em dia o maior stress da comunidade é a água. Esgoto é morro abaixo, drenagem também. Aí o que acontece com a água? Como ninguém paga água, não se consegue nunca/ eu participei de um programa da CEDAE que tentava implanta uma tarifa social: dezessete reais e doze centavos. Isso foi em 2011, 2012. Tem comunidade como no Juramento onde o morador pagava 25 reais pra associação dos moradores tomar conta da água. As coisas tem começo, meio, mas nunca tem fim. Como as pessoas não pagam a água o consumo é exagerado. O desperdício é uma coisa enorme. Então o que é que nós aprendemos? Não adianta você ter muita pressão de água na rede. Então a gente quando vai dimensionar, apesar de que nós temos limitador: a pressão vai de cinco metros de coluna d'água a cinquenta metros de coluna d'água.

A gente tenta evitar ao máximo que passe de trinca e cinco, quarenta. Porque muita pressão na rede quebra a boia da caixa d'água, essa torneirinha de baixo não aguenta, é muito desperdício. Muito suscetível à vazamento. Então a gente evita ao máximo grandes pressões, a gente sabe que essa rede vai ter interferência do morador um dia, que vai se ter uma perda muito grande, aí você vai ter um consumo excessivo, e isso aí é um problema hoje em dia.

N: E sobre as mudanças entre o projeto e a obra, já que o tecido urbano se transforma muito rápido?

M: Infelizmente a gente não consegue acompanhar a obra, a gente faz o projeto, leva um ano, dois. A gente entrega e a partir daí nós não temos essa vivência de obra, não temos. Então a gente não consegue acompanhar se o que a gente fez durante o projeto se foi executado da forma que a gente projetou.

N: quer dizer, provavelmente alguém vai ter que fazer alguma alteração.

M: alguém vai ter que fazer alguma alteração. Mas aí é outra equipe, nós nunca participamos disso, uma pena. Eu queria pegar o projeto e seguir até... Entendeu?

N: A gente tem muita dificuldade do ponto de vista do urbanismo, de conseguir os dados da prefeitura. Como por exemplo, o traçado da Transcarioca pra fazer o projeto de ligação da Chacrinha. Com a infraestrutura é o mesmo problema?

M: Tem isso também. A nossa dificuldade só não é maior porque nós temos muito conhecimento de outros colegas. Então a coisa é pessoal, eu chego na Transcarioca conheço o projetista que fez, ele me entrega. Assim... não é uma coisa institucional, é uma coisa pessoal. Como eu já fiz muitos projetos, às vezes eu preciso de alguma coisa, aí o cara me pede, então. Se for uma coisa institucional é isso mesmo, você não consegue.

N: Em sua opinião, já que você tem uma experiência longa nesse tema, você concorda com essas políticas públicas específicas pra favela? Na sua visão isso atrapalha a integração da cidade?

M: Essa coisa de programa eu fui percebendo ao longo do tempo que eu acho muito ruim. Porque você faz o programa com um conceito. Em geral um programa político, também associado à um lado político que dura de quatro a oito anos. Aí vem outra pessoa, fazer um outro programa, sabe... Eu acho que a gente devia ter um conceito de cidade. Qual o conceito que o Rio de Janeiro quer tratar as mil comunidades que ele tem? Ele quer integrar no bairro, Integrar a comunidade no bairro não é você ir lá fazer água esgoto e arrumar tudo... Integrar a comunidade no bairro é você fazer com que o morador da favela se sinta igual ao morador do bairro. Você mostrar ao cara que ele é cidadão, mostrar ao cara que o poder público está presente, porque uma coisa que eu acho muito complexa é o seguinte: nós fizemos o Favela-Bairro e tem favela que está na quarta obra. Refazendo tudo de novo. Teve favela que teve a rede de água e esgoto quatro vezes feita. Porque ninguém toma conta, aquilo se perde, as pessoas mechem, falta de manutenção e operação. Você tem que estar lá tomando conta.

N: Mas quando você chega numa favela que já teve projeto, como é que você faz pra descobrir as redes?

M: Tá tão bagunçado, tudo já foi tão alterado pelas intervenções do morador que você não tem noção de como a coisa já foi descaracterizada do seu projeto original. A questão de infraestrutura em comunidade ela passa por uma questão de se ter um conceito bem definido o que se quer, como que nós vamos tratar a comunidade hoje em dia? Porque toda vez o conceito muda, Então agora eles querem fazer uma reforma no que existe. Tá bom! Aí você vai fazer um projeto, uma reforma, e pronto! Aí daqui a dez anos você volta e vai fazer outra reforma? Então se em cada favela dessa você pusesse quatro pedreiros, com quatro bombeiros e hidráulicos com quatro ajudantes, meia dúzia de canos e cem sacos de cimento por ano não precisava fazer nada disso. É manutenção de cidade, nós temos um problema sério de manutenção.

N: e isso tudo poderia ser tratado com a população durante os processos não é? De explicar, por exemplo, as questões dos laves, como lidar com o terreno... Você tem, na sua experiência, teve essa chance de se comunicar com a população? Teve essa abertura?

M: Teve, teve, é o seguinte, o pessoal de comunidade é muito interessante. Mais de trinta anos mexendo com isso, a evolução cultural do morador de favela aumentou muito. Antigamente a gente ia pra lá era aquela pessoa que você via que era diferenciada por carência. Hoje em dia você anda nas comunidades, tem tela de LCD, tem geladeira, antigamente não tinha isso. Tem ar condicionado, é gato, mas tá lá... As pessoas tem moto. Teve uma evolução não só econômica como cultural do morador da comunidade. Então é muito fácil em qualquer comunidade você achar várias pessoas com nível superior, varias! Qualquer uma. As crianças hoje em dia estão mais escolarizadas do que a trinta anos atrás, então a comunidade é muito parceira desses projetos, sempre! Eu nunca tive problema em comunidade nenhuma, assim, eles sempre aceitaram tudo, só que são descrentes com o poder público. Que começa e não termina, não tem uma continuidade.

N: Mas isso você está falando as conversas do dia a dia do trabalho de campo não é?

M: Do dia a dia. Eles têm consciência das coisas, eles tem muito. Eles tem muito mais cultura do que já tiveram então eles tem noção do lixo que prejudica, eles tem noção do gato de luz, eles tem noção que mexer com a rede de água é complicado. Mas eles não têm opção. Eles fazem isso não é porque eles querem não, eles são obrigados a fazer isso. Eles tem noção de tudo. Eles são avisados pra deixar o lixo num determinado lugar, eles depositam, mas ninguém recolhe. Ninguém vai lá pegar. Eles tem o telefone pra pedir mais um ponto d'água. Ele liga ninguém vai. Então é sobrevivência. A evolução de todo o processo que a gente tem, a evolução técnica em comunidade, como a gente não tem nenhum material didático pra isso é de experiência nossa do dia a dia. Da experiência que a gente vive, de como projetar, como funciona depois, onde a gente errou... Nós acertamos muito mas nós também

erramos. Então muita coisa nós evoluímos, muita coisa a gente sabe que é o ideal mas se você não tiver o apoio do poder público não funciona, no adianta: “Ah Marcelo, você faz uma caixa, CEDAE pede não é?” Rede de esgoto antes de ligar na rede oficial do bairro, você bota uma caixa pra você reter o lixo sobrando não é? Ai eles vão lá e não limpam a caixa. Ai não adianta você fazer isso, entendeu? Não adianta! A situação do nosso país que é pobre, não tem dinheiro pra ir lá cuidar das coisas, pra cuidar das pessoas, não tem! É muita gente. Não tem como. Em infraestrutura urbana ainda se tem muito a fazer em comunidade no Rio. Em sistema de água, esgoto, drenagem; ainda temos muitos problemas com isso.

N: Deixa eu te fazer uma última pergunta, com relação a parte técnica dentro do escritório, mudou muito os processos de desenho, o uso do computador, como vocês tem lidado com isso? A favela é um espaço mais difícil de desenhar ou pra lidar com essa parte técnica? As vias muitas vezes não existem não é? É “resto” entre as casas não é?

M: é isso mesmo.

N: A gente pra fazer o desenho viário foi uma dificuldade, porque na verdade era um polígono irregular e que ia continuar sendo... Como é que vocês lidam com isso? Como é que é esse desenho?

M: Esse desenho é o seguinte: ele é muito difícil de você representar, porque exemplo, eu tenho um PV (ponto de visita) de esgoto que eu preciso representar por um tampão, esse tampão tem um diâmetro que é de sessenta centímetros, se eu pusesse na escala 1/1000, nada, é um pontinho. Você não vê. Escala 1/500 você também não vê, então tem que ter uma representação gráfica, que não é compatível com a escala real. Ai se você pegar um desenho de rede de esgoto, cheio de bolota, cheio daqueles círculos, cada unidade um círculo, então a gente tem que adaptar tudo, porque o projeto se materializa com o desenho. O papel, a planta que você mostra. Essa planta o cara leva pra obra, o pedreiro tem que entender, o mestre de obras tem que entender. Tem que ser uma leitura universal. Então esse desenho é muito complexo pra gente. Não só o desenho como a forma de projetar, então a

gente sabe o seguinte. Você trabalha o morro, e a favela 90% é morro não é? São áreas íngremes, então você sabe, por experiência, se você tiver descendo o morro íngreme, às vezes você tem aquelas escadarias enormes, a gente sabe, que a cada três metros de desnível precisa de um PV. Isso eu só fui aprender depois de muito tempo. [inaudível]. Então hoje em dia a gente já começa /a gente já tem essa experiência, a gente já sabe. Válvula redutora de pressão de água é a cada trinta metros, então se eu estou na cota cento e oitenta eu cheguei na cento e cinquenta então eu já projeto minha rede pensando que naquela curva de nível naquela mesma cota vão ter várias válvulas redutoras de pressão.

N: Então não importa tanto se a representação dos elementos está no lugar certo, não é? Já se sabe que tem um procedimento a cumprir não é?

M: Não, não tem como. Hoje em dia não, mas há muito tempo atrás os becos eles mudavam de lugar. Então você fazia o projeto no beco e o cara ia fazer obra e daqui a dois, três anos, não tinha mais aquele beco, entendeu?

N: Então é muito mais como operar ali do que ser estritamente preciso...

M: É, é muito mais você definir diâmetros, declividades, definir o método construtivo e material e você ter o traçado básico. Agora, não tem jeito assim, a pessoa de obra também tem que ter uma experiência, capacidade de poder pegar aquele seu projeto e começar a adaptar; infelizmente a gente não consegue dar uma assistência técnica à obra. Isso é o custo que nem o poder público quis arcar. Qual seria o certo? Ele pagar o escritório que fez o projeto pra ele ter algum elemento lá na obra, pra ele ter uma estrutura na obra pra ficar refazendo esses trechos, isso daí é normal de obra. Você passa a rede num beco, aí ele começa a abrir o beco, tem um afloramento rochoso. Vamos dar uma solução? Eles dão solução de obra, que nem sempre tá errado, muitas vezes é certo. Então essa dinâmica de projetar em favela eu vou falar, é muito complexa.

N: Houve melhora com o Google, com essas ferramentas?

M: Ah! Demais! Antigamente, quando eu comecei a trabalhar com isso em 1994, a gente estava na transição da prancheta pro Autocad, aí quando foi em 1996/ 1997/ 1998, já começou a se mexer com Autocad. O Autocad a primeira versão em R10 era em DOS, com certeza você não era nem nascida. O R10 não era Windows, era DOS, você escrevia o comando: “copy”. Aí o luxo era que inventaram depois uma rotinazinha que você abreviava, o “copy” era “c”, você tinha que escrever tudo em inglês. A parte de representação gráfica evoluiu muito.

N: e por exemplo esse programa Civil?

M: a gente não tinha esse programa na época, fazia tudo na mão. Em 94 mal tinha excel, a gente calculava e dimensionava tudo na mão. Calculadora era o chique da época. HP era um troço muito caro. Hoje em dia nós estamos completamente informatizados. Nós temos programa pra calcular a rede de esgoto, nós temos programa que faz rede de água, que calcula bomba, que faz a drenagem, a parte de viário nós temos um programa que é mais evoluído, foi o que mais evoluiu de todas as disciplinas. Os programas estão muito evoluídos, a disciplina de infraestrutura você tem os programas mais complexos.

N: O viário no sentido de cálculo, não é? Dimensionamento. Que dados você imputa para fazer o desenho?

M: Eu pego a topografia, os pontos topográficos de solo, separo eles tiro soleira, ponto de telhado, e a partir daí eu gero a superfície.

N: Já com o Z?

M: Já com o Z. Ele vai pegar a coordenada z e vai fazer uma malha na superfície. Ai você tem o morro todo em 3D. A partir daí eu começo a definir onde estão as vias.

N: você desenha via?

M: Eu desenho o eixo da via. E informo ao programa a largura da via, da calçada.

N: Mas as vias não são certinhas não é?

M: Não. Eu crio o traçado pelo eixo da via, aplico os parâmetros de espessura e largura que eu preciso ter e ele me dá as contenções que eu preciso ter. No caso o civil 3D. Já melhorou muito.

N: Quais são as favelas que vocês estão fazendo agora no Morar Carioca?

M: Agora no Morar Carioca nós estamos fazendo Vila São Jorge, Complexo do Dique, Jacarepaguá, Cordovil, gávea e demos um apoio a outros colegas na Barreira do Vasco e em Vila Arará.

9. ANEXO III

Entrevista realizada no dia 22 de novembro de 2015 com o arquiteto Humberto Kzure Cerqueira.

N: Hoje, por exemplo, no morar carioca, é o arquiteto o responsável por coordenar o trabalho. Então é dele, em tese, a responsabilidade de reunir todas essas reflexões: do engenheiro, do sociólogo, e concretizar isso numa proposta que é, sobretudo uma interpretação daquele espaço. Não é mais uma proposição fora daquele espaço como era antes. Esta introdução foi só para deixar mais claro qual a abordagem do trabalho. Então eu estou tratando o desenho como um instrumento de pensamento e de reflexão do arquiteto que reúne todas essas leituras e principalmente como uma espécie de respaldo jurídico para aquele espaço. A partir do momento que ele se torna um tema do urbanismo e aquele espaço começa a ser desenhado, eu interpreto que a gente começa a ler de outra forma dando respaldo a existência daquele tecido, não exatamente como ele é, mas para permanência daqueles espaços. Primeiro eu queria que você dissesse um pouquinho dos seus trabalhos em urbanização de favelas, seus projetos no Favela-Bairro, eu li as defesas e as publicações sobre como esse trabalho deveria ter sido feito. Então queria ouvir um pouquinho da sua experiência com esse tipo de projeto.

H: Eu que te agradeço a oportunidade de fazer alguns comentários em relação a esse processo de urbanização de assentamentos urbanos, assentamentos precários na cidade do rio de janeiro. De alguma maneira nessas duas últimas décadas o Rio acabou por exportar procedimentos metodológicos e também procedimentos técnicos e procedimentos de abordagem social sobre esses tecidos. Mas é importante lembrar que o Rio de Janeiro historicamente já desenvolvia dada sua própria geografia, e esses assentamentos que foram ocorrendo em detrimento da não política habitacional voltada para as populações que estão a margem dos salários mínimos, e uma pressão popular ela se deu, e eu acho que isso é importante ser colocado, porque as pessoas não estão nesses tecidos movidos pelas disfunções urbanas ou apenas por uma questão de ocupação política da terra, não, há uma necessidade de ocupação da terra e isso fez com que de alguma maneira ao longo dos anos as pessoas se organizassem, houve momentos onde havia uma

consolidação das lideranças, mas que isso vem sendo cada vez mais minado em relação aos processos decisórios que é o tipo de urbanização que deve de fato existir para garantir-lhes uma aproximação maior com o chamado, entre aspas, tecido formal. Então a cidade já teve algumas práticas anteriores, ate pra conter problemas relacionados a risco físico que eram os programas de saneamento, e esses programas de saneamento eles foram importantes em alguns momentos que depois somaram-se aos programas de mutirões com a participação direta dos moradores e esses mutirões de alguma maneira junto com os programas de saneamento ambiental contribuíram para a constituição de um projeto como foi o Favela-Bairro. E ai é importante compreender em que época era essa, quer dizer, há 21 anos atrás como é que estava o Rio de Janeiro: uma cidade completamente estagnada com problemas crassos do ponto de vista econômico com uma degradação social em índices bastante elevados, já tínhamos, não como hoje, mas também os índices de violência se agravando e isso foi acontecendo ao longo dessas duas ultimas décadas de maneira crescente, houve tentativas de pactuar com as organizações criminosas por parte do governo mas nós sabemos que todas essas iniciativas foram iniciativas no contexto político, como que um “tapa a boca” você negocia de um lado aquilo que está na clandestinidade, de outro ela faz sequestros e etc. e cria as unidades já mais recentemente pacificadoras, as UPPs, mas que a gente sabe que também é um grande acordo político e ao mesmo tempo vai assistindo a expansão das milícias em todos os territórios urbanos do Rio de Janeiro, não apenas nas favelas, embora nas favelas seja um pouco maior porque essas comunidades estão vulneráveis e elas acabam por não ter mais aquela presença do narcotráfico que antes fazia o papel do *well fare state* dos EUA (...) com a cesta básica, com o atendimento rápido a saúde, e hoje como sabem são aqueles que eu costumo brincar e dizer assim: o narcotráfico infelizmente dá emprego e a milícia tira aquilo que nem sempre os moradores de favela que tem, em grande parte, empregos informais e acabam por ter que obrigatoriamente contribuir para uma *pseudo* segurança quando nós sabemos que pessoas como o próprio Milton Santos e Henri Lefebvre já antecipavam que estaríamos vivendo momentos não apenas da espetacularização de tudo e a mídia é bastante responsável por isso mas também por uma espécie de uma nova era do medo e aí com isso vem todas as organizações relacionadas a política de armamento, quer dizer, a imprensa cuida de construir uma imagem da insegurança

que vai legitimar a produção de armas e as pessoas e todos nós não conseguimos exercer de fato nossa cidadania com direitos e poderes bem equacionados e assegurados. Tudo isso pra dizer que nesse contexto do Rio de Janeiro de 21 anos atrás houve um salto dado pelo prefeito César Maia que foi absolutamente hábil. Claro que todos nós temos restrições à maneira como ele faz política, mas ele foi hábil ao construir uma política de endividamento em nome de uma suposta retomada do crescimento. Na época Maria Silva era secretária da Fazenda e depois veio a dirigir a CSN e ela ainda uma economista muito jovem conseguiu levantar nas agências internacionais de fomento como o BID ou mesmo o Banco Mundial possibilidades de concretizar intervenções urbanas no Rio de Janeiro. Houve uma injeção de recursos e essa injeção de recursos ela veio numa grande jogada de mestre que era para fazer projetos como o Rio Cidade e projetos como o Favela-Bairro então sem uma preocupação, como sempre acontece no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro que é o de não planejar os impactos de obras dessa natureza não apenas por legitimar políticas da suposta modernidade mas também questões relacionadas a saúde pública e aí todos nós arquitetos que participamos do primeiro concurso favela-bairro nós de alguma maneira ajudamos a construir as metodologias. Porque as metodologias que foram desenvolvidas faziam parte daqueles arquitetos que já tinham algum tipo de engajamento e não os arquitetos que estavam com seus escritórios às moscas, sem trabalho, então quer dizer, nós todos tínhamos uma preocupação social muito grande e uma preocupação urbana e com todos os fenômenos urbanos que podem surgir e isso fazia com que os diferentes olhares pudessem ser cristalizados em propostas metodológicas e conseqüentemente em desenhos que não são isentos do olhar, não são isentos de uma seleção que se faz naturalmente no campo das representações para desenvolver desenhos que estejam de fato antenados e próximos dos problemas urbanos, então no momento que passou essa fase do Favela-Bairro e começou a se desenvolver os projetos por meio de licitação alguns escritórios desses ganharam as licitações e os projetos eram completamente desconectados de uma realidade porque esses profissionais não a conheciam. Eu fiquei muito feliz porque naquela época eu fui o primeiro arquiteto que tinha assistente social e que tinha sociólogo. Isso era a presença da Ana Clara Torres Ribeiro que infelizmente não a temos mais e que fez uma contribuição fantástica porque uma das minhas questões era entender como se

constituiu ao longo do século XX as memórias e as identidades e as barreiras sociais que estavam impregnadas dentro desses territórios precários e ela brilhantemente respondeu a altura, o que foi um dos motivos de elogio da nossa proposta como vencedora. E também a participação da Maria Luisa Testa Tambellini professora da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) que também deu uma contribuição significativa no sentido de como nos aproximarmos dessas populações.

N: E isso se concretizou?

H: Sim, nos tivemos um primeiro Favela-Bairro onde foi possível adentrar na vida das pessoas. Eu particularmente fiz isso: de conhecer as pessoas, de traçar uma metodologia de aproximação, de buscar mobilizá-los então quando os presidentes de associações tentavam falar em nome dos moradores eu saía nas assembleias com o microfone na mão, abraçava as pessoas, eliminava qualquer perspectiva de constrangimento e fazia com que elas tivessem segurança em falar e colocar suas angústias, mas também as suas necessidades, as suas demandas e isso foi possível num primeiro momento. Então nós conhecíamos os moradores, conhecíamos os líderes, conhecíamos os falsos líderes e intervínhamos na vida das famílias de tal forma como aconteceu no canal das tachas que veio a ser um livro publicado pela Ana Lúcia Maio Limo que é uma engenheira e psicanalista e ela estudou especificamente esta área que nós trabalhamos, é um livro que eu recomendaria a você ler, que é o “Espaço Urbano - Conflitos e Subjetividades”. E ela vai mostrando como era essa vivência com esses moradores. Para mim foi uma surpresa porque ela não me conhecia e então se interessou por uma favela que não fazia parte das favelas valorizadas. E o envolvimento foi tão grande que a população quis nomear uma rua com o meu nome e por uma questão de legislação só pode pessoas mortas, graças a Deus estou vivo e disposto a continuar lutando e acabou virando Rua do Arquiteto e isso é uma felicidade muito grande porque foi o reconhecimento de uma situação em que se pode perceber que há uma instituição de íntegros que como eu se orgulha da integridade e da vontade de fazer.

N: qual foi a favela?

H: Foram duas favelas do Canal das Tachas, o Terreirão e a Vila Amizade. Eu quero dizer com isso que o desenho ele não pode ser um desenho orquestrado pelo arquiteto, o desenho ele é revestido de conhecimento em profundidade, claro que nem sempre você consegue acertar na totalidade mas você busca aprofundar-se em determinados fenômenos e

E quanto a isso eu sempre fui um arquiteto que gosta de desenhar aquilo que as pessoas criam expectativas, e não àquilo que me cai bem, como se fosse uma roupa que eu escolho que eu gosto, não, aquilo tem que espelhar o que as pessoas querem. Hoje tem advogados formados lá, tem professores, e isso fez parte da minha ação que foi vigorosa, eu nunca agi de maneira paternalista e nunca tratei as pessoas como carentes e coitadinhos